Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL
2019

Eduardo Leite
Governador do Estado

Marco Aurelio Santos Cardoso
Secretário de Estado da Fazenda

Rogerio da Silva Meira
Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO
Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - Tel.: (51) 3214-5200
90030-080 - Porto Alegre - RS

SETOR EMPRESARIAL

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUMÁRIO

SETOR EMPRESARIAL

1 - Banco do Estado do RS, S.A. - BANRISUL 07
2 - BANRISUL S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio 19
3 - BANRISUL S.A. - Administradora de Consórcios 47
4 - BANRISUL Cartões S.A. 61
5 - BANRISUL - Armazéns Gerais - BAGERGS 113
6 - Companhia de Abastecimento do RS - CEASA 139
7 - Companhia Riograndense de Mineração - CRM 155
8 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN 197
9 - Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP 217
10 - Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS 221
11 - Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR 243
12 - Companhia de Gás do Estado do RS - SULGÁS 259
13 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D 293
14 - Companhia Estadual de Geração e Distribuição de Energia Elétrica CEEE-GT 397
15 - Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par 513
16 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS 627

Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.
BANRISUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA FAZENDA

Banrisul

COMPANHIA ABERTA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96 Matriz em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Rua Capitão Montanha, 177

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativos ao exercício de 2019, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Cenário Econômico

O ano de 2019 foi determinado pela manutenção das incertezas no ambiente internacional, notadamente nas searas comercial, política e geopolítica em importantes nações do globo, as quais, em meio a essa conjuntura, apresentaram desaceleração, dinâmica que repercutiu negativamente no crescimento mundial, que deverá se situar abaixo do verificado nos anos anteriores. Nesse cenário, as autoridades das principais economias permaneceram de prontidão para atuar, através das políticas monetária e, em algumas situações, fiscal, reduzindo taxas de juros e promovendo estímulos via gastos a fim de evitar um arrefecimento mais expressivo da atividade global. Especificamente nos Estados Unidos, a despeito das disputas comerciais com a China, as condições econômicas seguiram apresentando evolução positiva, frente ao sólido aumento do emprego e das remunerações, movimento que levou o Fed, Banco Central do País, a interromper seu ciclo de normalização monetária. Por sua vez, na Europa, as tensões políticas, apesar de seguirem no radar, apresentaram alguma diluição. Ainda assim, o arsenal monetário restrito e a baixa disposição para utilizar instrumentos fiscais limitaram o crescimento na região, de maneira que a atividade permaneceu exibindo performance próxima da potencial. Já a China, embora tenha experimentado alguma estabilização ao final do ano, com melhora das condições do emprego e do segmento de serviços, continuou em situação delicada, reflexo do imbróglio comercial com a economia norte-americana.

No Brasil, a atividade se manteve em recuperação, ganhando ritmo um pouco mais expressivo nos últimos meses do ano, diante da materialização de elementos como o encaminhamento efetivo da Reforma da Previdência e a antecipação do estímulo ao consumo resultante da liberação dos saques dos recursos do FGTS. Ainda assim, a incerteza com relação à concretização de novas medidas permaneceu como uma fonte de preocupação, mantendo a confiança em terreno pessimista. Por sua vez, houve melhora das condições do emprego, mas a ociosidade seguiu elevada, o que repercutiu em uma dinâmica inflacionária bastante confortável, apesar da ocorrência de choques de caráter pontual ao longo do período, permitindo ao Banco Central levar, em sua última reunião de política monetária do ano, a Taxa Selic à mínima histórica de 4,5%, o que repercutiu em expansão do crédito às pessoas físicas e jurídicas. A despeito disso, o segmento de serviços apresentou relativa estabilização, ao passo que o comércio varejista desacelerou e a indústria se manteve em terreno negativo.

No Rio Grande do Sul, a economia apresentou desempenho superior ao verificado nacionalmente no primeiro semestre do ano, reflexo de resultados favoráveis em todos os setores de atividade. Entretanto, este movimento passou por ajuste na segunda metade de 2019, quando a produção agropecuária e industrial e o comércio varejista exibiram desaceleração e o segmento de serviços apresentou estabilidade. Nesse ambiente, o mercado de trabalho se manteve enfraquecido, com taxas de desemprego ainda elevadas. Apesar disso, cabe destacar que a produção agropecuária avançou ante 2018, impulsionada, em grande medida, pelo aumento da produção de soja e milho, e que, em um contexto de juros em patamar reduzido, houve expansão do crédito às pessoas jurídicas e, em maior medida, físicas. Especificamente no setor externo, a despeito do câmbio mais desvalorizado, resultado do arrefecimento da atividade global e do aumento dos conflitos políticos e geopolíticos em uma série de economias, o comércio exterior gaúcho apresentou desempenho mais desfavorável no período, acumulando superávit de US$7,8 bilhões de janeiro a dezembro de 2019, ante saldo positivo de US$9,8 bilhões em 2018, reflexo de um recuo de 19,3% das exportações e de 18,3% das importações, frente à elementos como a desaceleração de importantes nações mundiais, à delicada situação da Argentina, importante parceiro comercial do Estado, e ao moroso ritmo da recuperação da economia brasileira.

Estratégia de Negócios

O Banrisul é um banco de varejo, atuando como principal agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul para promoção do seu desenvolvimento econômico e social, de forma sustentável e rentável, que busca estar cada vez mais presente nas comunidades, sendo parceiro das pessoas que querem empreender no seu negócio. Para isso, implementou o Banrisul Mais Empresas, programa que contempla uma nova modelagem de crédito e análise de risco, e busca o aperfeiçoamento na concessão de limites de crédito aos clientes do varejo, para os quais o foco está direcionado à oferta de operações com garantia real, cartão empresarial, desconto de recebíveis e novos planos de soluções da rede de adquirência Vero.

No que se refere à estratégia comercial para o segmento pessoa física, o Banrisul mantém o direcionamento voltado para a ampliação da carteira de crédito com operações de menor risco e maior liquidez, em especial às linhas de crédito consignado aos servidores públicos e aposentados. Buscando a renovação e a fidelização da base de clientes, bem como o estreitamento do relacionamento comercial com clientes de alta renda, o Banco vem ampliando e inaugurando novos espaços Afinidade, criados especificamente para atendimento deste público.

Para o público do agronegócio, o posicionamento do Banco está voltado para a melhoria do atendimento, apoiando o crescimento de toda a cadeia produtiva, tanto para o pequeno e médio produtor, quanto para empresas e cooperativas agrícolas, assim seguindo com a estratégia de ampliar a participação no agronegócio do Estado, com ofertas de linhas de custeio e investimentos em novos projetos para melhoria e ampliação de produtividade.

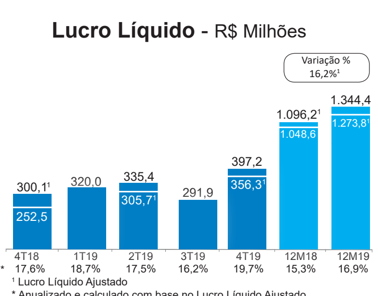
No aspecto tecnológico, o Banrisul segue focado na transformação digital, adotando o modelo digital de jornadas fim a fim, com foco no cliente, e a internalização da metodologia ágil. A transformação gradual, com impacto em toda a Instituição, a busca de agilidade nos processos e de novos modelos de negócios visam posicionar o Banco no mercado competitivo e torná-lo capaz de implementar com sucesso a estratégia baseada em sua vocação para banco de varejo.

Em consonância com o seu papel de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado, o Banrisul apoiou, como patrocinador, diversos projetos na capital e no interior do Estado, estando presente em feiras, expo feiras, eventos culturais, esportivos, de cunho social, de sustentabilidade e de benefício à saúde e à educação, sendo que parte desses projetos foram patrocinados com a utilização de benefícios fiscais concedidos pelas leis federais de incentivo à cultura e ao esporte.

Em 2019, houve o lançamento das campanhas publicitárias O Agro é o nosso Chão, com intuito de enfatizar o novo conceito do segmento de agronegócio do Banrisul e Aplicativo Digital - Tudo no Seu Tempo, objetivando introduzir um novo conceito à principal solução tecnológica apresentada pelo Banrisul aos clientes. Entre as peças publicitárias veiculadas nos diversos canais de comunicação, destacam-se as de produtos e serviços do Banco como Conta Universitária, Crédito Rural, Crédito Consignado, Banricompras, Seguros, Cartão de Crédito e Banrisul Digital.

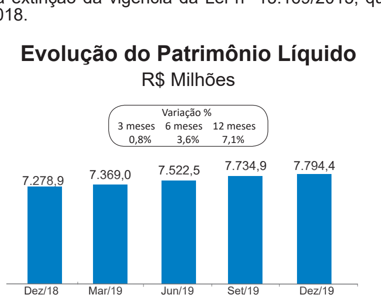
Desempenho Consolidado

Lucro Líquido



O lucro líquido de 2019 alcançou R$1.344,4 milhões, 28,2% ou R$295,8 milhões superior ao lucro de 2018. O lucro líquido da Instituição, em 2019, foi impactado pelos eventos: (i) reestruturação de benefício pós-emprego da Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS, (ii) constituição de provisão trabalhista e reversão de provisão para ações cíveis, face à revisão de parâmetros e andamento de processos, (iii) efeitos fiscais sobre a reestruturação de benefício e sobre a provisão trabalhista e cível, e (iv) a atualização do estoque de créditos e débitos tributários diferidos decorrente da elevação na alíquota da CSLL de 15% para 20%, em função da promulgação da Emenda Constitucional - EC 103/2019, eventos tratados, para fins de demonstração de resultado, como extraordinários.

O lucro líquido ajustado pelos eventos citados acima totalizou R$1.273,8 milhões em 2019, 16,2% ou R$177,6 milhões superior ao registrado em 2018. O retorno ajustado foi de 16,9% sobre o patrimônio líquido médio. O desempenho ajustado registrado pelo Banrisul no ano de 2019 frente ao ano de 2018, reflete (i) menor fluxo de despesas de PDD, (ii) crescimento das receitas de tarifas bancárias, (iii) relativa estabilidade das despesas administrativas ajustadas, (iv) redução da margem financeira, e (v) consequente redução do volume de tributos sobre o lucro, tanto pela menor base de cálculo como pela extinção da vigência da Lei nº 13.169/2015, que instituía a alíquota adicional da CSLL de 5% até o final de 2018.

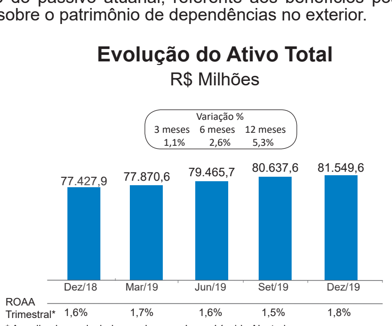


Do resultado gerado, R$536,6 milhões foram destinados para pagamentos de juros sobre capital próprio e dividendos e R$610,8 milhões foram os lucros retidos do exercício. A riqueza gerada pelo Banrisul em 2019, medida pelo conceito de valor adicionado, alcançou o total de R$4.171,8 milhões, dos quais R$1.839,4 milhões ou 44,1% foram destinados para pagamento de pessoal, R$872,0 milhões ou 20,9% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R$115,4 milhões ou 2,8% para remuneração de capitais de terceiros e R$1.344,9 milhões ou 32,2% para remuneração de capitais próprios.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu R$7.794,4 milhões em dezembro de 2019. O aumento de R$515,5 milhões ou 7,1% em um ano teve como origem a incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, reclassificação para resultados de exercícios futuros, o remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC 33 - R1), e os ajustes de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior.

Ativo Total

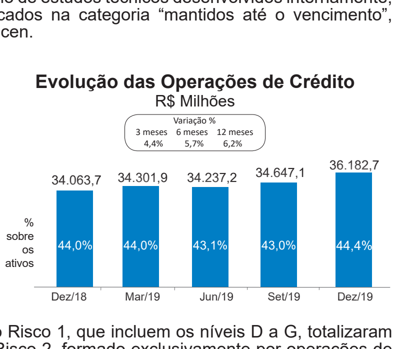


Os ativos totais apresentaram saldo de R$81.549,6 milhões em dezembro de 2019, com crescimento de 5,3% em relação aos R$77.427,9 milhões registrados em dezembro de 2018, ampliação proveniente, especialmente, do crescimento nos depósitos e nos recursos em letras. Na composição dos ativos, as operações de crédito representam 44,4% do total, os títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez 31,8%, as relações interfinanceiras e interdependências 18,5% e outros ativos 5,3%.

Os títulos e valores mobiliários e as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R$25.944,6 milhões ao final de dezembro de 2019, com aumento de 3,8% ou R$948,8 milhões frente a dezembro de 2018, influenciado pela ampliação dos depósitos e dos recursos em letras, num contexto de crescimento da carteira de crédito.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada por meio de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen.

Operações de Crédito



A carteira de crédito, no conceito ampliado, alcançou R$36.425,5 milhões em dezembro de 2019, valor que inclui coobrigação e riscos em garantias prestadas. Excluídas as garantias prestadas, o saldo das operações de crédito totalizou R$36.182,7 milhões em dezembro de 2019, com crescimento de R$2.119,0 milhões ou 6,2% nos doze meses, face, especialmente, à carteira comercial, que registrou saldo de R$27.469,0 milhões, com aumento de R$2.451,0 milhões ou 9,8% em um ano.

A classificação da carteira de crédito por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. No final de dezembro de 2019, as operações de Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R$32.108,4 milhões, representando 88,7% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R$2.375,5 milhões, correspondendo a 6,6% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H, atingiu R$1.698,8 milhões ou 4,7% do total.

Crédito Comercial PF e PJ

O crédito comercial pessoa física, refletindo a estratégia de negócios da Instituição, apresentou crescimento de R$2.253,2 milhões ou 11,6% nos doze meses, alcançando R$21.731,8 milhões em dezembro de 2019, incluídas as transferências de ativos, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543/12 do Bacen em créditos vinculados a operações adquiridas em cessão. A evolução foi influenciada especialmente pelo crescimento do saldo das operações de crédito consignado, que alcançaram o montante de R$16.001,1 milhões em dezembro de 2019, dos quais R$9.899,6 milhões referem-se a operações geradas nas agências do Banrisul, R$5.751,5 milhões constituem-se de operações originadas por meio dos correspondentes e R$350,1 milhões são relativas a operações adquiridas de outras instituições. As operações de crédito comercial pessoa jurídica apresentaram saldo de R$6.083,3 milhões em dezembro de 2019, com redução de R$144,4 milhões ou 2,3% em relação a dezembro de 2018, em especial nas linhas de capital de giro e conta devedora.

Crédito ao Agronegócio

O ano de 2019 foi de avanços significativos na atuação do Banrisul junto ao agronegócio do Rio Grande do Sul. Na abertura da safra 2019/2020, foi anunciada a disponibilidade de R$3,2 bilhões, valor 90% superior ao disponibilizado no período anterior. Em relação às Feiras Agropecuárias Oficiais do Estado, destaque para a participação na 42ª Expointer, em que o Banco registrou volume total de negócios prospectados de R$327,2 milhões, incremento de 45,3% em comparação com a edição de 2018, e na Expodireto Cotrijal, na qual os negócios alcançaram R$128,8 milhões, incremento de 14,9% em comparação com a edição do ano anterior.

Focados em relacionamentos, automação e inovação, capilaridade da rede de agências e força da marca, o Banrisul buscou ao longo do ano de 2019 estar cada vez mais próximos dos clientes, oferecendo plataformas mais modernas e ágeis, integradas com treinamentos da rede de agências, entidades e técnicos credenciados, com envolvimento da força de trabalho em total sintonia com os objetivos traçados. Com a consolidação de áreas internas voltadas para esse crédito especializado, o Banco apresentou incremento no volume de crédito liberado para produtores, cooperativas de produção agropecuária, agroindústrias e demais empresas do agronegócio. A carteira de crédito rural registrou saldo de R$2.661,3 milhões em dezembro de 2019, crescimento de 8,2% em relação a dezembro de 2018. No ano de 2019, foram contratadas 31.582 operações, com volume total de crédito de R$1.941,1 milhões, sendo que 1.155 operações e R$180,1 milhões referem-se a recursos repassados pelo BNDES e 30.427 operações e R$1.761,0 milhões a recursos próprios.

Crédito Direcionado

A carteira de crédito imobiliário totalizou R$4.126,9 milhões em dezembro de 2019, com relativa estabilidade em relação a dezembro de 2018. Desse montante, R$3.588,0 milhões referem-se à carteira pessoa física. Em 2019 foram contratados 3.039 financiamentos imobiliários no montante de R$812,6 milhões.

A carteira de financiamento de longo prazo apresentou saldo de R$669,2 milhões em dezembro de 2019, com redução de R$267,0 milhões ou 28,5% em relação ao mesmo mês de 2018.

O saldo das operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R$774,6 milhões em dezembro de 2019, apresentando crescimento de R$38,2 milhões ou 5,2% nos doze meses.

Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados registraram saldo de R$72.037,5 milhões em dezembro de 2019, com crescimento de R$4.257,1 milhões ou 6,3% em relação ao mesmo mês de 2018, compostos, principalmente, por 56,0% de depósitos a prazo, 13,4% de depósitos de poupança, 4,5% de depósitos à vista, 4,9% de recursos em letras, 3,2% de dívida subordinada e 17,4% de recursos de terceiros administrados.

Os depósitos totais alcançaram R$53.640,1 milhões em dezembro de 2019, com incremento de R$2.776,0 milhões ou 5,5% em doze meses. Os depósitos a prazo apresentaram saldo de R$40.330,2 milhões em dezembro de 2019, com expansão de R$2.335,6 milhões ou 6,1% nos doze meses; os depósitos de poupança aumentaram R$494,4 milhões ou 5,4% frente a dezembro de 2018, alcançando R$9.622,2 milhões em dezembro de 2019; e os depósitos à vista apresentaram redução de R$400,2 milhões ou 11,0%, totalizando R$3.229,0 milhões ao final de dezembro de 2019.

A dívida subordinada registrou saldo de R$2.301,0 milhões em dezembro de 2019, com crescimento de R$149,0 milhões ou 6,9% em relação a dezembro de 2018. Os recursos em letras, provenientes da emissão de letras financeiras e de crédito imobiliário, alcançaram R$3.560,2 milhões em dezembro de 2019, com aumento de R$720,2 milhões ou 25,4% nos doze meses. Os recursos de terceiros administrados apresentaram crescimento de R$611,9 milhões ou 5,1% nos doze meses, alcançando saldo de R$12.536,2 milhões no mês de dezembro de 2019.

Produtos e Serviços

Rede de Adquirência Vero

No ano de 2019, a rede de adquirência Vero direcionou as seguintes estratégias comerciais: (i) novos planos comerciais, Plano Free e Plano Pro, com condições especiais de taxas e mensalidades isentas para POS, de acordo com o volume de faturamento; (ii) dispositivo Vero Smart, que possui sistema operacional Android e agrega diversas funcionalidades, como aplicativos de gestão na própria máquina, teclado *touch* com opção de película de acessibilidade, leitura de QR Code, código de barras e *contactless* (pagamentos por aproximação); (iii) portabilidade Vero UP, que permite aos clientes pessoa física e aos Microempreendedores Individuais - MEIs utilizarem o equipamento *mobile* de qualquer adquirente por meio do *download* e configuração do aplicativo Vero Up; e (iv) início da captura da bandeira Alelo em abril de 2019.

A Vero encerrou dezembro de 2019 com 145,3 mil estabelecimentos credenciados ativos em 12 meses, 4,7% superior ao apurado ao final de dezembro de 2018. No ano de 2019, foram capturadas 333,8 milhões de transações, 229,1 milhões com cartões de débito, alta de 11,8%, e 104,7 milhões com cartões de crédito, incremento de 1,0% em relação ao auferido no ano anterior. Em volume financeiro, o valor transacionado teve crescimento de 10,5%, totalizando R$29,5 bilhões quando comparado aos doze meses de 2018. Desse montante, R$15,9 bilhões são oriundos de transações com cartões de débito e R$13,6 bilhões de transações com cartões de crédito.

Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard

No ano de 2019, foi lançado o aplicativo BanriCard, que permite visualizar saldos, extratos, realizar bloqueios, alterar senha, entre outros serviços, proporcionando maior autonomia aos portadores do cartão. Aos conveniados, foi disponibilizado o produto Gestão de Despesas BanriCard, com o qual é possível realizar o pagamento de despesas diversas, bem como a gestão das mesmas.

O BanriCard encerrou dezembro de 2019 com 6,8 mil clientes conveniados ativos. O faturamento de 2019 alcançou R$1,5 bilhão, com aumento de 1,1% em relação a 2018, resultado de ações comerciais voltadas ao setor de varejo.

Banricompras

O Banricompras é um produto exclusivo e gratuito para o cliente Banrisul. Por meio do cartão de conta corrente, o cliente efetua o pagamento de suas compras em estabelecimentos credenciados. Os pagamentos podem ser feitos à vista ou de forma pré-datada e parcelada, sem cobrança de anuidade ou de juros e com a segurança de utilização de um cartão com chip. No ano de 2019, as operações com o produto totalizaram R$13,6 bilhões, 7,9% acima do realizado no ano anterior, registrando 165,8 milhões de transações, 11,5% acima do registrado em 2018.

Cartões de Crédito

Acompanhando a dinamicidade do mercado de cartões, o Banrisul vem disponibilizando novos serviços e melhorias para seus clientes, portadores de cartões de crédito. Todos os cartões de crédito emitidos pelo Banrisul passaram a contar com a tecnologia *contactless* que permite o pagamento por aproximação, o que torna a transação mais prática e ágil. Com objetivo de transformar a jornada digital do consumidor a ferramenta Meus Cartões, disponível no aplicativo Banrisul Digital, agregou novas facilidades em 2019, destacando-se a alteração do vencimento da fatura, o bloqueio por perda ou roubo e a solicitação de nova via. O portador de cartão de crédito Banrisul pode inclusive pagar multas do DETRAN/RS diretamente no app Banrisul Digital ou ainda nos ATM's do Banco e conta, também, com atendimento por *chat* na área Meus Cartões.

Em 2019 foi lançado o Cartão Mastercard Libre com zero anuidade para os clientes que gastarem a partir de R$50,00 por mês no cartão. Com foco em sustentabilidade, a fatura é disponibilizada apenas no app Banrisul Digital e conta ainda com arredondamento, onde os centavos são doados para o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente e para o Fundo do Idoso. Também no quesito sustentabilidade, em 2019 o Banco passou a emitir a Quitação Anual de Débitos por e-mail, deixando assim de emitir em torno de 130 mil documentos em papel.

Priorizando a segurança, em 2019, foi lançado o cartão de crédito virtual, disponível nas bandeiras Visa e Mastercard, para utilização de pagamentos em lojas virtuais, aplicativos de *streaming*, de transporte e de alimentos e, também, em atendimento telefônico, sem utilização de senha, pois o código de segurança é modificado diariamente, tornando mais difícil a ocorrência de fraudes ou comprometimento dos dados do cliente. As pessoas físicas portadoras dos cartões de crédito físicos podem criar o cartão de crédito virtual na área Meus Cartões do aplicativo Banrisul Digital. O Banrisul aderiu, também em 2019, ao método de autenticação 3D *Secure* 2.0, o que proporciona maior segurança nas compras em *e-commerce* com cartão de crédito.

Em 2019 o Banriclube, programa de recompensas dos cartões de crédito emitidos pelo Banco, que está sempre em busca de novos parceiros e melhorias, foi estendido para os cartões Banrisul Mastercard Business.

A base de cartões de crédito do Banrisul, nas bandeiras Mastercard e Visa, alcançou 1,2 milhão de cartões no final de dezembro de 2019, o que representa crescimento de 13,1% em relação a dezembro de 2018. No ano de 2019, os cartões de crédito emitidos pelo Banrisul possibilitaram a movimentação financeira de R$6,5 bilhões, em 79,0 milhões de transações, que representam crescimento de 22,0% e 23,0%, respectivamente, em relação ao ano anterior. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R$418,8 milhões no ano de 2019.

Seguridade

No ano de 2019 foram realizadas campanhas, promoções e ações de vendas, além do lançamento de produtos e melhorias que complementam o portfólio de seguridade. Em relação aos seguros de vida, no período, foram lançados os produtos Pensão Prazo Certo e Renda por Invalidez, e em previdência foram disponibilizadas as soluções BanrisulPrev Mais e BanrisulPrev Prestige. No mês de junho ocorreu o lançamento do módulo de Seguridade nos canais *Mobile Banking* e *Internet Banking*, permitindo aos clientes acesso direto às informações dos produtos de Seguros, Previdência e Capitalização, entre eles, o portfólio e os produtos ativos. No período, o Banrisul investiu na capacitação dos seus profissionais, na modernização do portfólio dos produtos de seguridade e na melhoria de processos, primando pela satisfação dos clientes e alinhado com as boas práticas do mercado.

A arrecadação de prêmios de seguros, contribuições de previdência e capitalização, atingiu R$1,6 bilhão, em 2019, com crescimento de 35,2% em relação ao ano anterior. As receitas totais atingiram montante de R$318,8 milhões, sendo que as receitas de serviços de seguridade somaram R$256,9 milhões, com evolução de 13,1% e 9,1% respectivamente em relação ao ano anterior. A operação de seguridade encerrou 2019 com 2,4 milhões de operações ativas, apresentando aumento de 6,1% em relação ao ano anterior.

Relacionamento com o Poder Público

O relacionamento com o setor público manteve-se alinhado à estratégia comercial do Banrisul, com foco nos credenciamentos para a prestação de serviços relacionados à arrecadação, cobrança, contas a pagar e captação de recursos. No âmbito municipal, as negociações para aquisição dos serviços de pagamento de folha dos servidores, iniciadas em 2016, totalizaram 308 municípios ao final de dezembro de 2019. No âmbito federal, o Banrisul foi vencedor da licitação para aquisição dos serviços da folha de pagamento da Trensurb.

Atendimento Banrisul

Rede de Atendimento

Com ampla capilaridade no atendimento ao cliente e público em geral, o Banrisul contava, em dezembro de 2019, com uma rede de atendimento composta por 1.115 pontos de atendimento, sendo 518 Agências (495 no estado do Rio Grande do Sul, 17 em Santa Catarina, 4 nos demais estados do Brasil e 2 no exterior), 178 postos de atendimento - PAs e 419 pontos de atendimento eletrônico - PAEs.

O Banrisul possui um grupo de trabalho multidisciplinar, responsável pela gestão e continuidade do programa Banrisul Mais, que visa a busca pela melhoria contínua, por meio da qualificação e da padronização dos processos e do desenvolvimento das equipes. Inicialmente, o programa inseriu um novo modelo de atuação nas salas de Autoatendimento, com intuito de agilizar e facilitar o dia-a-dia dos clientes, proporcionando orientação correta quanto à utilização do app Banrisul Digital, *Home* e *Office Banking*. Atualmente, o programa Banrisul Mais segue aprimorando os processos de comunicação interna, elaborando *workshops* e treinamentos periódicos com as equipes da Rede de Agências, garantindo maior assertividade na disseminação do conhecimento e na efetividade dos negócios.

Canais Digitais

Com o objetivo de oferecer a melhor experiência ao cliente e alinhados às tendências do mercado, os Canais Digitais do Banrisul seguem em constante evolução, representando 54,5% das operações realizadas pela Instituição em 2019, considerando todos os canais disponíveis (digitais, POS, ATM, correspondentes, caixas e Banrifone), frente aos 50,8% em 2018. Em 2019, os canais de *Internet Banking* (*Home* e *Office Banking*) e *Mobile Banking* (Minha Conta, Afinidade e *Office* (App), acessados por meio do Banrisul Digital) tiveram 274,7 milhões de acessos, 34,8% superior ao ano de 2018, equivalendo a uma média de 752,7 mil acessos diários. O total de operações realizadas nesses canais apresentou incremento de 13,0%. Dentre essas, a quantidade de transações financeiras e o valor transacionado cresceram 26,1% e 5,1% respectivamente, frente ao ano de 2018.

Em julho, o Banco iniciou o atendimento às demandas registradas por meio das Lojas de App (*Play Store* e *App Store*), melhorando a experiência do cliente na utilização dos aplicativos disponibilizados pelo Banrisul. Ao longo do segundo semestre de 2019, foram disponibilizados nos canais Minha Conta e Afinidade, do aplicativo Banrisul Digital, os serviços de notificação via *push* e consulta aos limites de crédito. Exclusivamente para o segmento Afinidade, foram incluídos serviços para apresentar a foto do gerente de contas e do espaço afinidade, visando facilitar a identificação, bem como foi implementado o direcionamento automático para o canal Afinidade, quando os clientes deste segmento acessam o aplicativo pelo canal Minha Conta.

Correspondentes Banrisul - Banriponto

Os Correspondentes Banriponto são estabelecimentos comerciais conveniados aptos a receber pagamentos de contas, depósitos, transferências, saques, dentre outros serviços bancários. Para os clientes, os benefícios incluem flexibilidade nos horários, comodidade, liberdade e praticidade para escolher um estabelecimento mais próximo. Em relação aos conveniados, o Banrisul atua na prospecção, treinamento, suporte e gestão dos Banripontos.

Visando ampliar a segurança nos estabelecimentos, aumentar o controle na prestação de contas, mitigar riscos e diminuir o *BackOffice* da agência, além de ampliar a quantidade de estabelecimentos com cofre, em 2018 o Banco iniciou o Projeto Cofre Inteligente - ATMD e, ao final de 2019, o projeto contava com 151 cofres inteligentes instalados. Em 2019, os 1.144 pontos ativos de Correspondentes Banriponto realizaram 58,2 milhões de transações, com um volume financeiro de R$21,7 bilhões. Do total transacionado, 16,8 milhões de transações foram efetuadas por cofres inteligentes, movimentando R$6,0 bilhões. Nos Correspondentes Banriponto de Negócios, que comercializam crédito consignado INSS e Siape e efetuam a abertura de contas correntes e poupança, foram contratadas 1.574 operações de crédito consignado, no valor total de R$9,9 milhões.

Empresas Controladas e Coligadas

Banrisul Cartões S.A.

A Banrisul Cartões S.A. administra a rede de adquirência Vero e a emissão de cartões de benefícios e empresariais BanriCard, contando com 145,3 mil estabelecimentos credenciados ativos e 6,8 mil convênios ativos, respectivamente. No ano de 2019, a receita operacional bruta da Banrisul Cartões somou R$573,9 milhões, com redução de 4,4% em relação a 2018, refletindo a alteração no contrato de credenciamento à rede Vero, com efeitos na contabilização de receitas e despesas de adquirência a partir de maio de 2018. O custo dos serviços prestados atingiu R$148,9 milhões, enquanto as despesas operacionais, que reúnem principalmente as administrativas, totalizaram R$91,1 milhões. As receitas financeiras somaram R$158,5 milhões, sendo que 81,0% são oriundas da antecipação do recebimento de vendas. O volume da antecipação do recebimento de vendas alcançou R$3,8 bilhões em 2019, representando 26,3% do montante passível de antecipação, 19,9% superior ao registrado no ano anterior. O lucro líquido da Banrisul Cartões foi de R$271,7 milhões em 2019, com aumento de 5,0% em relação a 2018.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

A Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de automóveis, caminhões, motos e imóveis. Buscando ofertar alternativas para aquisição de bens, comercializa grupos de imóveis com prazo de até 186 meses e de automóveis de até 72 meses. No segmento de imóveis, as cartas de crédito contempladas podem ser utilizadas para construção, reforma e ampliação de imóveis, além da aquisição de imóveis prontos, terrenos, box e salas comerciais. Ao final de dezembro de 2019, a empresa administrou 178 grupos, com a base de clientes ativos de 70,8 mil consorciados, totalizando R$4,0 bilhões em volume de cartas de crédito. No ano de 2019, ocorreram 9.718 contemplações, colocando à disposição no mercado o volume de crédito de R$493,8 milhões para aquisição de bens de consumo. O lucro líquido registrado no ano de 2019 alcançou R$44,5 milhões.

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

A empresa opera no mercado de capitais como intermediadora na compra e venda de ações à vista, de opções, termo, futuro, Renda Fixa privada e Renda Fixa pública pelo Tesouro Direto, e é a Gestora dos Recursos de Terceiros do Banrisul, oferecendo produtos e ativos com qualidade e segurança, através de suporte técnico aos investidores, auxiliando-os na identificação das melhores oportunidades do mercado de capitais. No ano de 2019, a Banrisul Corretora intermediou R$6,7 bilhões em operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, incremento de 9,8% em relação ao ano de 2018. O lucro líquido registrado no exercício de 2019 foi de R$3,8 milhões.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

A Banrisul Armazéns Gerais S.A. atua no município de Canoas, no Rio Grande do Sul, onde opera em regime de Armazém Geral, Porto Seco (Permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED. O lucro líquido registrado no exercício de 2019 foi de R$9,5 milhões.

Banrisul Icatu Participações S.A.

O Banrisul detém 49,9% do capital social da Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR, *holding* constituída em parceria com a Icatu Seguros S.A. A BIPAR atua, por meio das suas controladas, nos ramos de Seguros de Pessoas, Previdência Privada Aberta e Capitalização. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e a Rio Grande Capitalização S.A. atuam com exclusividade, na comercialização de Seguros de Pessoas, Previdência Privada Aberta e Capitalização nos canais do Banrisul.

Com uma carteira de 1,7 milhão de clientes, a BIPAR expandiu as operações com a abertura da Rio Grande Capitalização S.A., que deu início às atividades em setembro de 2019. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A apresentou faturamento de R$1,1 bilhão e crescimento de 48,7% no ano. Com forte atuação no Rio Grande do Sul, a seguradora possui 14,5% de participação no mercado de Seguros de Pessoas no Estado, sendo líder entre as seguradoras com matriz no Estado. A BIPAR registrou lucro líquido de R$92,9 milhões em 2019, crescimento de 14,5% em relação a 2018.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

A Bem Promotora de Vendas e Serviços, na qual o Banrisul detém 49,9% do capital social, atua na prestação de serviço como originadora de crédito consignado direcionado a aposentados e pensionistas do INSS e funcionários públicos federais. O saldo de operações de crédito do Banrisul originadas através da Rede Bem alcançou R$5.751,5 milhões em dezembro de 2019. O lucro líquido da Bem Promotora alcançou R$21,8 milhões em 2019.

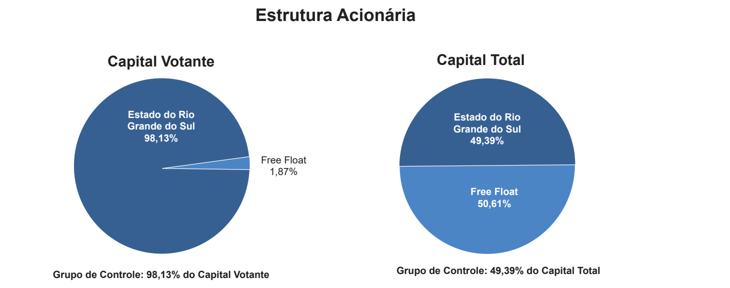
Governança Corporativa

Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e alinhado às melhores práticas de mercado, o Banrisul atende integralmente os requisitos desse nível de listagem e também exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, buscando reforçar sua credibilidade junto aos investidores e clientes.

De acordo com a Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banrisul informa que a empresa KPMG Auditores Independentes, contratada em 2016, por meio do processo licitatório, Concorrência nº 586/15, estabelecido pela Lei nº 8.666/93, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no ano de 2019.

Estrutura Acionária

O Banrisul apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 50,6% do total das ações do Banco são de livre circulação (*free float*), enquanto que o mínimo exigido é de 25%. Em dezembro de 2019, a estrutura acionária do Banrisul estava definida conforme apresentado abaixo:



Política de Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio/Dividendos

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo exigido. No ano de 2019, foram pagos e/ou provisionados juros sobre capital próprio e dividendos, líquidos de imposto de renda na fonte, no montante de R$510,9 milhões.

Controles Internos e *Compliance*

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração para o sistema de controles internos, encontra-se em desenvolvimento ferramenta corporativa com foco no aprimoramento da gestão dos controles internos e *compliance* do Banco. Essa ferramenta possibilitará aos gestores da Primeira Linha de Defesa uma visão unificada dos seus processos e respectivos riscos, auxiliando na documentação dos controles e acompanhamento dos planos de ação para o efetivo atendimento das recomendações dos Órgãos Reguladores, Auditoria Externa, Auditoria Interna e Unidade de Controles e *Compliance*, permitindo maior interação e gestão entre as três Linhas de Defesa.

No âmbito da Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - PLD/FT, foi realizada a implantação da nova versão da ferramenta de monitoramento de indícios, bem como a implantação de novas funcionalidades como a filtragem de listas restritivas e classificação de risco de lavagem de dinheiro. Além disso, a fim de manter o quadro de colaboradores atualizado sobre o tema, foi divulgado novo treinamento à distância na plataforma EAD do Banco. Em paralelo a isso, os procedimentos e ferramentas de monitoramento e reportes estão em constante avaliação, visando à qualificação e efetividade dos controles e das atividades relacionadas ao processo de identificação, análise, tratamento e comunicações exigidas pelos reguladores. O Banco mantem equipe exclusiva dedicada à execução de atividades com foco na prevenção à lavagem de dinheiro, ao acompanhamento da legislação e ao desenvolvimento de programas de treinamento para todo o quadro de colaboradores.

Gestão de Capital e de Riscos

A gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária - IRRBB, liquidez, operacional e socioambiental é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de (i) monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e (ii) identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Instituição e abrange as demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial (Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.), assim como a Banrisul Armazéns Gerais S.A. (controlada). Os processos são mapeados, classificados e consolidados de acordo com as características das exposições das operações, e em conformidade com as recomendações dos órgãos reguladores.

Estrutura Integrada de Gestão

A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos corporativos do Grupo Banrisul é coordenada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos - UGRC, responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional e socioambiental, com o suporte da Diretoria de Controle e Risco. As informações produzidas pela Unidade subsidiam o Comitê de Riscos (órgão consultivo do Conselho de Administração) e demais Comitês de Gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável pela UGRC e o Conselho de Administração é o responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

As estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos são revisadas com periodicidade mínima anual e estão disponíveis no site de Relações com Investidores do Banrisul, seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos, bem como em outros relatórios públicos relativos à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco - RWA, do patrimônio de referência - PR e da razão de alavancagem - RA.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais a instituição está sujeita, bem como seus objetivos estratégicos.

Conforme definições do CMN, o cálculo de capital mínimo considera um multiplicador, denominado fator F de 8%, e o adicional de capital principal - ACP de 2,50%, válidos a partir de janeiro de 2019; o requerimento mínimo do Índice de Basileia, que corresponde à soma dos dois fatores relacionados anteriormente, aplicado ao montante total do RWA, se mantém em 10,5%.

O cálculo e a remessa de informações em relação ao ACP passaram a ser exigidos a partir de janeiro de 2016. Em janeiro de 2019, esse adicional passou a ter a seguinte composição: (i) adicional de conservação de capital principal, 2,5% do montante do RWA; (ii) adicional contracíclico de capital principal, no máximo 2,5% do montante do RWA; e (iii) adicional de importância sistêmica de capital principal, até 2% do montante do RWA. Atualmente, o Banrisul está sujeito apenas ao adicional de conservação.

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e de ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A estrutura de avaliação do risco está alicerçada em metodologias estatísticas de modelos *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio da decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito e limites de risco correspondentes a diversos níveis decisórios. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente predefinidos, de acordo com a exposição que a instituição está disposta a operar, atendendo ao binômio risco x retorno. Estes modelos estão em constante validação e são atualizados periodicamente afim de manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração da Instituição.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O gerenciamento do risco de mercado no Banrisul está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação, ou seja, operações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade, e operações classificadas na carteira de não-negociação ou carteira bancária, que compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, como a carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósitos a prazo, depósitos de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Em 2019, o Banrisul deu continuidade aos projetos junto a área de Tecnologia da Informação para automatizar a métrica de mensuração para a carteira bancária referente ao risco de taxa de juros, denominado IRRBB, o qual define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados nesta carteira, conforme determina a Circular nº 3.876/18 do Bacen.

A automatização das métricas para o cálculo de requerimento das parcelas de risco de mercado para a carteira de negociação, do Demonstrativo de Requerimento de Capital - DDR, enviado diariamente ao Bacen, sofreu atualizações e atualmente está em desenvolvimento junto a área de sistemas. No período ocorreu, também, o início das discussões quanto aos novos fundamentos de requerimento de capital para a carteira de negociação que serão implementados no Brasil.

Destaca-se, também, a continuidade na implementação dos requisitos da Resolução nº 4.557/17 do CMN, que dispõe sobre a nova estrutura de gerenciamento de riscos integrados, através da elaboração e execução de planos de ação em conjunto com consultoria.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Durante o ano de 2019, os processos de monitoramento do risco de liquidez não indicaram a ocorrência de eventos de crises de liquidez, visto que os indicadores de risco permaneceram em níveis adequados de acordo com a política de risco e com os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a instituição e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos clientes, acionistas, empregados e demais partes interessadas.

No quarto trimestre de 2019, deu-se andamento ao ciclo de análise de riscos operacionais, abrangendo todas as unidades administrativas, empresas do Conglomerado Prudencial e a Banrisul Armazéns Gerais S.A., possibilitando a atualização da matriz de riscos da Instituição.

Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, devendo ser identificado pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas. O seu gerenciamento deve considerar rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco presente nas atividades e nas operações da instituição.

Gerenciado desde o início da vigência da Resolução nº 4.327/14 do CMN, o risco socioambiental está incluído no rol de riscos que devem ser gerenciados de forma integrada com os demais riscos relevantes da instituição a partir da vigência da Resolução nº 4.557/17 do CMN. Assim, está incorporado na Declaração de Apetite por Riscos e nos testes de estresse.

Índice de Basileia

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tem como base o Conglomerado Prudencial. O patrimônio de referência - PR alcançou R$6.439,0 milhões em dezembro de 2019, apresentando aumento de R$293,5 milhões frente a dezembro de 2018, impactado, principalmente, pela incorporação dos resultados gerados no período. A dívida subordinada registrada no Nível II apresentou redução de R$177,7 milhões, em função da aplicação do cronograma de Basileia III sobre as operações realizadas com base em normas anteriores à Resolução nº 4.192/13 do CMN.

A exposição total dos ativos ponderados pelo risco - RWA_{TOTAL} atingiu R$42.733,9 milhões em dezembro de 2019, com incremento de R$2.353,0 milhões frente a dezembro de 2018, influenciado, principalmente, pelo aumento de R$2.095,6 milhões na parcela de risco de crédito - RWA_{CPAD}, refletindo a nova regra prudencial para classificação das grandes empresas, em vigor a partir de março de 2019, e pelo crescimento de R$398,9 milhões na parcela de risco operacional - RWA_{OPAD}, compensados parcialmente pela queda de R$141,5 milhões na parcela de risco de mercado - RWA_{MPAD}, impactado, principalmente, pelo decréscimo da parcela de exposição cambial - RWA_{CAM}.

Considerando-se os valores realizados do PR e do RWA_{TOTAL}, o Índice de Basileia atingiu 15,1% em dezembro de 2019, com queda de 0,1 pp. na comparação com dezembro de 2018. Os índices de capital principal e de capital de Nível I alcançaram 13,8% em dezembro de 2019, ambos superiores ao mínimo exigido, com aumento de 0,4 pp. em relação a dezembro de 2018. A razão de alavancagem, calculada para o mês de dezembro de 2019, alcançou 7,0%, com mínimo definido em 3,0% em vigor desde janeiro de 2018, conforme Resolução nº 4.615/17 do CMN.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA FAZENDA

Banrisul

COMPANHIA ABERTA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96 Matriz em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Rua Capitão Montanha, 177

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Modernização Tecnológica

Tecnologia e Segurança da Informação

O processo de modernização tecnológica no Banrisul inclui a transformação digital, ampliação da infraestrutura de TI e o compromisso cada vez maior com a segurança da informação. O Banco direciona esforços na identificação de melhorias e inovações, por meio de investimentos em desenvolvimento de sistemas, contratação de serviços e manutenção de bens. No ano de 2019 o Banrisul investiu R$298,0 milhões em modernização tecnológica.

Em 2019, diversas ações foram realizadas visando a melhoria contínua dos mecanismos de segurança, como o aprimoramento no tratamento de segurança das transações em caixas eletrônicos e na emissão do cartão de Identidade Digital utilizado pelo público interno para acesso às aplicações de negócio; atendimento às exigências das bandeiras, para garantir a autenticidade do portador do cartão de crédito Banrisul em transações online; maior governança nas concessões de acesso sistêmico na Instituição e adição de medidas de segurança nos canais de *Internet Banking*. No mesmo âmbito, aconteceram as recertificações PCI - PIN Security, o que assegura a permanência do Banrisul no mercado de captura de transações comerciais envolvendo PIN (senha do cliente), e PCI - DSS da rede Vero, para a continuação do negócio de adquirência de cartões Visa, Mastercard e Elo.

A manutenção da segurança da informação do Banrisul passa por um processo contínuo de avaliação de vulnerabilidades, para isso o Banrisul contratou nova empresa especializada para testar a segurança, por meio de um conjunto de técnicas e ferramentas especializadas, voltadas à identificação e prevenção de vulnerabilidades. Durante o ano de 2019 houve também a definição de requisitos de segurança para a emissão do cartão de crédito sem contato e para a realização de transações de comércio eletrônico; o potencial cliente possui agora a opção de adquirir o cartão de crédito de forma digital, com o mesmo nível de segurança quando solicitado diretamente na agência; a criação de um serviço corporativo para assinatura digital de qualquer tipo de documento, em conformidade com o padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil e habilitação da rede Vero para capturar transações de mais bandeiras.

Buscando a conformidade com a Resolução nº 4.658/18 do Bacen, diversos projetos de segurança foram implementados em 2019, entre eles a campanha de conscientização alertando sobre a importância do comportamento seguro ao lidar com dados e informações, com a divulgação da nova Política de Segurança da Informação do Banrisul. Destaca-se ainda, a realização da 12ª edição do Fórum Internacional de TI Banrisul, com um público de 3 mil pessoas, explorando a temática "Inovação e Transformação Digital: O Impacto nos Modelos de Negócios".

Com o objetivo de manter o Banrisul em linha com o que há de mais moderno e incrementar a disponibilidade da Infraestrutura de TI, foi modernizada a comunicação do ambiente de telefonia de analógica para digital; realizada a internalização total do ambiente computacional de *call center*; e substituído o equipamento responsável pela criptografia dos dispositivos portáteis (POS) por uma solução atualizada, moderna e robusta, o que possibilitou implementar os mais atualizados métodos de segurança para as transações envolvendo cartões, bem como foi atualizada a tecnologia dos equipamentos de conectividade da rede de armazenamento de dados do Banrisul, possibilitando que a capacidade máxima de transferência de dados fosse aumentada em três vezes, em comparação com a tecnologia substituída.

No período, foi realizada a renovação de todo o parque de celulares corporativos. Esse processo teve como meta fornecer dispositivos com maior capacidade de processamento e com as versões mais recentes dos sistemas operacionais Android e iOS. Com isso, objetiva-se agilizar e tornar mais efetivas as áreas de suporte e negócio no processo de disponibilização de produtos e serviços. Foram ampliados os serviços de processamentos de TI implementados na nova solução de controle de produção, os quais garantem uma gestão mais eficiente dos recursos de TI e a redução do risco operacional que atendem os negócios, tais como: contas correntes, fundos de investimentos, cobrança, depósito a prazo, agendamento de pagamentos, dentre outros. Além disso, houve evolução significativa no processo de consolidação dos alertas de monitoração dos ativos de infraestrutura de TI, comunicações e sistemas, agrupando-os em soluções que a TI provê para a sustentação dos canais de atendimento e serviços de negócio do Banco, o que possibilitou identificar mais assertivamente o impacto de mudanças ou falhas no ambiente de TI, nos respectivos negócios do Banrisul.

No que se refere a arquitetura computacional, destacam-se as iniciativas de realização de investimentos na atualização em soluções mais evoluídas de Prevenção de Intrusões e filtros de proteção da rede para gerar maior segurança ao ambiente de TI, permitindo monitoramento e análise em possíveis ameaças na rede corporativa do Banco. Sempre com foco na modernização dos componentes de infraestrutura, foi realizada a atualização do sistema operacional dos ativos da plataforma Windows, mitigando, desta forma, vulnerabilidades de segurança e garantindo o suporte do fabricante para os sistemas operacionais. Também cabe destaque à continuidade do projeto de construção do Novo Data Center.

No que se refere ao desenvolvimento de sistemas, foram implementadas melhorias e ferramentas nas áreas de suporte ao desenvolvimento de sistemas de negócios, tendo como principal objetivo agregar maior qualidade, agilidade, modernidade e segurança no desenvolvimento e administração de sistemas, tais como: (i) maior controle sobre a qualidade de programas desenvolvidos; (ii) novas funcionalidades para a automação de testes de sistemas; (iii) adequação da interface gráfica dos sistemas a modernos recursos de navegadores; (iv) soluções para criação de campanhas de envio de notificações (PUSH) sobre produtos do Banco no app Banrisul Digital; (v) disponibilização de estatísticas de *download* do aplicativo Banrisul Digital, com a associação ao cartão virtual, para as redes sociais Google e Facebook; (vi) modernização dos sistemas de investimento em depósito a prazo, possibilitando a oferta de novos produtos e implementando melhorias na demonstração das informações aos clientes; e (vii) implantação do Portal de Seguros, Previdência e Capitalização no aplicativo Banrisul Digital, onde o usuário pode consultar o portfólio de produtos oferecidos, os produtos/apólices contratados, os canais de contato com o Banco, tutoriais explicativos sobre esses produtos, além de receber aviso da proximidade de vencimento de apólices de seguros contratados.

Transformação Digital

Com foco em promover um ambiente favorável aos ecossistemas digitais, preparando o Banrisul para o novo momento do sistema bancário, a Transformação Digital envolve as áreas de negócio e tecnologia da Instituição, intensificando ações de promoção da cultura ágil com outras unidades do Banco. Alinhado a esta missão, foram inseridos, aproximadamente, 1.500 empregados nesta nova cultura, por meio de instrução em disciplina de MBA, treinamentos e palestras. As iniciativas de 2019 estiveram centradas para a formação de novos *squads* e estruturação de novas jornadas em times já atuantes no Banco, alinhando os objetivos estratégicos da Instituição às soluções desenvolvidas. Também foram implementadas ações para modernização de processos e ferramentas tecnológicas para suportar o desenvolvimento de novos produtos de forma mais ágil e fluída, e continuada a busca por novas fronteiras tecnológicas com a participação no lançamento da Rede Blockchain do Sistema Financeiro Nacional - RBSFN.

Entre os *squads* atuantes em 2019, destacam-se: (i) conclusão da solução de recuperação de crédito no app Banrisul Digital e das melhorias implementadas no Portal de Renegociação de Dívidas; (ii) jornada de abertura de contas para os Universitários, no app Banrisul Digital, que teve sua relevância ratificada com o convênio entre Banrisul e CIEE-RS, para o pagamento das bolsas-auxílio dos estagiários, o qual já possui mais de 3,5 mil contas abertas com adesão de cartão de crédito e limite de conta; (iii) implementação de novo formato simplificado para acesso ao app Vero, com novas funcionalidades, disponibilizando aos credenciados, entre outras, uma alternativa para o acompanhamento do faturamento necessário para a isenção de franquia da máquina; (iv) disponibilização de simulação do Crédito 1 Minuto para clientes e estabelecimentos comerciais, em formato mais claro e dinâmico no site do Banco e no aplicativo; (v) disponibilização no app Banrisul Digital de consulta aos limites de crédito pessoal contratados (*mix* pessoa física); (vi) otimização da jornada de credenciamento à rede Vero, visando redução significativa do tempo médio para finalização do processo de aquisição de uma solução de meio de pagamento; (vii) jornada de contratação do cartão de crédito Libre no app Banrisul Digital, exclusivamente para não correntistas; e (viii) contínua realização de pesquisas junto aos usuários, identificando e validando propostas, tanto para evolução do app Banrisul Digital quanto para soluções ligadas ao agronegócio.

Recursos Humanos

O Banrisul encerrou o ano de 2019 com 10.283 empregados, dos quais 45% mulheres e 55% homens, e com 1.990 estagiários de nível médio e superior. As mulheres representam 33% das funções de liderança e alta gestão do Banco. Para a manutenção da qualidade do atendimento aos clientes, em 2019 foram contratados, via concurso púbico, 200 novos empregados para atuar na Rede de Agências.

Tendo a educação como diferencial no desenvolvimento do profissional, a Universidade Corporativa do Banrisul oportunizou, em 2019, 80 horas de capacitação por empregado, sendo 371.571 horas em cursos presenciais e 451.160 horas em cursos na modalidade EAD. No total, foram realizados 2.911 cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com mais de 133 mil participações. O Banrisul também incentiva a qualificação dos empregados por meio de subsídio parcial a cursos de nível superior. Ao final de 2019, 70,1% dos empregados possuíam ensino superior completo e 22,6% possuíam cursos de pós-graduação. O investimento total em educação corporativa foi de R$18,5 milhões, com foco nas ações de desenvolvimento dos empregados, alinhado à estratégia do Banco.

Responsabilidade Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banrisul - PRSA, estabelece as diretrizes de sustentabilidade para o Banco e todas as empresas controladas do Grupo Banrisul. Em consonância com a PRSA, o Banrisul participa do Comitê Deliberativo do Programa Sustentare, que visa minimizar danos causados ao meio ambiente e potencializar a inclusão social.

No aspecto ambiental, participa da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Governo do Estado, dos comitês gestores do Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica - PLEAPO e do Programa Estadual de Conservação de Solo e Água, que incentivam a agricultura sustentável. O Banrisul beneficiou, por meio do Programa Sementes, agricultores, estudantes, quilombolas e indígenas com a distribuição de sementes agrícolas. O programa está em consonância com o objetivo de estimular estratégias de desenvolvimento rural sustentável nas comunidades onde o Banco está inserido. Dentre as ações socioambientais, destaca-se o projeto Coletor de Tampinhas, que destina a verba da reciclagem de tampas plásticas para a aquisição de bengalas a pessoas com deficiência visual.

No âmbito socioeducacional o Projeto Pescar Banrisul, que oferece, anualmente, a 20 jovens entre 16 e 19 anos, o curso de Iniciação Profissional em Serviços Administrativos, ministrado por instrutores voluntários do Banrisul, formou a 16ª turma em 2019 e concluiu a seleção para a 17ª turma que iniciará em 2020. Durante o ano de 2019, o Banrisul propiciou *workshops* a respeito do tema Diversidade no Fórum Atitudes para Cidades Sustentáveis, que envolveu 500 participantes, na região do Vale Paranhana. Ainda no viés da Diversidade, foi desenvolvida a animação 13 anos da Lei Maria da Penha, compartilhada com colaboradores e em mídias sociais, além de *workshops* em cursos de formação internos.

No ambiente corporativo, o Banco disponibilizou no ano de 2019 os cursos EAD de Sustentabilidade Corporativa, que aborda princípios de sustentabilidade no setor financeiro e na Instituição, e o de Gestão de Resíduos, que orienta sobre a separação correta do lixo e incentiva o consumo consciente. Com objetivo de resgatar a história de seus 91 anos, o Museu Banrisul recepcionou os novos empregados oriundos do concurso público, em visita guiada no Espaço Memória Banrisul, e acolheu visitas técnicas de estudantes universitários.

Reconhecimentos

Mar/2019 **Banrisul é marca líder como empresa pública e banco no RS.**
Pesquisa Marcas de Quem Decide.

Mar/2019 **Banrisul é destaque no prêmio Top Consumidor - Marcas de Respeito 2019.**
Pesquisa do Instituto Nacional de Educação do Consumidor e do Cidadão e pela Revista Consumidor.

Mai/2019 **Banrisul é o banco mais lembrado na pesquisa *Top of Mind* RS.**
A premiação é promovida pela Revista Amanhã em parceria com a Engaje Pesquisas.

Jun/2019 **Banrisul Armazéns Gerais recebe o Prêmio Exportação RS.**
A distinção foi concedida pela ADVB/RS.

Jun/2019 **Solução de Monitoração Cognitiva do Banrisul é vencedora do *Prêmio efinance*.**
A distinção foi concedida pela Editora Executivos Financeiros de São Paulo.

Jun/2019 **Banrisul é destaque no *ranking* de Instituições Top 5 do Banco Central.**

Set/2019 **Ferramenta para cartões de crédito do app Banrisul Digital está entre as melhores do mercado.**
Estudo realizado pela empresa paulista CardMonitor, especializada em pesquisa e avaliação de tendências no mercado de cartões.

Set/2019 **Banrisul e Rio Grande Seguros são destaques em *ranking* nacional.**
Ranking Finanças, elaborado pelo jornal Valor Econômico, de São Paulo, em parceria com a Serasa Experian e o Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getulio Vargas.

Set/2019 **Banrisul é uma das maiores empresas de capital aberto do País.**
Levantamento da consultoria Economatica e publicado no anuário Melhores e Maiores, edição de 2019, da revista Exame.

Out/2019 **Banrisul é destaque no estudo Estadão Empresas Mais - O *Ranking* das Maiores Companhias do Brasil.**
Levantamento desenvolvido pelo jornal O Estado de São Paulo em parceria com a Fundação Instituto de Administração e a Austin *Rating*, agência classificadora de riscos.

Nov/2019 **Diretor de TI e Inovação do Banrisul recebe premiação nacional.**
A homenagem ocorreu na 3ª edição do *4Network Award*, em São Paulo.

Nov/2019 **Banrisul é um dos vencedores do Prêmio Ouvidorias Brasil 2019**
Concedido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente, o prêmio foi entregue no III Fórum Nacional de Ouvidorias, realizado em São Paulo.

Nov/2019 **Infraestrutura em TI do Banrisul vence Prêmio Relatório Bancário 2019.**
Premiação promovida pela empresa paulista Cantarino Brasileiro.

Nov/2019 **Banrisul é uma das maiores empresas da Região Sul - *ranking* 500 Maiores do Sul.**
Segundo levantamento do Grupo Amanhã e da consultoria PwC Brasil.

Dez/2019 **Banrisul é eleito Marca do Ano pela ARP 2019.**
Concedido pela Associação Riograndense de Propaganda.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
ATIVO	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
CIRCULANTE	**36.245.021**	**40.686.100**	**38.211.585**	**42.319.714**
Disponibilidades (Nota 04)	**1.161.173**	**886.013**	**1.161.179**	**886.049**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 05)	**1.011.687**	**4.593.001**	**1.012.969**	**4.602.385**
Aplicações no Mercado Aberto	1.003.615	4.500.482	1.004.897	4.509.866
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.519	8.072	92.519
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06)	**5.623.834**	**7.369.149**	**5.931.403**	**7.718.598**
Carteira Própria	4.616.071	2.449.171	5.092.427	3.039.134
Vinculados a Compromissos de Recompra	998.500	4.185.217	810.823	3.933.006
Instrumentos Financeiros Derivativos	9.263	-	9.263	-
Vinculados ao Banco Central	-	709.861	-	709.861
Vinculados à Prestação de Garantias	-	24.900	18.881	36.588
Moedas de Privatização	-	-	9	9
Relações Interfinanceiras	**12.207.651**	**12.184.602**	**13.872.692**	**13.447.096**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.442	2.632	1.668.483	1.265.126
Créditos Vinculados (Nota 07)				
Depósitos no Banco Central	12.186.091	12.162.020	12.186.091	12.162.020
Convênios	46	43	46	43
Correspondentes	18.072	19.907	18.072	19.907
Relações Interdependências	**125.338**	**117.941**	**125.338**	**117.941**
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.358	1.898	2.358	1.898
Transferências Internas de Recursos	122.980	116.043	122.980	116.043
Operações de Crédito (Nota 08)	**11.222.316**	**10.557.126**	**11.222.316**	**10.557.126**
Operações de Crédito				
Setor Público	17.952	11.649	17.952	11.649
Setor Privado	11.568.502	11.017.857	11.568.502	11.017.857
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.472	4.209	3.472	4.209
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(367.610)	(476.589)	(367.610)	(476.589)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 08)	**13.247**	**15.808**	**13.247**	**15.808**
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	2.280	3.181	2.280	3.181
Setor Privado	12.136	14.169	12.136	14.169
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.169)	(1.542)	(1.169)	(1.542)
Outros Créditos (Nota 09)	**4.750.629**	**4.871.731**	**4.739.641**	**4.882.938**
Avais e Fianças Honrados	8.498	2.583	8.498	2.583
Carteira de Câmbio	715.084	821.118	715.084	821.118
Rendas a Receber	229.283	213.295	135.794	128.032
Negociação e Intermediação de Valores	-	17.988	19.567	46.266
Créditos Específicos	-	-	839	835
Diversos	4.048.532	3.941.968	4.112.487	4.021.175
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(250.768)	(125.221)	(252.628)	(137.071)
Outros Valores e Bens (Nota 10)	**129.146**	**90.729**	**132.800**	**91.773**
Outros Valores e Bens	2.746	2.838	5.588	2.927
Despesas Antecipadas	126.400	87.891	127.212	88.846
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**41.891.416**	**33.623.504**	**41.916.932**	**33.650.381**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06)	**18.990.465**	**12.660.646**	**19.000.188**	**12.674.761**
Carteira Própria	15.830.482	12.660.499	15.830.482	12.660.499
Vinculados a Compromissos de Recompra	2.587.521	-	2.587.521	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	122.046	-	122.046	-
Vinculados ao Banco Central	423.646	-	423.646	-
Vinculados à Prestação de Garantias	26.770	147	36.493	14.262
Relações Interfinanceiras	**1.074.400**	**1.015.245**	**1.074.400**	**1.015.245**
Créditos Vinculados (Nota 07)				
Sistema Financeiro da Habitação	1.074.400	1.015.245	1.074.400	1.015.245
Operações de Crédito (Nota 08)	**19.246.523**	**17.737.469**	**19.246.523**	**17.737.469**
Operações de Crédito				
Setor Público	86.143	69.348	86.143	69.348
Setor Privado	21.284.697	19.650.357	21.284.697	19.650.357
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	18.833	24.181	18.833	24.181
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.143.150)	(2.006.417)	(2.143.150)	(2.006.417)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 08)	**15.711**	**13.398**	**15.711**	**13.398**
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	768	1.422	768	1.422
Setor Privado	16.298	13.260	16.298	13.260
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.355)	(1.284)	(1.355)	(1.284)
Outros Créditos (Nota 09)	**2.318.136**	**2.097.427**	**2.333.841**	**2.110.189**
Carteira de Câmbio	1.624	2.547	1.624	2.547
Diversos	2.364.514	2.143.786	2.380.219	2.156.548
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(48.002)	(48.906)	(48.002)	(48.906)
Outros Valores e Bens (Nota 10)	**246.181**	**99.319**	**246.269**	**99.319**
Outros Valores e Bens	314.737	154.232	314.825	154.232
Provisão para Desvalorização	(90.667)	(73.406)	(90.667)	(73.406)
Despesas Antecipadas	22.111	18.493	22.111	18.493
PERMANENTE	**2.858.359**	**2.721.239**	**1.421.072**	**1.457.787**
Investimentos (Nota 11 (a))	**1.644.747**	**1.403.030**	**137.937**	**119.810**
Participação em Coligadas e Controladas no País	1.638.128	1.395.894	131.244	112.599
Outros Investimentos	11.395	11.921	11.537	12.064
Provisão para Perdas	(4.776)	(4.785)	(4.844)	(4.853)
Imobilizado de Uso (Nota 11 (b))	**250.483**	**195.445**	**319.839**	**215.100**
Imóveis de Uso	125.147	113.220	140.855	128.893
Outras Imobilizações de Uso	710.432	655.997	791.859	682.269
Depreciação Acumulada	(585.096)	(573.772)	(612.875)	(596.062)
Intangível (Nota 11 (c))	**963.129**	**1.122.764**	**963.296**	**1.122.877**
Ativos Intangíveis	1.613.140	1.593.967	1.615.362	1.596.077
Amortização Acumulada	(650.011)	(471.203)	(652.066)	(473.200)
TOTAL DO ATIVO	**80.994.796**	**77.030.843**	**81.549.589**	**77.427.882**

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
CIRCULANTE	**32.528.691**	**30.090.736**	**33.080.910**	**30.483.450**
Depósitos (Nota 12)	**19.424.885**	**17.515.602**	**19.392.004**	**17.499.546**
Depósitos à Vista	3.237.941	3.632.816	3.228.976	3.629.157
Depósitos de Poupança	9.622.161	9.127.809	9.622.161	9.127.809
Depósitos Interfinanceiros	457.089	112.306	457.089	112.306
Depósitos a Prazo	6.106.024	4.642.398	6.082.108	4.630.001
Outros Depósitos	1.670	273	1.670	273
Captações no Mercado Aberto (Nota 12)	**3.577.107**	**4.180.732**	**3.391.443**	**3.928.602**
Carteira Própria	3.577.107	4.180.732	3.391.443	3.928.602
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12)	**1.642.498**	**984.171**	**1.355.041**	**688.903**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.642.498	984.171	1.355.041	688.903
Relações Interfinanceiras	**81.645**	**65.031**	**81.645**	**65.031**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	81.645	65.031	81.645	65.031
Relações Interdependências	**228.696**	**214.956**	**225.768**	**208.594**
Recursos em Trânsito de Terceiros	228.696	214.956	225.768	208.594
Obrigações por Empréstimos	**708.838**	**861.998**	**708.929**	**862.518**
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	91	520
Empréstimos no Exterior (Nota 13)	708.838	861.998	708.838	861.998
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 14)	**457.882**	**432.595**	**457.882**	**432.595**
Tesouro Nacional	12.391	13.897	12.391	13.897
BNDES	315.200	289.692	315.200	289.692
CEF	6.376	5.824	6.376	5.824
FINAME	123.419	122.726	123.419	122.726
Outras Instituições Oficiais	496	456	496	456
Obrigações por Repasses do Exterior (Nota 14)	**1.393**	**2.663**	**1.393**	**2.663**
Repasses do Exterior	1.393	2.663	1.393	2.663
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06 (d))	**-**	**2.423**	**-**	**2.423**
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	2.423	-	2.423
Outras Obrigações (Nota 15)	**6.405.747**	**5.830.565**	**7.466.805**	**6.792.575**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.459	40.242	28.459	40.242
Carteira de Câmbio	59.358	46.752	59.358	46.752
Sociais e Estatutárias	105.265	119.704	105.490	120.014
Fiscais e Previdenciárias	413.007	513.617	478.765	569.717
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	20.336	28.534
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	901.124	903.347	901.124	903.347
Dívidas Subordinadas	162.353	155.166	162.353	155.166
Diversas	4.736.181	4.051.737	5.710.920	4.928.803
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**40.495.550**	**39.649.534**	**40.496.129**	**39.650.027**
Depósitos (Nota 12)	**34.248.080**	**33.364.564**	**34.248.080**	**33.364.564**
Depósitos a Prazo	34.248.080	33.364.564	34.248.080	33.364.564
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12)	**2.205.125**	**2.151.098**	**2.205.125**	**2.151.098**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	2.205.125	2.151.098	2.205.125	2.151.098
Obrigações por Empréstimos	**-**	**182**	**-**	**270**
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	-	88
Empréstimos no Exterior (Nota 13)	-	182	-	182
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 14)	**1.091.948**	**1.315.345**	**1.091.948**	**1.315.345**
BNDES	786.922	950.948	786.922	950.948
CEF	41.341	41.568	41.341	41.568
FINAME	262.651	321.329	262.651	321.329
Outras Instituições Oficiais	1.034	1.500	1.034	1.500
Obrigações por Repasses do Exterior (Nota 14)	**-**	**1.356**	**-**	**1.356**
Repasses do Exterior	-	1.356	-	1.356
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06 (d))	**-**	**24.386**	**-**	**24.386**
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	24.386	-	24.386
Outras Obrigações (Nota 15)	**2.950.397**	**2.792.603**	**2.950.976**	**2.793.008**
Fiscais e Previdenciárias	548.653	537.911	548.653	537.911
Dívidas Subordinadas	2.138.695	1.996.865	2.138.695	1.996.865
Diversas	263.049	257.827	263.628	258.232
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**178.188**	**15.502**	**178.188**	**15.502**
Resultados de Exercícios Futuros	178.188	15.502	178.188	15.502
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 23)	**7.792.367**	**7.275.071**	**7.794.362**	**7.278.903**
Capital Social de Domiciliados no País	5.200.000	4.396.719	5.200.000	4.396.719
Reservas de Capital	4.511	4.511	4.511	4.511
Reservas de Lucros	2.872.851	3.065.305	2.872.851	3.065.305
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(284.995)	(191.464)	(284.995)	(191.464)
Participação de Não Controladores	-	-	1.995	3.832
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**80.994.796**	**77.030.843**	**81.549.589**	**77.427.882**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**4.568.100**	**9.074.240**	**9.519.470**	**9.105.414**	**9.551.777**
Operações de Crédito	3.322.294	6.621.745	6.660.701	6.621.756	6.660.701
Operações de Arrendamento Mercantil	2.738	5.738	3.708	5.738	3.708
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	726.485	1.391.889	1.582.133	1.423.052	1.614.440
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	75.527	132.096	217.626	132.096	217.626
Resultado de Operações de Câmbio	72.668	137.754	213.321	137.754	213.321
Resultado das Aplicações Compulsórias	346.627	732.231	761.881	732.231	761.881
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	21.761	52.787	80.100	52.787	80.100
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(2.378.510)**	**(4.794.402)**	**(5.160.249)**	**(4.774.293)**	**(5.140.667)**
Operações de Captação no Mercado	(1.611.548)	(3.309.938)	(3.421.650)	(3.289.099)	(3.400.800)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(153.170)	(291.264)	(459.797)	(291.278)	(459.837)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 08 (e))	(613.792)	(1.193.200)	(1.278.802)	(1.193.916)	(1.280.030)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**2.189.590**	**4.279.838**	**4.359.221**	**4.331.121**	**4.411.110**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(1.636.460)**	**(2.851.216)**	**(2.733.411)**	**(2.731.953)**	**(2.627.952)**
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	72.325	144.544	142.112	947.488	946.072
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	558.499	1.095.007	1.050.759	1.095.028	1.051.051
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(992.564)	(1.957.111)	(2.040.462)	(1.974.519)	(2.055.401)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(846.166)	(1.692.775)	(1.658.485)	(1.819.409)	(1.839.656)
Despesas Tributárias	(191.015)	(377.056)	(378.927)	(482.688)	(487.957)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	205.817	385.449	352.541	46.597	45.179
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	396.363	833.546	409.306	762.462	331.264
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(839.719)	(1.282.820)	(610.255)	(1.306.912)	(618.504)
RESULTADO OPERACIONAL	**553.130**	**1.428.622**	**1.625.810**	**1.599.168**	**1.783.158**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	**553.130**	**1.428.622**	**1.625.810**	**1.599.168**	**1.783.158**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25 (a))	**210.703**	**57.369**	**(452.442)**	**(112.466)**	**(608.877)**
Corrente	(78.295)	(186.610)	(246.882)	(354.863)	(403.209)
Diferido	288.998	243.979	(205.560)	242.397	(205.668)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	**(74.763)**	**(141.573)**	**(124.739)**	**(141.763)**	**(124.896)**
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	**-**	**-**	**-**	**(521)**	**(756)**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**689.070**	**1.344.418**	**1.048.629**	**1.344.418**	**1.048.629**
Número de Ações em Circulação - Milhares (Nota 23 (a))	408.974	408.974	408.974	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social - R$	1.684,87	3.287,29	2.564,05	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	**553.130**	**1.428.622**	**1.625.810**	**1.599.168**	**1.783.158**
Ajustes ao Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados					
Depreciação e Amortização	103.370	204.919	196.419	210.533	199.591
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(205.817)	(385.449)	(352.541)	(46.597)	(45.179)
Tributos Diferidos	(288.998)	(243.979)	205.560	(242.397)	205.668
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	162.791	315.734	411.262	315.734	411.262
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	613.792	1.193.200	1.278.802	1.193.916	1.280.030
Provisão para Contingências	438.730	615.913	318.746	616.970	319.498
Lucro Ajustado antes da Tributação e Participação dos Empregados	**1.376.998**	**3.128.960**	**3.684.058**	**3.647.327**	**4.154.028**
Variação de Ativos e Obrigações	**(1.793.654)**	**(3.158.621)**	**(1.641.005)**	**(3.902.567)**	**(2.193.652)**
Redução em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	**22.685**	**79.563**	**500.868**	**79.563**	**500.868**
(Aumento) Redução em Títulos para Negociação	(905.739)	(1.933.003)	241.510	(2.177.309)	239.269
(Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos	(86.291)	(158.118)	(274.138)	(158.118)	(274.138)
(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(14.213)	(59.247)	(975.548)	(458.360)	(1.148.519)
(Aumento) em Operações de Crédito	(2.151.233)	(3.222.452)	(3.717.962)	(3.222.452)	(3.717.962)
(Aumento) Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(3.719)	546	11.665	546	11.665
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(240.411)	176.099	(473.689)	93.594	(369.513)
(Aumento) em Outros Valores e Bens	(132.939)	(185.279)	(49.217)	(187.977)	(47.526)
Aumento em Depósitos	2.468.414	2.792.799	3.755.562	2.775.974	3.779.521
(Redução) em Captação no Mercado Aberto	(808.029)	(603.625)	(825.457)	(537.159)	(924.014)
Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	244.538	712.354	838.667	720.165	802.153
(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(46.693)	(354.078)	(322.712)	(354.595)	(323.425)
(Redução) em Outras Obrigações	(85.712)	(286.010)	(130.503)	(200.917)	(367.257)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	4.404	71.097	(11.582)	71.097	(11.582)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(58.716)	(189.267)	(208.469)	(346.619)	(343.192)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(416.656)**	**(29.661)**	**2.043.053**	**(255.240)**	**1.960.376**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Redução de Capital Social	-	-	(353.281)	-	(353.281)
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	15.968	124.805	103.132	124.805	103.132
Redução em Títulos Disponíveis para Venda	436	1.640	862.836	287.826	954.712
(Aumento) Redução em Títulos Mantidos até o Vencimento	(3.147.757)	(2.521.247)	2.506.164	(2.516.855)	2.495.740
Alienação de Investimentos	2.934	2.979	1.626	2.979	1.232
Alienação de Imobilizado de Uso	942	1.119	1.930	2.061	3.490
Baixa do Intangível	-	-	701	-	751
Aquisição de Investimentos	(1.663)	(3.384)	(1.836)	(19.309)	(1.836)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(43.814)	(76.732)	(49.895)	(132.931)	(57.559)
Aplicação no Intangível	(9.356)	(20.966)	(67.473)	(21.078)	(67.473)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(3.182.310)**	**(2.491.786)**	**3.003.904**	**(2.272.502)**	**3.078.908**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dívidas Subordinadas	-	-	(8.973)	-	(8.973)
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(83.834)	(166.717)	(143.396)	(166.717)	(143.396)
Dividendos Pagos	-	(45.839)	(20.204)	(45.839)	(20.204)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(218.769)	(507.925)	(361.100)	(507.925)	(361.100)
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	(1.837)	556
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(302.603)**	**(720.481)**	**(533.673)**	**(722.318)**	**(533.117)**
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	19.438	15.337	52.687	15.337	52.687
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(3.882.131)**	**(3.226.591)**	**4.565.971**	**(3.234.723)**	**4.558.854**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício (Nota 04)	6.054.991	5.399.451	833.480	5.408.871	850.017
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício (Nota 04)	2.172.860	2.172.860	5.399.451	2.174.148	5.408.871

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Atribuível aos Acionistas da Controladora										
				Reservas de Lucros							
	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total Banrisul	Participação de Não Controladores	Total Banrisul Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2018	**4.750.000**	**-**	**4.511**	**476.623**	**1.675.108**	**316.884**	**(191.377)**	**-**	**7.031.749**	**3.276**	**7.035.025**
Redução de Capital Social (Nota 23(a))	(353.281)	-	-	-	-	-	-	-	(353.281)	-	(353.281)
Ajustes de Avaliação Patrimonial											
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	(602)	-	(602)	-	(602)
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	(52.172)	-	(52.172)	-	(52.172)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior	-	-	-	-	-	-	52.687	-	52.687	-	52.687
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	556	556
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.048.629	1.048.629	-	1.048.629
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23(b))											
Constituição de Reservas	-	-	-	52.432	249.049	327.228	-	(628.709)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(406.100)	(406.100)	-	(406.100)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(13.820)	(13.820)	-	(13.820)
Dividendos Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(32.019)	-	-	-	(32.019)	-	(32.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**4.396.719**	**-**	**4.511**	**529.055**	**1.892.138**	**644.112**	**(191.464)**	**-**	**7.275.071**	**3.832**	**7.278.903**
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**4.396.719**	**-**	**4.511**	**529.055**	**1.892.138**	**644.112**	**(191.464)**	**-**	**7.275.071**	**3.832**	**7.278.903**
Aumento de Capital Social (Nota 23 (a))	803.281	-	-	-	(159.169)	(644.112)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial											
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	585	-	585	-	585
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	(214.824)	-	(214.824)	-	(214.824)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior	-	-	-	-	-	-	15.337	-	15.337	-	15.337
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.837)	(1.837)
Reclassificação para Resultados de Exercícios Futuros (Nota 23(c))	-	-	-	-	-	-	-	(91.589)	(91.589)	-	(91.589)
Realização dos Ajustes de Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-	-	105.371	(105.371)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.344.418	1.344.418	-	1.344.418
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23 (b))											
Constituição de Reservas	-	-	-	67.221	336.105	207.501	-	(610.827)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(462.925)	(462.925)	-	(462.925)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(73.706)	(73.706)	-	(73.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.200.000**	**-**	**4.511**	**596.276**	**2.069.074**	**207.501**	**(284.995)**	**-**	**7.792.367**	**1.995**	**7.794.362**
Saldo em 01 de julho de 2019	**4.396.719**	**803.281**	**4.511**	**561.822**	**1.884.549**	**-**	**(132.573)**	**-**	**7.518.309**	**4.158**	**7.522.467**
Aumento de Capital Social (Nota 23 (a))	803.281	(803.281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial											
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	445	-	445	-	445
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	(172.305)	-	(172.305)	-	(172.305)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior	-	-	-	-	-	-	19.438	-	19.438	-	19.438
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.163)	(2.163)
Reclassificação para Resultados de Exercícios Futuros (Nota 23(c))	-	-	-	-	-	-	-	11.396	11.396	-	11.396
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	689.070	689.070	-	689.070
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23 (b))											
Constituição de Reservas	-	-	-	34.454	184.525	207.501	-	(426.480)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(218.769)	(218.769)	-	(218.769)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(55.217)	(55.217)	-	(55.217)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.200.000**	**-**	**4.511**	**596.276**	**2.069.074**	**207.501**	**(284.995)**	**-**	**7.792.367**	**1.995**	**7.794.362**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras..

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

		Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2° Semestre 2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
RECEITAS (a)	**4.978.727**	**9.955.189**	**9.880.624**	**10.717.528**	**10.637.779**
Intermediação Financeira	4.565.332	9.075.292	9.557.249	9.106.466	9.589.422
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	630.824	1.239.551	1.192.871	2.042.516	1.997.123
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(613.792)	(1.193.200)	(1.278.802)	(1.193.916)	(1.280.030)
Outras	396.363	833.546	409.306	762.462	331.264
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (b)	**(1.764.718)**	**(3.601.202)**	**(3.881.447)**	**(3.580.377)**	**(3.860.637)**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	**(1.522.212)**	**(2.655.582)**	**(2.002.426)**	**(2.801.388)**	**(2.190.488)**
Materiais, Energia e Outros	(1.172.377)	(1.947.993)	(1.245.326)	(2.032.142)	(1.306.774)
Serviços de Terceiros	(352.603)	(706.537)	(719.321)	(768.194)	(846.069)
Perda (Recuperação) de Valores Ativos	2.768	(1.052)	(37.779)	(1.052)	(37.645)
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	**1.691.797**	**3.698.405**	**3.996.751**	**4.335.763**	**4.586.654**
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	**(103.369)**	**(204.919)**	**(196.419)**	**(210.534)**	**(199.591)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	**1.588.428**	**3.493.486**	**3.800.332**	**4.125.229**	**4.387.063**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)	**205.817**	**385.449**	**352.541**	**46.597**	**45.179**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	205.817	385.449	352.541	46.597	45.179
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	**1.794.245**	**3.878.935**	**4.152.873**	**4.171.826**	**4.432.242**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**1.794.245**	**3.878.935**	**4.152.873**	**4.171.826**	**4.432.242**
Pessoal	**923.983**	**1.823.223**	**1.890.393**	**1.839.392**	**1.904.414**
Remuneração Direta	700.311	1.382.451	1.459.943	1.394.571	1.470.452
Benefícios	179.026	354.825	345.938	356.838	347.913
FGTS	44.646	85.947	84.512	87.983	86.049
Impostos, Taxas e Contribuições	**123.656**	**595.148**	**1.106.177**	**872.044**	**1.372.717**
Federais	93.465	533.471	1.045.286	776.366	1.275.321
Estaduais	47	59	105	236	1.677
Municipais	30.144	61.618	60.786	95.442	95.719
Remuneração de Capitais de Terceiros	**57.536**	**116.146**	**107.674**	**115.451**	**105.726**
Aluguéis	57.536	116.146	107.674	115.451	105.726
Remuneração de Capitais Próprios	**689.070**	**1.344.418**	**1.048.629**	**1.344.939**	**1.049.385**
Juros sobre o Capital Próprio	218.769	462.925	406.100	462.925	406.100
Dividendos	55.216	73.706	13.820	73.706	13.820
Lucros Retidos do Semestre/Exercício	415.085	807.787	628.709	807.787	628.709
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	521	756

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTA 01 Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Instituição") é uma sociedade anônima, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 Apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). A soma dos ativos e dos passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito	**455.881**	**429.623**
Operações com Sede no Brasil	337.969	301.570
Outras Operações de Crédito	117.912	128.053
Outros Ativos	**217.533**	**133.570**
Imobilizado de Uso	**39**	**14**
Total do Ativo	**673.453**	**563.207**
Passivo	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Depósitos	**231.974**	**149.723**
Operações com Sede no Brasil	196.883	117.299
Outros Depósitos	35.091	32.424
Outras Obrigações	**1.821**	**1.880**
Outros Passivos	**36.197**	**40.831**
Patrimônio Líquido	**403.461**	**370.773**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**673.453**	**563.207**
Demonstração do Resultado	**01/01 a 31/12/2019**	**01/01 a 31/12/2018**
Receitas da Intermediação Financeira	24.115	21.494
Despesas da Intermediação Financeira	(2.794)	(2.656)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.970)	(2.859)
Lucro Líquido do Período	**17.351**	**15.979**

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes e os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão estão registrados como componente do Patrimônio Líquido, no montante de R$15.337 (31/12/2018 - R$52.687).

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e de fundo de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. A participação de não controladores é inicialmente mensurada pela parcela proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

A tabela a seguir apresenta as empresas controladas e o fundo de investimento, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:

		Participação Total	
	Atividade	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Cartões S.A.	Meios de Pagamentos	99,78%	99,78%
Banrisul Giro Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

(e) As demonstrações financeiras elaboradas para o exercício apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 05 de fevereiro de 2020.

(f) Reapresentação de Saldos Comparativos

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão considerando as alterações de contas contábeis introduzidas pela Carta Circular nº 3.828/17 do Bacen - Arranjo de Pagamento. Como consequência, os saldos apresentados nessas demonstrações financeiras diferem daqueles apresentados em exercícios anteriores nas seguintes rubricas:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	31/12/2018	Ajuste	31/12/2018 (Reclassificado)
Receitas de Prestação de Serviços	676.484	269.588	946.072
Rendas de Tarifas Bancárias	1.319.810	(268.759)	1.051.051
Outras Receitas Operacionais	332.093	(829)	331.264

NOTA 03 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução nº 3.604/08 do CMN), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

- Títulos para Negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

- Títulos Disponíveis para Venda - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, deduzido perda de caráter permanente, quando aplicável, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

- Títulos Mantidos até o Vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 15) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 06. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e, como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

***Hedge* de Risco de Mercado -** são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda da emissão da dívida denominada em US$ com nocional de 523,185 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito na Nota 15. Na data de 31 de dezembro de 2019, os únicos derivativos vigentes referem-se aos *swaps*.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido (Nota 06 (d)). O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

(f) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 08.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99 do CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos (Nota 08 (g)).

(g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, é constituída a partir de modelos internos de risco que classificam as operações de acordo com os *rating*s previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. Historicamente a provisão mantem-se em níveis considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

O valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, está demonstrado na Nota 08(f).

(h) Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, que correspondem a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e/ou recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

(i) Ativo Permanente

- Investimentos - os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas. O ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de geração de ganhos econômicos futuros, e é submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

- Imobilizado de Uso - imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Conforme estabelece a Resolução nº 4.535/16 do CMN, os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento do prazo de vida útil, sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Imobilizado	Estimativa da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60
Instalações	25
Equipamentos em Uso	19
Outros	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

- Intangível - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. A Resolução nº 4.534/16 do CMN, estabelece o reconhecimento do ativo intangível pelo valor de custo, e a amortização dos bens com vida útil definida reconhecida ao longo da vida útil estimada pelo método linear.

Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares conforme descrito a seguir:

Intangível	Estimativa da Vida Útil em Anos
Folhas de Pagamento	5 e 10
Softwares	3 a 7

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento

Setor Público - referem-se aos contratos firmados relativos a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e demais órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esses ativos (Nota 11(c)).

Setor Privado - referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, de três a sete anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banrisul, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo intangível é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que o valor recuperável estimado, e é revisado anualmente.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*). Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

(k) Conversão de Moeda Estrangeira

As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para as dependências no exterior o Banrisul definiu a moeda funcional, conforme estabelece a Resolução nº 4.524/16 do CMN.

O Banrisul possui duas dependências no exterior - Miami e Grand Cayman, cujas demonstrações financeiras são traduzidas na moeda norte-americana. As demonstrações de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

• Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e

• Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

Os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão são registrados nas demonstrações financeiras convertidas da investida no exterior como componente do Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

(l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados nas Notas 12, 13 e 14.

(m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

- Provisões e Passivos Contingentes - a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação.

- Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - são registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

(n) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

(o) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% para Contribuição Social para as empresas financeiras e equiparadas e de 9% para as demais empresas. Para o Imposto de Renda sobre o lucro tributável a alíquota é de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) apurado no período, ajustado por diferenças permanentes.

O crédito tributário ou obrigação fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, e na perspectiva de realização estimada para estes créditos no período de vigência destas alíquotas sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do resultado do período. Havendo alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

(p) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

- Obrigações de Aposentadoria - o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

- Planos de Previdência - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos "benefício definido" e de "contribuição variável".

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação reconhecida no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

- Planos de Saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

- Prêmio Aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

• ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;

• esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e

• estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(q) Lucro por Ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 636/10 da CVM.

NOTA 04 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Disponibilidades	**1.161.173**	**886.013**	**1.161.179**	**886.049**
Disponibilidades em Moeda Nacional	892.713	702.219	892.719	702.255
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	268.460	183.794	268.460	183.794
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**1.011.687**	**4.513.438**	**1.012.969**	**4.522.822**
Aplicações no Mercado Aberto (1)	1.003.615	4.500.482	1.004.897	4.509.866
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (2)	8.072	12.956	8.072	12.956
Total	**2.172.860**	**5.399.451**	**2.174.148**	**5.408.871**

(1) Composto pelos Títulos discriminados na Nota 05.

(2) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 05 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Aplicações no Mercado Aberto	**1.003.615**	**4.500.482**	**1.004.897**	**4.509.866**
Revendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.554	136.236	1.554	136.236
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.002.061	3.364.247	1.002.061	3.364.247
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	999.999	-	999.999
Certificados de Depósito Bancário	-	-	1.282	1.224
Outros	-	-	-	8.160
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**8.072**	**92.519**	**8.072**	**92.519**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.519	8.072	92.519
Total	**1.011.687**	**4.593.001**	**1.012.969**	**4.602.385**

NOTA 06 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Títulos para Negociação	5.611.652	3.678.649	5.916.730	3.739.421
Títulos Disponíveis para Venda	171	1.226	2.662	289.903
Títulos Mantidos até o Vencimento	18.871.167	16.349.920	18.880.890	16.364.035
Instrumentos Financeiros Derivativos	131.309	-	131.309	-
Total	**24.614.299**	**20.029.795**	**24.931.591**	**20.393.359**

O valor de mercado, apresentado nas tabelas a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados o Banrisul adota metodologia de apuração de valor de mercado por modelo de precificação, que utiliza as Curvas Futuras divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.584.929	3.663.269	5.592.735	3.670.633
Ações de Companhias Abertas	14.699	15.380	14.699	15.380
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	-	270.468	32.425
Cotas de Fundo Referenciado	-	-	15.729	16.658
Outras Cotas de Fundos	12.024	-	23.099	4.325
Total	**5.611.652**	**3.678.649**	**5.916.730**	**3.739.421**

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	**Valor de Mercado**	**Custo de Aquisição Atualizado**	**Valor de Mercado**
Sem Vencimento	14.088	26.723	311.361	323.995
De 1 a 3 anos	881.810	881.894	881.810	881.894
De 3 a 5 anos	1.826.245	1.826.479	1.834.051	1.834.285
De 5 a 15 anos	2.875.646	2.876.556	2.875.646	2.876.556
Total em 31/12/2019	**5.597.789**	**5.611.652**	**5.902.868**	**5.916.730**
Total em 31/12/2018	**3.662.868**	**3.678.649**	**3.723.640**	**3.739.421**

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ações de Companhias Abertas	-	1.072	-	1.072
Certificados de Privatização	-	-	9	9
Cotas de Fundo de Renda Fixa	171	154	171	286.553
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	2.482	2.269
Total	**171**	**1.226**	**2.662**	**289.903**

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	**Valor de Mercado**	**Custo de Aquisição Atualizado**	**Valor de Mercado**
Sem Vencimento	171	171	1.849	2.662
Total em 31/12/2019	**171**	**171**	**1.849**	**2.662**
Total em 31/12/2018	**1.030**	**1.226**	**289.087**	**289.903**

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.767.011	18.768.866	18.776.734	18.778.589
Títulos Públicos Federais - CVS	83.254	81.706	83.254	81.706
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	18.154	17.204	18.154	17.204
Letras Financeiras	2.748	3.444	2.748	3.444
Total em 31/12/2019	**18.871.167**	**18.871.220**	**18.880.890**	**18.880.943**
Total em 31/12/2018	**16.349.920**	**16.337.222**	**16.364.035**	**16.351.337**

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Até 3 meses	2.748	3.655.770	2.748	3.655.770
De 3 a 12 meses	-	33.504	-	33.504
De 1 a 3 anos	2.247.515	1.450.909	2.252.719	1.460.760
De 3 a 5 anos	9.822.099	4.203.957	9.826.618	4.203.957
De 5 a 15 anos	6.798.805	7.005.780	6.798.805	7.010.044
Total	**18.871.167**	**16.349.920**	**18.880.890**	**16.364.035**

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 15, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

A tabela a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banrisul, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

	Banrisul e Banrisul Consolidado				
				31/12/2019	31/12/2018
Derivativos Usados como *Hedge* de Valor Justo	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Instrumento de Hedge					
Contratos de Swap	2.102.648	11.074	120.235	131.309	(26.809)
Moeda Estrangeira - Dólar	2.102.648	11.074	120.235	131.309	(26.809)
Objeto de Hedge					
Dívida Subordinada (Nota 15)	917.665	2.172.534	120.711	2.293.245	2.145.217
Moeda Estrangeira - Dólar	917.665	2.172.534	120.711	2.293.245	2.145.217

A tabela a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
Swaps	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar[(1)]	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado[(1)]	Valor de Mercado[(1)]
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	70.524	120.075	190.599
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	(59.450)	160	(59.290)
Ajuste Líquido em 31/12/2019		**11.074**	**120.235**	**131.309**
Ajuste Líquido em 31/12/2018		**(82.915)**	**56.106**	**(26.809)**

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

	Banrisul e Banrisul Consolidado					
Swaps	Valor de Referência	Valor de Mercado[(1)]	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos
Ativo						
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	190.599	6.428	6.289	177.882	-
Passivo						
% do CDI	(2.102.648)	(59.290)	(1.919)	(1.535)	(55.836)	-
Ajuste Líquido em 31/12/2019		**131.309**	**4.509**	**4.754**	**122.046**	**-**
Ajuste Líquido em 31/12/2018		**(26.809)**	**(1.255)**	**(1.168)**	**(5.028)**	**(19.358)**

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e a eventuais suplementações de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R$168.566.

O Banrisul utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 07 Créditos Vinculados

		Banrisul e Banrisul Consolidado	
	Forma de Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos Compulsórios - Bacen		**12.186.091**	**12.162.020**
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	556.265	668.663
Depósitos de Poupança	Poupança	1.912.007	1.812.998
Outros Depósitos	Sem Remuneração	46.561	46.235
Recursos a Prazo	SELIC	9.671.258	9.634.124
Créditos Vinculados ao SFH		**1.074.400**	**1.015.245**
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a.[(1)]	188.895	209.684
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros [(2)]	882.829	802.974
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros [(3)]	2.676	2.587
Correspondentes	Sem Remuneração	**18.072**	**19.907**
Convênios	SELIC	**46**	**43**
Total		**13.278.609**	**13.197.215**

(1) Refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto utilizada quando da aquisição de crédito junto ao FCVS do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
(2) Refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do FGTS.
(3) Refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura de FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados por TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2019, os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis*, no valor de R$1.071.724 (31/12/2018 - R$1.012.658). O seu valor de face é de R$1.122.641 (31/12/2018 - R$1.076.642). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 08 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco

	Banrisul e Banrisul Consolidado										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e Títulos Descontados	329.220	15.627.126	4.901.852	1.274.544	735.454	298.587	192.108	548.194	1.389.572	25.296.657	23.123.948
Financiamentos	95.619	306.782	198.689	119.161	37.277	6.790	1.340	2.490	22.759	790.907	1.001.730
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	448.275	1.330.849	497.708	185.449	48.609	36.878	22.892	15.248	75.261	2.661.169	2.458.849
Financiamentos Imobiliários	2.834.739	644.508	245.136	123.221	84.927	2.171	46.079	74.776	49.001	4.104.558	4.084.264
Créditos Vinculados a Cessão [(1)]	16.054	5.399	287	391	174	-	-	-	-	22.305	28.391
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	12.201	51.439	3.568	36.795	-	-	-	-	-	104.003	80.419
Subtotal de Operações de Crédito	**3.736.108**	**17.966.103**	**5.847.240**	**1.739.561**	**906.441**	**344.426**	**262.419**	**640.708**	**1.536.593**	**32.979.599**	**30.777.601**
Operações de Arrendamento Mercantil	1.526	4.814	5.557	15.354	1.142	864	1.221	12	992	31.482	32.032
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio [(2)]	7.144	94.118	198.001	148.170	49.345	81.892	12.377	38.846	13.702	643.595	720.658
Outros Créditos [(3)]	65.041	1.521.606	350.651	62.480	25.330	4.833	4.195	1.437	146.358	2.181.931	1.845.272
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 09)	344.926	-	-	-	-	-	-	-	1.137	346.063	688.156
Total de Operações com Características de Crédito	**4.154.745**	**19.586.641**	**6.401.449**	**1.965.565**	**982.258**	**432.015**	**280.212**	**681.003**	**1.698.782**	**36.182.670**	**34.063.719**
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas [(4)]	126.987	64.601	11.743	3.530	22.165	4.683	2.719	5.631	792	242.851	497.237
Total Geral em 31/12/2019	**4.281.732**	**19.651.242**	**6.413.192**	**1.969.095**	**1.004.423**	**436.698**	**282.931**	**686.634**	**1.699.574**	**36.425.521**	**34.560.956**
Total de Operações com Características de Crédito em 31/12/2018	**4.039.503**	**20.061.798**	**3.397.246**	**2.164.506**	**1.420.429**	**626.152**	**342.234**	**333.394**	**1.678.457**		**34.063.719**

(1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banrisul cedeu à Cibrasec operações de crédito imobiliário.
(2) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendas de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Outras Obrigações - Carteira de Câmbio/Outros Créditos.
(3) Outros Créditos - referem-se a cartões de débito e crédito, créditos de securitização, créditos por avais e fianças honrados, rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.
(4) Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas - contabilizados em contas de compensação. Para as operações de avais e fianças prestadas foi constituída a provisão conforme demonstrada na Nota 15.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco

	Banrisul e Banrisul Consolidado										
	Operações em Curso Normal [(1)]										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2019	31/12/2018
Parcelas Vincendas	**4.154.110**	**19.548.635**	**6.311.127**	**1.933.630**	**944.057**	**388.519**	**229.761**	**384.392**	**1.117.618**	**35.011.849**	**33.173.120**
01 a 30 dias	106.564	1.532.146	555.804	170.773	78.232	33.950	12.079	6.701	30.011	2.526.260	2.385.389
31 a 60 dias	70.511	1.101.291	368.138	119.213	55.885	28.631	8.747	5.246	18.248	1.775.910	1.933.971
61 a 90 dias	77.266	841.975	346.150	113.438	38.953	23.446	7.890	9.722	20.910	1.479.750	1.418.587
91 a 180 dias	312.717	2.112.421	733.256	298.952	84.636	37.855	22.549	51.426	61.553	3.715.365	3.587.306
181 a 360 dias	318.643	3.034.487	949.151	357.343	96.834	82.479	38.273	53.452	114.898	5.045.560	4.778.532
Acima de 360 dias	3.268.409	10.926.315	3.358.628	873.911	589.517	182.158	140.223	257.845	871.998	20.469.004	19.069.335
Parcelas Vencidas	**635**	**38.006**	**9.114**	**6.903**	**7.034**	**2.674**	**2.620**	**1.408**	**4.343**	**72.737**	**81.986**
Até 14 dias	635	38.006	9.114	6.903	7.034	2.674	2.620	1.408	4.343	72.737	81.986
Subtotal	**4.154.745**	**19.586.641**	**6.320.241**	**1.940.533**	**951.091**	**391.193**	**232.381**	**385.800**	**1.121.961**	**35.084.586**	**33.255.106**
	Operações em Curso Anormal [(1)]										
Parcelas Vincendas	**-**	**-**	**-**	**-**	**997**	**15.839**	**11.440**	**207.477**	**213.240**	**448.993**	**281.495**
01 a 30 dias	-	-	-	-	5	250	183	5.087	7.995	13.520	8.612
31 a 60 dias	-	-	-	-	5	250	183	5.087	7.769	13.294	8.197
61 a 90 dias	-	-	-	-	5	250	183	5.086	7.548	13.072	7.440
91 a 180 dias	-	-	-	-	15	750	544	15.250	21.064	37.623	21.745
181 a 360 dias	-	-	-	-	30	1.497	1.094	30.507	35.674	68.802	38.339
Acima de 360 dias	-	-	-	-	937	12.842	9.253	146.460	133.190	302.682	197.162
Parcelas Vencidas	**-**	**-**	**81.208**	**25.032**	**30.170**	**24.983**	**36.391**	**87.726**	**363.581**	**649.091**	**527.118**
01 a 14 dias	-	-	-	-	1	36	59	121	2.571	2.788	3.686
15 a 30 dias	-	-	81.208	8.214	6.798	3.694	5.326	8.834	12.490	126.564	76.174
31 a 60 dias	-	-	-	16.818	7.342	4.527	6.595	9.376	15.241	59.899	63.739
61 a 90 dias	-	-	-	-	16.029	4.517	7.517	11.044	17.118	56.225	57.297
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	12.209	16.894	58.351	124.625	212.079	151.419
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	177.892	177.892	144.574
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	13.644	13.644	30.229
Subtotal	**-**	**-**	**81.208**	**25.032**	**31.167**	**40.822**	**47.831**	**295.203**	**576.821**	**1.098.084**	**808.613**
Total em 31/12/2019	**4.154.745**	**19.586.641**	**6.401.449**	**1.965.565**	**982.258**	**432.015**	**280.212**	**681.003**	**1.698.782**	**36.182.670**	
Total em 31/12/2018	**4.039.503**	**20.061.798**	**3.397.246**	**2.164.506**	**1.420.429**	**626.152**	**342.234**	**333.394**	**1.678.457**		**34.063.719**

(1) A carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Setor Público	**107.143**	**85.600**
Administração Pública - Direta e Indireta	107.143	85.600
Setor Privado	**36.075.527**	**33.978.119**
Pessoa Jurídica	8.720.259	9.418.592
Agropecuário	232.935	261.732
Alimentos, Bebidas e Fumo	1.141.974	1.245.505
Automotivo	340.582	362.565
Celulose, Madeira e Móveis	193.899	191.887
Comércio Atacadista Alimentos	444.732	521.942
Comércio Atacadista exceto Alimentos	448.688	457.191
Comércio Varejista - Outros	621.992	588.307
Construção e Imobiliário	816.551	1.013.139
Educação, Saúde e outros Serviços Sociais	1.398.591	1.345.780
Eletroeletrônico e Informática	337.725	286.701
Financeiro e Seguro	449.821	511.188
Máquinas e Equipamentos	203.043	291.380
Metalurgia	179.541	226.658
Obras de Infraestrutura	152.292	215.195
Petróleo e Gás Natural	374.089	374.461
Químico e Petroquímico	427.422	496.616
Serviços Privados	202.531	202.198
Textil, Confecções e Couro	197.229	222.137
Transportes	306.606	330.620
Outros	250.016	273.390
Pessoa Física	27.355.268	24.559.527
Total de Operações de Crédito	**36.182.670**	**34.063.719**

(d) Concentração das Operações de Crédito

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Principal Devedor	201.188	0,56	413.915	1,22
10 Maiores Devedores Seguintes	1.154.163	3,19	1.443.068	4,24
20 Maiores Devedores Seguintes	1.380.888	3,82	1.437.549	4,22
50 Maiores Devedores Seguintes	1.507.401	4,17	1.666.250	4,89
100 Maiores Devedores Seguintes	1.304.384	3,60	1.474.035	4,33

(e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A seguir a movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	**2.612.055**	**2.776.618**
Constituição Líquida do Período	1.193.383	1.249.713
Baixas para Prejuízo	(1.041.103)	(1.414.276)
Saldo Final	**2.764.335**	**2.612.055**
Provisão sobre Operações de Crédito	2.510.760	2.483.006
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil	2.524	2.826
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito (Nota 09)	251.051	126.223

A movimentação da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito está demonstrada a seguir:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	**47.904**	**67.784**	**59.754**	**78.641**
Constituição/(Reversão) Líquida do Período	(183)	29.089	533	30.317
Baixas	(2)	(48.969)	(10.708)	(49.204)
Saldo Final (Nota 09)	**47.719**	**47.904**	**49.579**	**59.754**

(f) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito por Níveis de Risco

	Banrisul e Banrisul Consolidado		
Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento Mínimo Requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99	Provisão Existente
AA	4.154.745	0,00%	-
A	19.586.641	0,50%	97.933
B	6.401.449	1,00%	64.014
C	1.965.565	3,00%	58.967
D	982.258	10,00%	98.226
E	432.015	30,00%	129.605
F	280.212	50,00%	140.106
G	681.003	70,00%	476.702
H	1.698.782	100,00%	1.698.782
Total em 31/12/2019	**36.182.670**		**2.764.335**
Total em 31/12/2018	**34.063.719**		**2.612.055**

(g) Recuperação e Renegociação de Créditos

As recuperações de Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Crédito e atingiram o montante de R$545.058 (31/12/2018 - R$521.622) no período, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Os valores de operações de crédito renegociadas no período totalizam R$782.413 (31/12/2018 - R$916.644). Conforme Resolução nº 2.682/99 do CMN, essas operações permanecem classificadas no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H.

NOTA 09 Outros Créditos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados	**8.498**	**2.583**	**8.498**	**2.583**
Créditos por Avais e Fianças Honrados	8.498	2.583	8.498	2.583
Carteira de Câmbio	**716.708**	**823.665**	**716.708**	**823.665**
Câmbio Comprado a Liquidar	697.365	779.573	697.365	779.573
Direitos sobre Vendas de Câmbio	9.941	23.868	9.941	23.868
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(8.013)	(3.642)	(8.013)	(3.642)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	17.415	23.866	17.415	23.866
Rendas a Receber	**229.283**	**213.295**	**135.794**	**128.032**
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	123.566	107.976	22.056	14.699
Serviços Prestados a Receber	92.436	90.639	93.053	91.238
Rendas de Adquirência a Receber	-	-	5.561	7.399
Outros	13.281	14.680	15.124	14.696
Negociação e Intermediação de Valores	**-**	**17.988**	**19.567**	**46.266**
Negociação e Intermediação de Valores	-	17.988	19.567	46.266
Créditos Específicos	**-**	**-**	**839**	**835**
Créditos Específicos	-	-	839	835
Diversos	**6.413.046**	**6.085.754**	**6.492.706**	**6.177.723**
Adiantamentos a Empregados	3.062	12.204	3.460	12.481
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	12.739	6.746	12.809	6.846
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 25 (b))	2.705.430	2.310.554	2.711.133	2.315.736
Devedores por Depósito em Garantia	476.790	436.046	485.380	443.462
Impostos e Contribuições a Compensar	6.490	51.756	8.104	53.351
Pagamentos a Ressarcir	64.096	54.366	64.168	54.366
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	1.576	-	1.576
Títulos e Créditos a Receber [(1)]	2.448.781	2.098.847	2.517.000	2.181.249
Superávit Planos de Benefícios (Nota 26)	212.012	185.969	212.585	186.989
Devedores Diversos - País	137.583	239.534	132.004	233.511
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 08 (a))	346.063	688.156	346.063	688.156
Provisão para Outros Créditos (Nota 08 (e))	**(298.770)**	**(174.127)**	**(300.630)**	**(185.977)**
Com Característica de Crédito[(2)]	(251.051)	(126.223)	(251.051)	(126.223)
Sem Característica de Crédito	(47.719)	(47.904)	(49.579)	(59.754)
Total de Outros Créditos	**7.068.765**	**6.969.158**	**7.073.482**	**6.993.127**

(1) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:
(a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2019, totalizavam R$168.675 (31/12/2018 - R$158.835) e são remunerados pela Taxa Referencial (TR) e juros;
(b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R$59.344 (31/12/2018 - R$60.875) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 0,50% a 12,01% a.a. e indexados à TR e ao IGP- M com vencimento até 2029;
(c) Cartões de Débito e Crédito - referem-se a direitos a receber dos usuários do Banricompras e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul. Em 31 de dezembro de 2019 totalizava R$2.042.249 (31/12/2018 - R$1.826.538) no Banrisul e no Consolidado; e
(d) Valores a receber relativo aos convênios dos cartões de benefícios e empresariais Banricard e da rede de adquirência Vero no valor de R$46.698 no Consolidado (31/12/2018 - R$64.340).
(2) Provisão para Outros Créditos Com Característica de Crédito - constituída sobre as operações de Créditos por Avais e Fianças Honrados, Cartões de Débito e Crédito, Carteira de Câmbio e Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão.

NOTA 10 Outros Valores e Bens

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros Valores e Bens	**317.483**	**157.070**	**320.413**	**157.159**
Bens Não de Uso Próprio	314.737	154.232	314.825	154.320
Outros	2.746	2.838	5.588	2.839
Provisão para Desvalorização	**(90.667)**	**(73.406)**	**(90.667)**	**(73.406)**
Despesas Antecipadas	**148.511**	**106.384**	**149.323**	**107.339**
Despesas de Pessoal Antecipadas	17.307	17.344	17.307	17.344
Outras Despesas Administrativas Antecipadas	68.505	48.625	69.317	49.580
Custo de Originação de Crédito - Correspondentes Bancários	52.211	29.041	52.211	29.041
Outros	10.488	11.374	10.488	11.374
Total	**375.327**	**190.048**	**379.069**	**191.092**

NOTA 11 Permanente

(a) Investimentos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Participações em Controladas e Coligadas no País	**1.638.128**	**1.395.894**	**131.244**	**112.599**
Participações em Controladas	1.511.794	1.283.295	-	-
Participações em Coligadas	118.224	100.745	123.134	100.745
Ágio na Aquisição de Investimentos [(1)]	8.110	11.854	8.110	11.854
Outros Investimentos	**11.395**	**11.921**	**11.537**	**12.064**
Provisão para Perdas	**(4.776)**	**(4.785)**	**(4.844)**	**(4.853)**
Total	**1.644.747**	**1.403.030**	**137.937**	**119.810**

(1) O ágio representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., cujo valor está sendo amortizado no prazo de 10 anos.

	Banrisul				
Em 31 de dezembro de 2019	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação do Capital Social (%)	Valor do Investimento	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
Empresas Controladas	**1.516.178**		**1.511.794**	**329.585**	**329.441**
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	51.215	99,50	50.957	9.535	10.160
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	87.241	98,98	86.355	3.772	3.729
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	268.471	99,68	267.620	44.545	44.404
Banrisul Cartões S.A.	1.109.251	99,78	1.106.862	271.733	271.148
Empresas Coligadas	**246.857**		**118.224**	**92.368**	**56.008**
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	43.505	49,90	21.709	21.760	10.858
Banrisul Icatu Participações S.A.	191.729	49,99	95.845	92.885	46.433
VG8JV Tecnologia S.A.	11.623	5,76	670	(22.277)	(1.283)

	Banrisul Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2019	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação do Capital Social (%)	Valor do Investimento	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
Empresas Coligadas	**246.857**		**123.134**	**92.368**	**46.597**
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	43.505	49,90	21.709	21.760	10.858
Banrisul Icatu Participações S.A.	191.729	49,99	95.845	92.885	46.433
VG8JV Tecnologia S.A.	11.623	48,00	5.580	(22.277)	(10.694)

	Banrisul e Banrisul Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2018	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação do Capital Social (%)	Valor do Investimento	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
Empresas Controladas	**1.287.127**		**1.283.295**	**308.119**	**307.362**
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	43.453	99,50	43.234	8.365	8.323
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	84.365	98,98	83.508	3.020	2.986
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	255.537	99,68	254.727	37.857	37.737
Banrisul Cartões S.A.	903.772	99,78	901.826	258.877	258.316
Empresas Coligadas	**201.591**		**100.745**	**90.572**	**45.179**
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	34.311	49,90	17.121	9.448	4.763
Banrisul Icatu Participações S.A.	167.280	49,99	83.624	81.124	40.416

(b) Imobilizado

	Banrisul						
	Imóveis de Uso	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Softwares	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2018							
Custo	113.220	1.619	208.484	122.045	300.427	23.422	769.217
Depreciação Acumulada	(95.351)	-	(125.569)	(78.194)	(257.618)	(17.040)	(573.772)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	**17.869**	**1.619**	**82.915**	**43.851**	**42.809**	**6.382**	**195.445**
Aquisições	8.021	3.515	19.758	11.542	32.909	987	76.732
Alienações - Baixas Custo	(493)	(1)	(715)	(2.230)	(7.538)	(603)	(11.580)
Alienações - Baixas da Depreciação	166	-	79	2.154	7.497	565	10.461
Depreciação	(227)	-	(4.807)	(4.626)	(9.826)	(1.089)	(20.575)
Transferências Líquido Custo	4.399	(3.487)	(3.527)	1.948	1.922	(45)	1.210
Transferências Líquido Depreciação	(56)	-	40	96	(1.319)	29	(1.210)
Movimentação Líquida	**11.810**	**27**	**10.828**	**8.884**	**23.645**	**(156)**	**55.038**
Em 31 de Dezembro de 2019							
Custo	125.147	1.646	224.000	133.305	327.720	23.761	835.579
Depreciação Acumulada	(95.468)	-	(130.257)	(80.570)	(261.266)	(17.535)	(585.096)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	**29.679**	**1.646**	**93.743**	**52.735**	**66.454**	**6.226**	**250.483**

	Banrisul Consolidado						
	Imóveis de Uso	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Softwares	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2018							
Custo	128.893	1.619	216.727	127.983	301.524	34.416	811.162
Depreciação Acumulada	(100.152)	-	(130.507)	(82.205)	(258.487)	(24.711)	(596.062)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	**28.741**	**1.619**	**86.220**	**45.778**	**43.037**	**9.705**	**215.100**
Aquisições	8.896	33.222	19.912	11.980	33.037	25.884	132.931
Alienações - Baixas Custo	(1.334)	(1)	(812)	(2.230)	(7.604)	(607)	(12.588)
Alienações - Baixas da Depreciação	166	-	79	2.154	7.562	566	10.527
Depreciação	(380)	-	(5.555)	(5.054)	(9.930)	(5.212)	(26.131)
Transferências Líquido Custo	4.400	(5.671)	(3.527)	1.948	1.922	2.137	1.209
Transferências Líquido Depreciação	(40)	-	38	75	(1.317)	35	(1.209)
Movimentação Líquida	**11.708**	**27.550**	**10.135**	**8.873**	**23.670**	**22.803**	**104.739**
Em 31 de Dezembro de 2019							
Custo	140.855	29.169	232.300	139.681	328.879	61.830	932.714
Depreciação Acumulada	(100.406)	-	(135.945)	(85.030)	(262.172)	(29.322)	(612.875)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	**40.449**	**29.169**	**96.355**	**54.651**	**66.707**	**32.508**	**319.839**

(c) Intangível

	Banrisul			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento [(1)]	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	133.078	1.459.171	1.718	1.593.967
Amortização Acumulada	(73.031)	(397.504)	(668)	(471.203)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	**60.047**	**1.061.667**	**1.050**	**1.122.764**
Aquisições	9.739	11.227	-	20.966
Alienações - Baixas Custo	-	(583)	-	(583)
Alienações - Baixas da Amortização	-	583	-	583
Amortização do Período	(13.017)	(167.584)	-	(180.601)
Transferências Líquido Custo	(1.210)	-	-	(1.210)
Transferências Líquido Amortização	1.210	-	-	1.210
Movimentação Líquida	**(3.278)**	**(156.357)**	**-**	**(159.635)**
Em 31 de Dezembro de 2019				
Custo	141.607	1.469.815	1.718	1.613.140
Amortização Acumulada	(84.838)	(564.505)	(668)	(650.011)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	**56.769**	**905.310**	**1.050**	**963.129**

	Banrisul Consolidado			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento [(1)]	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	135.122	1.459.171	1.784	1.596.077
Amortização Acumulada	(75.028)	(397.504)	(668)	(473.200)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	**60.094**	**1.061.667**	**1.116**	**1.122.877**
Aquisições	9.851	11.227	-	21.078
Alienações - Baixas Custo	-	(583)	-	(583)
Alienações - Baixas da Amortização	-	583	-	583
Amortização do Período	(13.075)	(167.584)	-	(180.659)
Transferências Líquido Custo	(1.210)	-	-	(1.210)
Transferências Líquido Amortização	1.210	-	-	1.210
Movimentação Líquida	**(3.224)**	**(156.357)**	**-**	**(159.581)**
Em 31 de Dezembro de 2019				
Custo	143.763	1.469.815	1.784	1.615.362
Amortização Acumulada	(86.893)	(564.505)	(668)	(652.066)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	**56.870**	**905.310**	**1.116**	**963.296**

(1) O saldo líquido de R$905.310 está composto por:
a) R$802.493 referente ao contrato firmado relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, sua administração direta, autárquica e fundacional, pelo prazo de dez anos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esse ativo;
b) R$22.400 referente ao contrato firmado com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 5 anos. O contrato prevê também que o Judiciário deverá centralizar no Banrisul toda a sua movimentação financeira e aplicação de disponibilidades de caixa, salvo as aplicações de convênios com a União e que o Banrisul não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos estaduais, pela prestação dos serviços ao Judiciário, por quaisquer prestações de serviços bancários relacionados, a exemplo de tarifas bancárias. O Banrisul também disponibilizará ao Poder Judiciário certificados digitais e serviços correlatos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esse ativo;
c) R$71.610 referem-se à contratos firmados com as prefeituras e demais órgãos, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos; e
d) R$8.807 referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 12 Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Banrisul					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos						
À Vista [(1)]	3.237.941	-	-	-	3.237.941	3.632.816
Poupança [(1)]	9.622.161	-	-	-	9.622.161	9.127.809
Interfinanceiros	-	173.781	283.308	-	457.089	112.306
A Prazo [(2)]	11.851	3.707.923	2.386.250	34.248.080	40.354.104	38.006.962
Outros Depósitos	1.670	-	-	-	1.670	273
Total	**12.873.623**	**3.881.704**	**2.669.558**	**34.248.080**	**53.672.965**	**50.880.166**
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria [(3)]	-	3.577.107	-	-	3.577.107	4.180.732
Total	**-**	**3.577.107**	**-**	**-**	**3.577.107**	**4.180.732**
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	360.029	1.282.469	2.205.125	3.847.623	3.135.269
Total	**-**	**360.029**	**1.282.469**	**2.205.125**	**3.847.623**	**3.135.269**

	Banrisul Consolidado					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos						
À Vista [(1)]	3.228.976	-	-	-	3.228.976	3.629.157
Poupança [(1)]	9.622.161	-	-	-	9.622.161	9.127.809
Interfinanceiros	-	173.781	283.308	-	457.089	112.306
A Prazo [(2)]	11.851	3.707.923	2.362.334	34.248.080	40.330.188	37.994.565
Outros Depósitos	1.670	-	-	-	1.670	273
Total	**12.864.658**	**3.881.704**	**2.645.642**	**34.248.080**	**53.640.084**	**50.864.110**
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria [(3)]	-	3.391.443	-	-	3.391.443	3.928.602
Total	**-**	**3.391.443**	**-**	**-**	**3.391.443**	**3.928.602**
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	360.029	995.012	2.205.125	3.560.166	2.840.001
Total	**-**	**360.029**	**995.012**	**2.205.125**	**3.560.166**	**2.840.001**

(1) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.
(2) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações. As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 98,47% e 1,53% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 83,83% (31/12/2018 - 83,97%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 4,55% (31/12/2018 - 5,60%) ao ano. Do total de captações em depósito a prazo, 64,04% (31/12/2018 - 63,65%) possuem registro de possibilidade de resgate antecipado, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.
(3) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

NOTA 13 Obrigações por Empréstimos

No Exterior - são representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 0,86% e 5,44% (31/12/2018 - 1,68% e 6,24%) ao ano, com vencimento máximo em até 347 dias (31/12/2018 - 505 dias), e apresenta saldo de R$708.838 (31/12/2018 - R$862.180).

NOTA 14 Obrigações por Repasses

	Banrisul e Banrisul Consolidado					
	Repasses do País - Instituições Oficiais		Repasses do Exterior		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Até 3 meses	95.112	110.079	701	666	95.813	110.745
De 3 a 12 meses	362.770	322.516	692	1.997	363.462	324.513
De 1 a 3 anos	556.901	638.032	-	1.356	556.901	639.388
De 3 a 5 anos	324.053	395.013	-	-	324.053	395.013
Acima de 5 anos	210.994	282.300	-	-	210.994	282.300
Total	**1.549.830**	**1.747.940**	**1.393**	**4.019**	**1.551.223**	**1.751.959**

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até maio de 2030, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,00% (31/12/2018 - 0,50% a 8,00%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD, TLP e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas até 20,09% (31/12/2018 - 20,09%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

NOTA 15 Outras Obrigações

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	**28.459**	**40.242**	**28.459**	**40.242**
Recebimento de Tributos Federais	28.194	39.977	28.194	39.977
Outros	265	265	265	265
Carteira de Câmbio	**59.358**	**46.752**	**59.358**	**46.752**
Câmbio Vendido a Liquidar	9.910	23.826	9.910	23.826
Importação Financiada Câmbio Contratado	(3.010)	(5.914)	(3.010)	(5.914)
Obrigações por Compras de Câmbio	678.638	725.632	678.638	725.632
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	(626.180)	(696.792)	(626.180)	(696.792)
Sociais e Estatutárias	**105.265**	**119.704**	**105.490**	**120.014**
Dividendos e Bonificações a Pagar	74.693	89.187	74.918	89.497
Gratificações e Participações a Pagar	30.572	30.517	30.572	30.517
Fiscais e Previdenciárias	**961.660**	**1.051.528**	**1.027.418**	**1.107.628**
Impostos e Contribuições a Recolher	110.359	90.809	126.790	107.497
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	-	-	47.399	38.854
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 25 (b))	302.648	422.807	304.482	423.365
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	548.653	537.912	548.747	537.912
Negociação e Intermediação de Valores	**-**	**-**	**20.336**	**28.534**
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	20.336	28.534
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	**901.124**	**903.347**	**901.124**	**903.347**
Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento	569.316	580.192	569.316	580.192
Outros	331.808	323.155	331.808	323.155
Dívidas Subordinadas [(1)]	**2.301.048**	**2.152.031**	**2.301.048**	**2.152.031**
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 06 (d))	2.293.245	2.145.217	2.293.245	2.145.217
Ágio/Deságio e Encargos a Incorporar	7.803	6.814	7.803	6.814
Diversas	**4.999.230**	**4.309.564**	**5.974.548**	**5.187.035**
Credores por Recursos a Liberar	69.469	81.575	69.935	81.957
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	19.783	24.950	19.783	24.950
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	23.473	44.402	23.814	44.687
Obrigações por Convênios Oficiais	56.916	49.548	56.916	49.548
Obrigações a Pagar Adquirência	723.057	754.143	1.718.565	1.663.135
Provisões para Férias e Outros Encargos	197.128	422.740	180.797	406.499
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 26)	66.230	68.040	66.230	68.040
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 16 (b))	1.038.834	550.035	1.043.608	554.854
Multas Câmbio Bacen (Nota 16 (b))	155.196	152.440	155.196	152.440
Provisão para Outros Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	16.753	7.677	16.753	7.677
Provisão para Perdas de Securitização [(2)]	988	1.477	988	1.477
Provisão Benefício Pós-Emprego [(3)]	947.722	601.953	952.328	604.380
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 16 (b))	169.843	276.998	171.736	278.711
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	17.449	16.774	17.449	16.774
Recursos de FGTS para Amortizações	9.420	8.695	9.420	8.695
Credores Diversos - País	69.717	82.293	132.368	153.254
Transações com Cartões a Pagar	1.186.004	964.600	1.062.348	850.040
Provisão para Garantias Prestadas Avais e Fianças (Nota 24 (b))	10.653	22.383	10.653	22.383
Outros	220.595	178.841	265.661	197.534
Total	**9.356.144**	**8.623.168**	**10.417.781**	**9.585.583**

(1) Dívidas Subordinadas - o Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir:

(a) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US$500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(b) Em 26 de novembro de 2012, com volume total captado de US$275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022. O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a. Em 30 de setembro de 2015, ocorreu a recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos) por 80% do valor de face, ou seja, US$199,17 milhões (199,17 milhões de dólares norte-americanos).

Em decorrência desta recompra, em 30 de setembro de 2015, também ocorreu o pagamento de juros pactuados, acumulados até a data da liquidação, de US$2,96 milhões (2,96 milhões de dólares norte-americanos), referente a parcela da Dívida Subordinada que foi recomprada, bem como a liquidação dos derivativos contratados respectivos a esta parcela recomprada. Em 15 de outubro de 2015, ocorreu nova recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos) por 77% do valor de face, ou seja, US$2,2 milhões (2,2 milhões de dólares norte-americanos). Conforme descrito na Nota 03 (e), o saldo remanescente da dívida denominada em US$ com nocional de 523,185 milhões e os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(2) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R$6.938 (31/12/2018 - R$7.860), controladas em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

(3) Refere-se às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos à empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo.

NOTA 16 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

					Banrisul
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2018	**545.589**	**550.035**	**276.998**	**152.440**	**1.525.062**
Constituição e Atualização Monetária	19.846	651.425	67.163	2.756	741.190
Reversão da Provisão	(3)	-	(125.274)	-	(125.277)
Baixas por Pagamento	(26)	(162.626)	(49.044)	-	(211.696)
Saldo Final em 31/12/2019	**565.406**	**1.038.834**	**169.843**	**155.196**	**1.929.279**
Depósitos em Garantia	65.281	322.643	83.866	-	471.790

					Banrisul
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2017	**533.862**	**376.956**	**224.585**	**149.508**	**1.284.911**
Constituição e Atualização Monetária	12.112	226.781	77.002	2.932	318.827
Reversão da Provisão	(81)	-	-	-	(81)
Baixas por Pagamento	(304)	(53.702)	(24.589)	-	(78.595)
Saldo Final em 31/12/2018	**545.589**	**550.035**	**276.998**	**152.440**	**1.525.062**
Depósitos em Garantia	50.947	298.474	86.625	-	436.046

					Banrisul Consolidado
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2018	**545.589**	**554.854**	**278.711**	**152.440**	**1.531.594**
Constituição e Atualização Monetária	19.941	651.762	68.108	2.756	742.567
Reversão da Provisão	(3)	(227)	(125.367)	-	(125.597)
Baixas por Pagamento	(27)	(162.781)	(49.716)	-	(212.524)
Saldo Final em 31/12/2019	**565.500**	**1.043.608**	**171.736**	**155.196**	**1.936.040**
Depósitos em Garantia	67.606	327.689	85.085	-	480.380

					Banrisul Consolidado
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2017	**535.411**	**382.705**	**226.110**	**149.508**	**1.293.734**
Constituição e Atualização Monetária	12.500	227.009	77.395	2.932	319.836
Reversão da Provisão	(81)	(105)	(152)	-	(338)
Baixas por Pagamento	(2.241)	(54.755)	(24.642)	-	(81.638)
Saldo Final em 31/12/2018	**545.589**	**554.854**	**278.711**	**152.440**	**1.531.594**
Depósitos em Garantia	53.407	303.111	86.944	-	443.462

Ações Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

As principais causas de natureza fiscal referem-se: (i) imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R$548.653 (31/12/2018 - R$537.912), no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda; e (ii) notificação fiscal de débito junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, referente salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R$6.878 (31/12/2018 - R$6.878). No Consolidado não há registro de outras ações fiscais dessa natureza.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R$76.711 (31/12/2018 - R$85.397) e no Consolidado R$86.144 (31/12/2018 - R$117.193). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais e que de acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R$200.488, classificada pelos nossos assessores, como de perda possível no montante de R$191.478 e como perda provável o montante de R$9.010, que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Em 2019, considerando a evolução de ações judiciais coletivas trabalhistas, houve uma mudança em relação à percepção de risco de tais ações, sobre as quais houve início de processo de estimativa de valores. Em vista disso, a administração efetuou uma avaliação de estimativa de perda em ações coletivas envolvendo pedidos de pagamento de 7ª e 8ª horas como extraordinárias, com base em estudo feito a partir do histórico de desembolsos em processos individuais com pedidos semelhantes. A partir desses fatos, foi efetuada a provisão de R$429.036 para ações coletivas, abrangendo ações em processo de cálculo de liquidação e ações em curso perante o TST, com decisões desfavoráveis. A administração considera suficiente a provisão constituída e continuará monitorando a evolução das decisões judiciais, avaliando a classificação e a quantificação sempre que necessário.

Além das ações acima consideradas, registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R$243.955 (31/12/2018 - R$228.753) e no Consolidado R$247.943 (31/12/2018 - R$232.007). Adicionalmente, o valor de R$78.688 (31/12/2018 - R$69.721) e no Consolidado R$78.803 (31/12/2018 - R$71.104) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R$1.645.963 (31/12/2018 - R$1.641.467) e no Consolidado R$1.661.188 (31/12/2018 - R$1.655.391), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, contas poupança, cobrança e empréstimos.

Até setembro de 2019, provisão constituída era registrada no momento do recebimento da citação inicial, e mensalmente ajustadas, pelo valor indenizatório pretendido nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

A partir de setembro de 2019, houve revisão dos processos, adotando-se nova modelagem para provisão das ações cíveis, passando as provisões totais das ações classificadas como perda provável, a ser definida pelo custo médio da condenação e da respectiva sucumbência. Essa revisão resultou em uma reversão de provisão no valor de R$126.840, saneamento do estoque de processos e remensuração do montante envolvido em causas classificadas como perda possível. A administração continuará monitorando a evolução das decisões judiciais ao longo do tempo.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R$83.866 (31/12/2018 - R$86.625) e no Consolidado R$85.544 (31/12/2018 - R$86.944).

Existem ainda R$697.235 (31/12/2018 - R$1.644.463) e no Consolidado R$699.765 (31/12/2018 - R$1.648.907) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados. A variação de tais valores, na comparação com 2018, deve-se à revisão dos processos implementada no segundo semestre.

Outras Ações

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para perdas no montante de R$155.196 (31/12/2018 - R$152.440).

NOTA 17 Receitas de Prestação de Serviços

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Administração de Fundos	72.147	71.590	80.261	79.573
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	69.411	66.839	69.394	66.813
Rendas de Garantias Prestadas	2.986	3.683	2.986	3.683
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	85.119	75.044
Rendas de Corretagens de Operações	-	-	9.819	9.310
Receitas de Serviços Banrisul Cartões	-	-	670.864	685.015
Outras Receitas de Serviços	-	-	29.045	26.634
Total	**144.544**	**142.112**	**947.488**	**946.072**

NOTA 18 Rendas de Tarifas Bancárias

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Devolução de Cheques	19.891	21.587	19.891	21.587
Débitos em Conta	71.239	68.331	71.239	68.331
Serviços de Arrecadação	57.275	56.540	57.275	56.540
Comissões de Seguridade	256.906	235.470	256.906	235.470
Transações com Cheques	15.609	19.086	15.609	19.086
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	558.780	526.204	558.780	526.204
Cartão de Crédito	66.812	68.421	66.812	68.421
Tarifas de Saques	8.585	8.250	8.585	8.250
Tarifas de Fiança Bancária	8.852	11.433	8.852	11.433
Outras Receitas de Tarifas	31.058	35.437	31.079	35.729
Total	**1.095.007**	**1.050.759**	**1.095.028**	**1.051.051**
Pessoas Físicas	535.157	516.006	535.177	516.298
Pessoas Jurídicas	559.850	534.753	559.851	534.753

NOTA 19 Despesas de Pessoal

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração Direta [(1)]	1.113.760	1.182.007	1.125.693	1.192.361
Benefícios [(1)]	336.394	333.222	338.387	335.185
Encargos Sociais	488.524	512.516	491.988	515.127
Treinamentos	18.433	12.717	18.451	12.728
Total	**1.957.111**	**2.040.462**	**1.974.519**	**2.055.401**

(1) Nas despesas de Remuneração Direta e Benefícios está incluído, em 2018, o montante de R$86.487, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PDAV - Plano de Desligamento por Aposentadoria Voluntária.

NOTA 20 Outras Despesas Administrativas

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Comunicações	64.113	65.316	64.895	66.010
Processamento de Dados	118.232	107.381	137.108	133.373
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	142.169	138.619	142.169	138.619
Amortização e Depreciação	204.919	196.419	210.533	199.591
Aluguéis e Condomínios	125.904	117.019	125.261	115.084
Materiais	12.917	17.382	20.519	27.188
Serviços de Terceiros [(1)]	568.583	548.875	620.111	663.747
Serviços Técnicos Especializados	137.954	170.446	148.083	182.322
Propaganda, Promoções e Publicidade [(2)]	97.740	88.966	124.947	98.227
Manutenção e Conservação	63.682	59.651	64.172	59.928
Água, Energia e Gás	34.579	32.281	35.267	32.861
Serviços do Sistema Financeiro	44.377	51.593	46.266	53.988
Outras	77.606	64.537	80.078	68.718
Total	**1.692.775**	**1.658.485**	**1.819.409**	**1.839.656**

(1) Do montante de R$568.583 (31/12/2018 - R$548.875), R$272.082 (31/12/2018 - R$252.144) são provenientes de despesas dos serviços com originação de crédito consignado através do canal Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.
(2) É composto principalmente por R$42.482 (31/12/2018 - R$45.004) e no Consolidado R$56.872 (31/12/2018 - R$51.639) de despesa com propaganda institucional e R$45.743 (31/12/2018 - R$36.986) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 21 Outras Receitas Operacionais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	158.977	159.576	40.602	45.182
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	227	105
Cíveis	125.274	-	125.367	152
Fiscais	3	81	3	81
Outros	943	630	943	630
Tarifas Interbancárias	37.197	34.740	37.197	34.740
Títulos de Créditos a Receber	9.840	9.142	9.840	9.142
Comissão e Taxa sobre Seguro e Capitalização	15.443	6.052	15.443	6.052
Receitas Diversas com Cartões	126.581	99.826	126.581	99.826
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	60.535	12.439	62.487	13.470
Fundação Banrisul - Resultado Atuarial Migração	175.619	-	175.619	-
Receitas de Adquirência por Antecipação	-	-	24.159	24.797
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	63.998	58.874	63.998	58.874
Outras Receitas Operacionais	59.136	27.946	79.996	38.213
Total	**833.546**	**409.306**	**762.462**	**331.264**

NOTA 22 Outras Despesas Operacionais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Descontos Concedidos em Renegociações	159.086	56.671	159.086	56.671
Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 16)	651.425	226.781	651.762	227.009
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	17.791	5.833	17.791	5.833
Despesas com Provisões para Ações Cíveis (Nota 16)	67.163	77.002	68.108	77.395
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	3.645	4.240	3.645	4.240
Despesas com Provisões para Riscos Fiscais (CS/IR) (Nota 16)	19.846	12.112	19.941	12.500
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 16)	2.756	2.932	2.756	2.932
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	7.577	9.596	7.577	9.596
Despesas com Cartões	22.178	18.304	22.178	18.304
Despesas com Provisões de Garantias Prestadas pelo Banrisul	2.407	2.109	2.407	2.109
Aporte à Migração - Planos de Previdência Complementar FBSS	125.476	-	126.091	-
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	74.342	100.675	74.342	100.675
Tarifas Convênio INSS	51.486	44.309	51.486	44.309
Outras Despesas Operacionais	77.642	49.691	99.742	56.931
Total	**1.282.820**	**610.255**	**1.306.912**	**618.504**

NOTA 23 Patrimônio Líquido - Banrisul

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2019 é de R$5.200.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	98,13	751.479	54,59	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê	56	-	26	-	5.005	-	5.087	-
Outros	3.839.426	1,87	625.196	45,41	202.527.930	100,00	206.992.552	50,61
Total	**205.064.841**	**100,00**	**1.376.701**	**100,00**	**202.532.935**	**100,00**	**408.974.477**	**100,00**

No exercício de 2019, foram convertidas 162.308 ações, principalmente de PNA para PNB, por solicitação de acionistas, conforme previsto no estatuto social.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 10 de abril de 2018, aprovou redução de capital, no montante de R$353.281, homologado pelo Bacen em 22 de junho de 2018. A restituição aos acionistas do valor das suas ações objeto desta redução de capital ocorreu mediante pagamento em dinheiro no dia 30 de novembro de 2018, e o valor unitário por tipo e classe de ação foi de R$0,86382146 por ação ON, R$0,86382146 por ação PNA e R$0,86382146 por ação PNB.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 25 de abril de 2019, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R$803.281, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen em 30 de julho de 2019.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

(i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;

(ii) Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;

(iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e

(iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

(i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e

(ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; (ii) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e (iii) até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A formação da Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

Em 25 de abril de 2019, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2019 no percentual equivalente a 15% sobre o lucro líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em Lucros Acumulados ou Reservas de Lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação nº 207/96 da CVM e Política de Pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio, a Administração do Banrisul pagou o montante de R$462.925, referente aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 (31/12/2018 - R$406.100), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte. O pagamento desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R$185.170 (31/12/2018 - R$182.745).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	**1.344.418**	**1.048.629**
Ajuste		
Reserva Legal	(67.221)	(52.432)
Base de Cálculo dos Dividendos	**1.277.197**	**996.197**
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	319.299	249.049
Dividendo Adicional 15%	191.580	149.430
Total dos Dividendos	**510.879**	**398.479**
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	**437.173**	**342.182**
Ações Ordinárias (R$1.131,53617 por lote de mil ações)	232.038	180.990
Ações Preferenciais A (R$1.244,68978 por lote de mil ações)	1.714	1.494
Ações Preferenciais B (R$1.131,53617 por lote de mil ações)	229.173	178.616
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(25.752)	(18.918)
B) Juros sobre Capital Próprio Creditados	**-**	**42.477**
Ações Ordinárias (R$1.131,53617 por lote de mil ações)	-	22.555
Ações Preferenciais A (R$1.244,68978 por lote de mil ações)	-	186
Ações Preferenciais B (R$1.131,53617 por lote de mil ações)	-	22.259
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	-	(2.523)
C) Dividendos Provisionados	**73.706**	**13.820**
Ações Ordinárias (R$180,16078 por lote de mil ações)	36.945	6.927
Ações Preferenciais A (R$198,17686 por lote de mil ações)	273	57
Ações Preferenciais B (R$180,16078 por lote de mil ações)	36.488	6.836
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C)	**510.879**	**398.479**

Em cumprimento ao Ofício de Alerta nº 11/2018 da CVM, no qual determinou a retificação do montante acumulado da Reserva de Investimento e a Distribuição aos acionistas o valor retido indevidamente dos três últimos exercícios (2015, 2016 e 2017), o Banrisul retificou a Reserva Estatutária e provisionou dividendos no montante de R$32.019. Este montante foi pago em 19 de junho de 2019.

(c) Reclassificação para Resultados de Exercícios Futuros

O Banrisul retificou, a partir de março de 2019, a contabilização referente aos contratos de investimento envolvendo o Banrisul, o Grupo Icatu e a Rio Grande Seguros para exploração da comercialização, em caráter de exclusividade, de produtos de Seguros de Pessoas, Previdência e Capitalização (em 2014 no montante de R$151.000 e em 2017 no montante de R$60.000), pelo prazo de 20 anos, valores estes que foram reconhecidos como receita efetiva nas Demonstrações Financeiras do Banco. O Banrisul efetuará o diferimento de forma prospectiva pelo prazo remanescente de 188 e 224 meses. A contabilização está registrada em Resultados de Exercícios Futuros e no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2019, o efeito no Patrimônio Líquido do Banco, líquido dos créditos tributários, é de R$91.589.

NOTA 24 Compromissos, Garantias e Outros

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R$10.689.973 (31/12/2018 - R$10.795.824), dos quais R$10.112.837 (31/12/2018 - R$10.208.286) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo anteriormente mencionado está registrado na rubrica Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento.

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R$193.353 (31/12/2018 - R$415.045), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários. Para estes riscos existe provisão para possíveis perdas no montante de R$10.653 (31/12/2018 - R$22.383).

(c) O Banrisul possui créditos abertos para importação e créditos de exportação confirmados no valor de R$42.560 (31/12/2018 - R$74.332) e coobrigações em cessões de crédito no valor de R$6.938 (31/12/2018 - R$7.860).

(d) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de Investimentos [(1)]	11.601.532	11.093.399
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	68.692	89.616
Fundos de Ações	294.745	86.215
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	12.637	15.564
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	39.547	265.439
Carteiras Administradas	558.622	639.504
Total	**12.575.775**	**12.189.737**

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(e) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 178 grupos (160 em 31/12/2018) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos e veículos que reúnem 70.804 consorciados ativos (59.096 em 31/12/2018).

(f) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2019 é de R$321.279, sendo R$86.695 com vencimento até um ano, R$211.107 de um a cinco anos e R$23.477 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizaram R$116.146 (31/12/2018 - R$107.674).

NOTA 25 Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro do Período antes da Tributação e Participações	**1.428.622**	**1.625.810**	**1.599.168**	**1.783.158**
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(357.156)	(406.453)	(399.792)	(445.790)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(44.370)	(41.332)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15% (2018 - 20%)	(214.293)	(325.162)	(165.926)	(264.783)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	**(571.449)**	**(731.615)**	**(610.088)**	**(751.905)**
Efeito da Lei nº 13.169/15 e Emenda Constitucional nº 103/19 nosTributos Diferidos [(1)]	223.863	(127.689)	223.863	(127.689)
Participação dos Empregados nos Resultados	56.557	56.046	56.557	56.046
Juros sobre o Capital Próprio	185.170	182.745	185.170	182.745
Resultado de Equivalência	154.179	165.835	22.403	20.424
Outras Exclusões, Líquidas das Adições	9.049	2.236	9.629	11.502
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**57.369**	**(452.442)**	**(112.466)**	**(608.877)**
Corrente	(186.610)	(246.882)	(354.863)	(403.209)
Diferido	243.979	(205.560)	242.397	(205.668)

(1) Tributos Diferidos: (i) A Lei nº 13.169/15, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. Este aumento da alíquota impactou também os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos; e (ii) A Emenda Constitucional nº 103/19, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro, elevando-a de 15% para 20% a partir de março de 2020. Este aumento da aliquota impactou também os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos a partir de novembro de 2019.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

- Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

				Banrisul
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.189.855	591.246	(441.662)	1.339.439
Provisão para Riscos Trabalhistas	220.013	310.781	(65.050)	465.744
Provisão para Riscos Fiscais	131.639	40.710	(19.628)	152.721
Ajuste Marcação a Mercado - MTM	293.588	78	(243.428)	50.238
Outras Provisões Temporárias	475.482	276.404	(54.575)	697.311
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**2.310.577**	**1.219.219**	**(824.343)**	**2.705.453**
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 09)	**2.310.554**	**1.219.219**	**(824.343)**	**2.705.430**
Obrigações Fiscais Diferidas	(422.807)	(153.725)	273.884	(302.648)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	**1.887.747**	**1.339.378**	**(824.343)**	**2.402.782**

				Banrisul Consolidado
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.191.178	591.246	(441.779)	1.340.645
Provisão para Riscos Trabalhistas	222.216	310.781	(64.987)	468.010
Provisão para Riscos Fiscais	132.227	40.786	(19.628)	153.385
Ajuste Marcação a Mercado - MTM	293.588	78	(243.428)	50.238
Outras Provisões Temporárias	476.550	276.903	(54.575)	698.878
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**2.315.759**	**1.219.794**	**(824.397)**	**2.711.156**
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 09)	**2.315.736**	**1.219.794**	**(824.397)**	**2.711.133**
Obrigações Fiscais Diferidas	(423.365)	(153.573)	272.456	(304.482)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	**1.892.371**	**1.338.677**	**(824.397)**	**2.406.651**

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

	Diferenças Temporárias			Banrisul	Banrisul Consolidado
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Totais Registrados	Totais Registrados
2020	704.910	524.751	1.229.661	1.229.661	1.230.149
2021	195.748	150.439	346.187	346.187	346.674
2022	183.804	142.216	326.020	326.020	326.508
2023	160.958	124.216	285.174	285.174	285.662
2024	90.963	84.057	175.020	175.020	175.507
2025 a 2027	91.840	104.959	196.799	196.799	199.090
2028 a 2029	70.832	75.737	146.569	146.569	147.543
2030	14	9	23	-	-
Total em 31/12/2019	**1.499.069**	**1.206.384**	**2.705.453**	**2.705.430**	**2.711.133**
Total em 31/12/2018	**1.431.995**	**878.582**	**2.310.577**	**2.310.554**	**2.315.736**

O valor presente total dos créditos tributários é de R$2.333.559, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

- Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Superveniência de Depreciação	(10.434)	(12.132)	(10.434)	(12.133)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	-	(433)	-	(433)
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(23.901)	(295.654)	(25.540)	(295.865)
Operações Renegociadas Lei nº 12.715/12	(172.624)	(40.200)	(172.624)	(40.200)
Superávit Atuarial	(95.689)	(74.388)	(95.884)	(74.734)
Total	**(302.648)**	**(422.807)**	**(304.482)**	**(423.365)**

NOTA 26 Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com as Resoluções nºs 3.846/10, 4.275/13, 4.611/17, 4.626/18 e 4.661/18 do CMN, o art. 2° da Resolução nº 4.449/15. No art. 8°, da Resolução nº 4.661/18 do CMN em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 10/2018, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de "benefício definido") e dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de "contribuição variável"), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Previc nº 10/2018 e Portaria Previc nº 300/2019.

Em razão da instabilidade do Plano de Benefícios I e, na busca de alternativas que resolvessem o problema, a Diretoria Executiva da Fundação Banrisul propôs um Novo Processo de Migração, semelhante ao ocorrido em 2014, para um novo plano de benefícios (FBPREV III) com custos mais estáveis e outras alternativas de recebimento dos benefícios, além da renda vitalícia.

Com a aprovação de um novo processo de migração, por meio da Portaria nº 1.123/2018, da Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência - PREVIC, a Fundação Banrisul iniciou, em 28 de janeiro de 2019, o processo de migração voluntária dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I (PBI) para Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III), que é constituído na modalidade de contribuição variável, sendo contribuição definida pelo participante na fase de acumulação da reserva e o benefício definido por ocasião da sua concessão, podendo ser vitalício ou não, conforme opção do assistido. O referido período de opção no processo de migração foi encerrado em 27 de abril de 2019.

Em junho de 2019, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos referente ao processo de migração. No caso do Patrocinador Banrisul, o valor aportado, calculado na data efetiva de implementação do Plano FBPREV III, 31 de maio de 2019, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 4,86% a.a., é de R$126.091, que foi transferido para o novo plano.

Após o processo de migração encerrado em 27 de abril de 2019, apresenta-se a seguir a quantidade de participantes em seus respectivos planos:

Participantes	PBI antes da Migração	PBI após a Migração	Plano FBPREV III[(1)]
Ativos	274	35	239
Assistidos	4.519	3.093	1.426
Total	**4.793**	**3.128**	**1.665**

(1) Do total de participantes do Plano FBPREV III, 1.094 participantes optaram pelo recebimento dos benefícios pela renda vitalícia no momento da migração.

Após a reestruturação do plano, a parcela remanescente da dívida contratada no montante de R$66.230 em 31 de dezembro de 2019 (31/12/2018 - R$68.040), foi distribuída da seguinte forma: Plano de Benefícios I (PBI) o valor de R$23.896, Plano de Benefícios Saldado (PBS) o valor de R$16.895, Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) o valor de R$11.796 e Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III) o valor de R$13.643, registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 15). Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2019	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01
Taxa de Inflação de Longo Prazo	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60
Taxa de Crescimento Salarial	6,25	n/a	8,82	7,93	7,07	n/a	8,82
Crescimento dos Benefícios Concedidos	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	n/a	n/a
Crescimento dos Benefícios Diferidos	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	n/a	n/a
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	4,64	n/a

Hipóteses Econômicas - 31/12/2018	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Taxa de Crescimento Salarial	7,16	n/a	10,72	8,45	n/a	10,72
Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,00	4,00	4,00	4,00	n/a	4,00
Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,00	4,00	4,00	4,00	n/a	4,00
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5,00	n/a

Hipóteses Demográficas em 31/12/2019	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 *Basic* suavizada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,30)
Plano Saldado	AT-2000 *Basic* suavizada em 10% (SOA), específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)
Plano FBPREV	AT-2000 *Basic* desagravada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (-0,005)
Plano FBPREV II	AT-2000 *Basic* desagravada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,04)
Plano FBPREV III	AT-2000 *Basic*, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Forte, desagravada em 60%	A probabilidade de rotatividade utilizada para o Plano PBPREV IIII é de 0,64% linear
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III. Plano Odontológico e Auxílio Medicamento: experiência da consultoria atuarial modificada (+0,30)
Prêmio Aposentadoria	AT-2000 *Basic* desagravada em 20%, específica por sexo	Não aplicável	*Light* Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (-0,005)

Hipóteses Demográficas em 31/12/2018	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 *Basic*, segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Forte, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,10)
Plano Saldado	AT-2000 *Basic*, segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 *Basic* desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 *Basic* desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 *Basic* desagravada em 10%	Não aplicável	*Light* Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 10/2018 e com Portaria Previc nº 300/2019, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação. O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual. Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde (Médico, Odontológico e Auxílio Medicamento) - o Banrisul oferece plano de saúde, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos são os seguintes:

Planos:	PB I % Alocação 2019	PB I 2018	PBS % Alocação 2019	PBS 2018	FBPREV % Alocação 2019	FBPREV 2018	FBPREV II % Alocação 2019	FBPREV II 2018	FBPREV III % Alocação 2019	FBPREV III 2018	Saúde % Alocação 2019	Saúde 2018
Categorias												
Renda Fixa	77,00	82,30	77,81	83,96	86,00	91,24	83,35	88,98	78,23	-	97,97	97,83
Renda Variável	9,98	8,75	9,62	7,77	3,27	1,28	6,40	4,34	9,58	-	2,03	2,17
Imóveis	3,45	3,76	2,90	3,06	0,39	0,55	1,41	1,64	3,17	-	-	-
Outros	9,57	5,19	9,67	5,21	10,34	6,93	8,84	5,04	9,02	-	-	-
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**-**	**100,00**	**100,00**

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R$15.935 (31/12/2018 – R$15.624) e imóveis alugados com um valor justo de R$125.701 (31/12/2018 – R$98.851).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícos de:	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	470.944	449.383
Plano Saldado (PBS)	252.809	76.211
Plano FBPREV (FBPREV)	(9)	(1)
Plano FBPREV II (FBPREV II)	(63)	(8)
Plano FBPREV III (FBPREV III)	69.027	-
Planos Saúde, Odontológico e Medicamento	(212.585)	(188.056)
Prêmio Aposentadoria	214.055	204.238
Total	**794.178**	**541.767**

A partir de 2019 estão sendo considerados somente os benefícios pós-emprego oferecidos aos funcionários do Banrisul e suas controladas. Para fins de comparabilidade foram reapresentados os valores referentes a 2018. Tal procedimento gerou o efeito de R$2.585 no Patrimônio Líquido, R$1.067 no Ativo e R$1.518 no Passivo.

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(1.805.025)	(1.529.458)	(17.269)	(156.833)	(411.108)	(212.585)	(214.055)
Valor Justo dos Ativos - VJA	1.334.081	1.276.649	19.566	168.710	342.081	461.283	-
Superávit/(Déficit)	**(470.944)**	**(252.809)**	**2.297**	**11.877**	**(69.027)**	**248.698**	**(214.055)**
Superávit Irrecuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	-	(2.288)	(11.814)	-	(36.113)	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	**(470.944)**	**(252.809)**	**9**	**63**	**(69.027)**	**212.585**	**(214.055)**

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(2.402.077)	(1.239.923)	(14.327)	(112.186)	-	(197.461)	(204.238)
Valor Justo dos Ativos - VJA	1.952.694	1.163.712	14.975	138.863	-	385.517	-
Superávit/(Déficit)	**(449.383)**	**(76.211)**	**648**	**26.677**	**-**	**188.056**	**(204.238)**
Superávit Irrecuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	-	(647)	(26.669)	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido (Reapresentado)	**(449.383)**	**(76.211)**	**1**	**8**	**-**	**188.056**	**(204.238)**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	**2.402.077**	**1.239.923**	**14.327**	**112.186**	**-**	**197.461**	**204.238**
Custo do Serviço Corrente	(1.539)	-	1.107	649	1	1.893	8.744
Custo de Juros sobre Valor Presente das Obrigações	159.411	109.075	1.299	9.948	18.259	17.705	16.516
Contribuições dos Participantes do Plano	42.855	2.993	508	-	-	-	-
(Ganho)/Perda Atuarial - Experiência	(17.802)	(12.445)	444	23.432	(24.922)	(33.793)	(7.809)
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Demográficas	146.204	39.419	(1.125)	(3.812)	3	(8.668)	9.651
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Financeiras	234.219	238.212	1.104	26.147	25.075	46.694	5.366
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(203.186)	(87.719)	(395)	(11.717)	(23.200)	(8.707)	-
Eliminação Antecipada de Obrigações	(957.214)	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	415.892	-	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	-	(22.651)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**1.805.025**	**1.529.458**	**17.269**	**156.833**	**411.108**	**212.585**	**214.055**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	**2.308.815**	**1.158.097**	**10.837**	**101.506**	**-**	**195.746**	**179.913**
Custo do Serviço Corrente	(1.689)	-	960	734	-	1.972	7.748
Custo de Juros sobre Valor Presente das Obrigações	215.337	109.449	1.056	9.667	-	18.928	15.791
Contribuições dos Participantes do Plano	57.876	3.466	654	678	-	-	-
(Ganho)/Perda Atuarial - Experiência	(27.173)	2.041	522	3.470	-	(20.654)	(4.204)
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Financeiras	86.626	50.059	606	4.361	-	9.561	6.573
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(237.715)	(83.189)	(308)	(8.230)	-	(4.758)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	(3.334)	(1.583)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período (Reapresentado)	**2.402.077**	**1.239.923**	**14.327**	**112.186**	**-**	**197.461**	**204.238**

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	**1.952.694**	**1.163.712**	**14.975**	**138.863**	**-**	**385.517**	**-**
Receitas de Juros sobre Ativos do Plano	132.247	102.553	1.392	12.464	16.064	34.712	-
Rendimento de Ativos Maior/(Menor) que Taxa de Desconto	123.333	88.705	2.706	27.437	(20.136)	41.054	-
Contribuições Pagas pela Empresa	33.839	6.405	380	1.663	1.136	-	-
Contribuições de Participantes	42.855	2.993	508	-	55.865	-	-
Benefícios Pagos	(203.186)	(87.719)	(395)	(11.717)	(23.200)	-	-
Transferências	-	-	-	-	312.352	-	-
Eliminação Antecipada de Obrigações	(747.701)	-	-	-	-	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**1.334.081**	**1.276.649**	**19.566**	**168.710**	**342.081**	**461.283**	**-**

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	**1.968.353**	**1.109.151**	**12.400**	**124.493**	**-**	**338.195**	**-**
Receitas de Juros sobre Ativos do Plano	188.941	105.136	1.239	12.003	-	32.301	-
Rendimento de Ativos Maior/(Menor) que Taxa de Desconto	(91.018)	22.012	456	7.684	-	15.021	-
Contribuições Pagas pela Empresa	66.257	7.136	534	2.235	-	-	-
Contribuições de Participantes	57.876	3.466	654	678	-	-	-
Benefícios Pagos	(237.715)	(83.189)	(308)	(8.230)	-	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período (Reapresentado)	**1.952.694**	**1.163.712**	**14.975**	**138.863**	**-**	**385.517**	**-**

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**(449.383)**	**(76.211)**	**1**	**8**	**-**	**188.056**	**(204.238)**
Custo do Serviço	211.052	-	(1.107)	(649)	(415.893)	(1.893)	(8.744)
Juros sobre Ativo/ (Passivo) Líquido	(27.164)	(6.522)	33	76	(2.195)	17.007	(16.516)
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(239.288)	(176.481)	702	(1.035)	(20.292)	708	(7.208)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	-	22.651
Transferências	-	-	-	-	312.352	-	-
Contribuições Pagas pela Empresa	33.839	6.405	380	1.663	57.001	8.707	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**(470.944)**	**(252.809)**	**9**	**63**	**(69.027)**	**212.585**	**(214.055)**

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**(340.462)**	**(48.946)**	**-**	**-**	**-**	**143.076**	**(179.913)**
Custo do Serviço	1.689	-	(960)	(734)	-	(2.049)	(7.748)
Juros sobre Ativo/ (Passivo) Líquido	(26.396)	(4.313)	29	74	-	13.427	(15.791)
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(150.471)	(30.088)	398	(1.567)	-	24.396	(2.369)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	3.353	-
Contribuições Pagas pela Empresa	66.257	7.136	534	2.235	-	4.786	1.583
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual (Reapresentado)	**(449.383)**	**(76.211)**	**1**	**8**	**-**	**186.989**	**(204.238)**

Custo Estimado do Benefício Definido para o Período Seguinte	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente	(25)	-	1.206	346	3	362	10.353
Juros Líquidos sobre Passivo/(Ativo) Líquido do Benefício Definido	30.193	17.398	(18)	(64)	4.761	4.871	13.562
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	**30.168**	**17.398**	**1.188**	**282**	**4.764**	**5.233**	**23.915**

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FB-PREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições Pagas pela Empresa	26.210	6.166	249	1.726	2.022	10.552	-
Contribuições dos Empregados	54.356	3.077	249	-	-	54.892	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	40.637
Benefícios Pagos dos Ativos do Plano	173.444	98.591	327	8.645	32.105	80.773	-

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Maturidade do Valor Presente da Obrigação (VPO)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
2020	173.444	98.591	326	8.645	32.105	10.553	40.637
2021	176.306	101.606	337	8.886	32.514	9.720	5.989
2022	178.958	104.633	348	9.127	32.870	10.533	8.513
2023	181.330	107.624	360	9.372	33.168	11.469	11.684
2024	183.521	110.536	371	9.617	33.404	12.352	17.749
2025 a 2029	938.680	589.996	2.039	51.666	168.051	71.299	121.613

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duração Média Ponderada do Valor Presente da Obrigação (em Anos)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
31/12/2019	10,17	11,53	11,32	10,30	9,80	15,30	10,20
31/12/2018	9,38	10,51	11,32	10,30	-	-	8,41

Quantidade de Participantes em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	152	756	5.385	3.877	193	9.384	10.382
Assistidos	3.005	2.217	43	1.113	1.377	5.845	-
Total	**3.157**	**2.973**	**5.428**	**4.990**	**1.570**	**15.229**	**10.382**

Quantidade de Participantes em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	334	938	5.211	4.307	-	9.824	10.799
Assistidos	4.395	2.055	33	790	-	5.481	-
Total (Reapresentado)	**4.729**	**2.993**	**5.244**	**5.097**	**-**	**15.305**	**10.799**

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2019 — Impacto em R$ Mil

Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(107.687)
Taxa de Desconto	6,51%	117.232
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(79.187)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	90.088

Plano Saldado (PBS) - 31/12/2019 — Impacto em R$ Mil

Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(81.840)
Taxa de Desconto	6,51%	89.857
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(36.521)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	40.256

Plano FBPREV (FBPREV) - 31/12/2019 — Impacto em R$ Mil

Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(978)
Taxa de Desconto	6,51%	1.090
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	760
Tábua de Mortalidade	10% Redução	(754)

Plano FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2019 — Impacto em R$ Mil

Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(8.461)
Taxa de Desconto	6,51%	9.342
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(1.918)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	2.186

Plano FBPREV III (FBPREV III) - 31/12/2019 — Impacto em R$ Mil

Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(18.393)
Taxa de Desconto	6,51%	19.985
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(11.453)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	12.738

Plano Saúde - 31/12/2019 — Impacto em R$ Mil

Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(14.533)
Taxa de Desconto	6,51%	16.502
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(8.691)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	10.232

Prêmio Aposentadoria - 31/12/2019 — Impacto em R$ Mil

Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(9.492)
Taxa de Desconto	6,51%	10.423
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(608)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	610

NOTA 27 Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, mercado, *Interest Risk Rate in The Banking Book* - IRRBB (variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária), liquidez, operacional e socioambiental é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de: i) monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e ii) identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Instituição e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos - UGRC, responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional e socioambiental, com o suporte da Diretoria de Controle e Risco. As informações produzidas pela Unidade subsidiam o Comitê de Riscos, (e demais Comitês de Gestão), a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável pela UGRC e o Conselho de Administração é o responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

O Banrisul procura alinhar suas atividades de gestão aos padrões recomendados pelo Comitê de Basileia, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido.

Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, atendendo ao binômio risco x retorno.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização de controles fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança. A adoção e o aprimoramento dos sistemas de *Application* e *Behaviour Score* oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nesses ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito - o Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

(i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso;

(ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são controladas mensalmente; e

(iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

Risco de Mercado

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito na Nota 15. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (e).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A gestão do risco de mercado no Banrisul está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação, ou seja, operações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade, e operações classificadas na carteira de não negociação ou carteira bancária, que compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, como a carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósitos a prazo, depósitos de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utiliza-se a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira Banking é realizada por meio de modelo padronizado do Banco Central do Brasil através das metodologias de Abordagem de Valor Econômico, que consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros no valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária do Banco - *Economic Value of Equity (EVE)*, pela Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira que consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira na sua carteira bancária - *Net Interest Income (NII)* e também para Perdas e Ganhos Embutidos, que é a diferença entre o valor econômico das posições ativas, passivas e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial *(off-balance sheet)* sujeitos ao IRRBB e o respectivo valor contábil.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira *Trading* - buscando aprimorar a gestão de riscos, estar em conformidade com as práticas de Governança Corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação *(Trading Book)* sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2019.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2019.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2019.

A tabela a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos.

Para o Fator de Risco "Moeda Estrangeira", foi considerada a cotação de R$4,0307 de 31/12/2019 (PTAX - Venda - Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários		Fatores de Risco: Taxa de Juros	Moedas	Ações	Total
1	1%	145	2.159	148	**2.452**
2	25%	3.626	53.981	3.686	**61.293**
3	50%	7.233	107.962	7.371	**122.566**

Definições:

Taxa de Juros – exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação.

Moeda Estrangeira - exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável - exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, identifica-se no Fator de Risco "Moedas Estrangeiras" a maior perda esperada, que representa aproximadamente 88,0% de toda a perda esperada para os três cenários. Observamos que a perda esperada no Cenário 2 foi 25 vezes maior que no Cenário 1. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 100%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (65,8%), no valor total de R$122.566.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de captação externa efetuada pelo Banrisul no valor total de US$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na Carteira Banking (Nota 15). Estas captações externas possuíam o valor original de US$775 milhões (775 milhões de dólares norte-americanos), contudo, em 30 de setembro de 2015, o Banrisul recomprou US$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos), e em 15 de outubro de 2015 recomprou mais US$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos), permanecendo o saldo de US$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira "Dólar - US$" considera a cotação de R$4,0307 de 31/12/2019 (SPOT das 13h - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475/08 da CVM, que determina que os cenários de alta devam contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2019.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2019.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2019.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap	*Trading*	Alta do cupom de US$	(1.866)	(45.707)	(89.531)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	*Banking*	Alta do cupom de US$	1.866	45.707	89.532
Efeito Líquido			**-**	**-**	**1**

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

O Banrisul estabelece limites operacionais para o risco de liquidez consistente com as estratégias de negócios do Banrisul, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banrisul.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e é responsável por manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, tanto em cenário normal como em cenário de crise, com adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da Instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a Instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês, Comissões, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises do gerenciamento do risco de liquidez. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, é proposta ao Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, contendo as diretrizes para a gestão do risco, considerando o orçamento, o planejamento financeiro, a declaração de apetite a riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto. Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados Interna de Risco Operacional, é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Os resultados das análises e os registros da Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, devendo ser identificado pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.

O gerenciamento do risco socioambiental abrange financiamentos, projetos e operações, cujas características permitam identificar previamente a destinação dos recursos, não impedindo que aqueles que não se enquadram na definição acima sejam analisados.

Com relação às atividades da Instituição, o gerenciamento do risco socioambiental abrange o processo de gestão de resíduos, a observância dos requisitos exigidos na contratação de fornecedores, e o acompanhamento dos contratos com terceirizados durante sua vigência, visando à mitigação dos riscos socioambientais associados.

Os resultados das análises e os registros dos eventos de risco socioambiental são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Índices de Capital

Conforme previsto na Resolução nº 4.192/13 do CMN a apuração do Capital Regulamentar deve ter como base o Conglomerado Prudencial que inclui o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, a Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e a Banrisul Cartões S.A. A Resolução nº 4.193/13 do CMN define os limites mínimos para o Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além de determinar a apuração do Adicional de Capital Principal.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019:

Conglomerado Prudencial	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência (PR)	**6.438.996**	**6.145.537**
Nível I	**5.906.023**	**5.434.907**
Capital Principal	**5.906.023**	**5.434.907**
Capital Social	5.205.891	4.403.823
Reserva de Capital e de Lucros	2.877.696	3.070.817
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(289.486)	(195.955)
Ajustes Prudenciais (previstos na Resolução nº 4.192/13)	(1.888.078)	(1.843.778)
Nível II	**532.973**	**710.630**
Instrumentos Elegíveis ao Nível II autorizados com base em normas anteriores à Res. nº 4.192/13	532.973	710.630
RWA	**42.733.919**	**40.380.928**
RWA_{CPAD} (Risco de Crédito)	32.005.227	29.909.619
RWA_{MPAD} (Risco de Mercado)	765.952	907.436
RWA_{JUR1} (Risco de Juros)	18.504	2.402
RWA_{JUR3} (Risco de Juros)	4.870	-
RWA_{ACS} (Risco de Ações)	29.397	48.734
RWA_{CAM} (Risco Taxa de Câmbio)	713.181	856.300
RWA_{OPAD} (Risco Operacional)	9.962.740	9.563.873
RWA Carteira *Banking* (RBAN/IRRBB)	477.935	376.998
Margem sobre o PR considerando RBAN	1.473.999	1.528.541
Recursos Disponíveis para Novos Investimentos	18.424.991	17.722.220
Índices de Capital		
Índice de Basileia	15,07%	15,22%
Índice de Nível I	13,82%	13,46%
Índice de Capital Principal	13,82%	13,46%
Índice de Imobilização	7,65%	5,89%
Razão de Alavancagem	7,02%	6,78%

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Para 2019, estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.

O PR alcançou R$6.438.996 em dezembro de 2019, apresentando aumento de R$293.459 frente a dezembro de 2018, impactado, principalmente, pela incorporação dos resultados gerados no período. A dívida subordinada registrada no Nível II apresentou redução de R$177.657, em função da aplicação do cronograma de Basileia III sobre as operações realizadas com base em normas anteriores a Resolução nº 4.192/13 do CMN.

A Circular nº 3.876/18 do Bacen determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB (Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*), em substituição a RBAN, a partir de janeiro de 2019. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros aos quais a carteira bancária está exposta foi alterada, deixando de ser calculada através do VaR (*Value at Risk*) e passando a utilizar o ∆EVE (*Variation of Economic Value of Equity*: variação do valor econômico) e ∆NII (*Variation of Net Interest Income*: variação do resultado da intermediação financeira).

Neste contexto, o IRRBB calculado para dezembro de 2019 foi de R$477.935 quando comparada a alocação de capital de dezembro de 2018 que ficou em R$376.998 (quando o modelo vigente era a RBAN), identifica-se aumento de R$100.937.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando a RBAN/IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira bancária (RBAN até dezembro de 2018/IRRBB a partir de janeiro de 2019), e o adicional de capital principal - ACP mínimo requerido pelo regulador (2,50% a partir de janeiro de 2019). Os recursos disponíveis também são calculados a partir da Margem do PR considerando a RBAN/IRRBB e o fator F vigente.

Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 15,07%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. O Índice de Nível I foi de 13,82% e o Índice de Capital Principal foi de 13,82%. A razão de alavancagem calculada para o mês de dezembro de 2019 foi de 7,02%.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul tem cumprido todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

NOTA 28 Transações com Partes Relacionadas

(a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642/10 da CVM e Resolução nº 4.636/18 do CMN.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução nº 4.636/18 do CMN. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

(i) Estado do Rio Grande do Sul - em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou, com o Estado, sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banrisul, para o crédito de vencimentos e salários a servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo o preço no montante de R$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços ao Estado e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

Em abril de 2018, o Estado do Rio Grande do Sul alienou, por meio de procedimento de leilão na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, a quantidade total de 28.974.500 ações de emissão do Banrisul, sendo 26.000.000 de ações PNB e 2.974.500 de ações ON, representando assim uma redução de sua participação acionária de 7,44% em relação ao Capital Social total do Banrisul. Contudo, o controle do Banrisul pelo Estado do Rio Grande do Sul permanece inalterado. A Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio executou a venda tendo como intermediador a BTG Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Para a prestação destes serviços a Banrisul Corretora foi remunerada a título de corretagem em 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre os valores negociados;

(ii) Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS, empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

(iii) Coligadas: (i) Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. que atua na geração de crédito consignado; (ii) Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR, *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada e da Rio Grande Capitalização; e (iii) VG8JV Tecnologia S.A. - VG8JV, atua sob o nome fantasia de VeroGo, oferece solução integrada de pagamentos a centros de compras localizados em sua área de atuação, no território nacional;

(iv) Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS, entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;

(v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e

(vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Banrisul.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

				Banrisul
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	**(767.481)**	**(892.709)**	**(28.644)**	**(17.333)**
Outros Créditos	3.768	3.001	-	-
Depósitos à Vista	(695.214)	(607.120)	-	-
Captações no Mercado Aberto [1]	(39.547)	(265.439)	(26.172)	(15.858)
Outras Obrigações	(36.488)	(23.151)	(2.472)	(1.475)
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	**(1.255.376)**	**(1.404.167)**	**89.897**	**86.773**
Outros Créditos	117.976	47.734	119.829	115.687
Depósitos à Vista	(9.009)	(3.659)	-	-
Depósitos a Prazo	(23.916)	(12.397)	(1.008)	(1.687)
Captações no Mercado Aberto	(185.664)	(252.130)	(1.016)	(1.181)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(287.457)	(295.269)	(18.794)	(17.982)
Outras Obrigações	(867.306)	(888.446)	(9.114)	(8.064)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	**(67.154)**	**(69.074)**	**(22.159)**	**(20.595)**
Outras Obrigações	(67.154)	(69.074)	(22.159)	(20.595)
Total	**(2.090.011)**	**(2.365.950)**	**39.094**	**48.845**

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

				Banrisul Consolidado
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	**(767.237)**	**(884.241)**	**(28.476)**	**(16.549)**
Disponibilidades	-	8.160	125	739
Outros Créditos	4.012	3.309	42	45
Depósitos à Vista	(695.214)	(607.120)	-	-
Captações no Mercado Aberto [1]	(39.547)	(265.439)	(26.172)	(15.858)
Outras Obrigações	(36.488)	(23.151)	(2.471)	(1.475)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	**(67.154)**	**(69.074)**	**(22.159)**	**(20.595)**
Outras Obrigações	(67.154)	(69.074)	(22.159)	(20.595)
Total	**(834.391)**	**(953.315)**	**(50.635)**	**(37.144)**

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Risco, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	**16.145**	**11.588**
Remuneração	12.421	9.026
Encargos Sociais	3.724	2.562
Benefícios Pós-emprego	**640**	**687**
Planos de Previdência Complementar [1]	640	687
Total	**16.785**	**12.275**

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R$900.

(c) Outras Informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

• Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

• Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

• Pessoas jurídicas que participem com capital de mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(d) Participação Acionária

Em 31 de dezembro de 2019, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Risco possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 5.087 ações, conforme Nota 23(a).

NOTA 29 Impacto da Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1));
Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2));
Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1));
Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1));
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Eventos Subsequentes (CPC 24);
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1));
Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 (R2));
Ativo Intangível (CPC 04 (R1)); e
Ativo Imobilizado (CPC 27).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

O Banrisul, em 19 de março de 2019, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banrisul em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banrisul e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Banrisul e Banrisul Consolidado)

O Banrisul opera nas carteiras comerciais de crédito, incluindo a administração de cartões de crédito, de financiamento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de arrendamento mercantil. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºˢ 3 (f e g) e 8, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração do Banrisul, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa está suportada na classificação do risco do cliente, em função da análise periódica de sua qualidade e observando os parâmetros da Resolução n° 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos de contratos de câmbio e dos outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Banrisul na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética do cálculo. Avaliamos, por meio de amostragem, o atendimento aos requerimentos previstos na Resolução n° 2.682/99 do CMN, relacionados à apuração da provisão para devedores duvidosos, e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes - Trabalhista, cível e fiscal (Banrisul e Banrisul Consolidado)

O Banrisul possui demandas judiciais e administrativas de naturezas trabalhista, cível e fiscal, conforme descrito nas Notas Explicativas nºˢ 3 (m) e 16, para as quais é reconhecida provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da parcela cujo risco de perda de acordo com avaliação da Administração é provável. As parcelas dos passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas divulgadas nas notas explicativas, e as perdas remotas não requerem provisão nem divulgação. A mensuração, o reconhecimento e a divulgação das provisões e passivos contingentes, relativos a esses processos judiciais e administrativos, requerem julgamento profissional do Banrisul e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância dos valores e julgamentos envolvidos na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos julgados como chave relacionados aos processos de cadastro, mensuração e registro contábil das provisões e passivos contingentes. Para os processos em que o Banrisul é representado por consultores externos, solicitamos e analisamos as cartas-respostas de confirmação desses consultores em relação à existência e a integridade das ações judiciais e administrativas. Com base em uma amostra: (a) avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Banrisul para definição da probabilidade de êxito; (b) efetuamos teste de recálculo da mensuração dos valores provisionados para aqueles processos ou conjunto semelhantes de processos que envolvem valores significativos; e (c) comparamos, os valores provisionados com os valores definitivos das condenações ocorridas no período corrente. Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Obrigações com benefício de longo prazo pós-emprego (Banrisul e Banrisul Consolidado)

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºˢ 3 (p) e 26, o Banrisul é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários e dependentes. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades é classificada como "planos de benefício definido". As obrigações desses planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, tábua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial. Por se tratar de uma obrigação relevante e que envolve alto grau de julgamento do Banrisul na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos chave do Banrisul relacionado ao processo de determinação das premissas a ser utilizadas nos cálculos atuariais. Com base em amostragem, validamos as bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações e, com auxílio de nossos especialistas atuariais, analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial, bem como efetuamos por amostragem teste de recálculo. Adicionalmente, efetuamos estes mesmos procedimentos para avaliar a migração de participantes do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios FBPREV III. Avaliamos, ainda, as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de Tecnologia da Informação (Banrisul e Banrisul Consolidado)

O Banrisul é dependente de sua estrutura de Tecnologia de Informação para o desenvolvimento de suas operações, a continuidade de seus processos de negócios e a consequente elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual envolve o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Considerando que os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, especificamente os associados a processos e controles que suportam a operacionalidade dos sistemas de tecnologia, podem ocasionar processamento incorreto de informações críticas e eventualmente impactar a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o envolvimento dos nossos especialistas em Tecnologia da Informação, avaliamos o desenho e, por meio de amostragem, a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos sistemas considerados chave para elaboração das informações financeiras, tais como controles internos automatizados e/ou com componentes automatizados e controles relacionados à segurança da informação, incluindo os controles relativos: (i) ao gerenciamento de acesso a dados e programas; (ii) aos desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; (iii) ao gerenciamento de alterações sistêmicas; e (iv) aos eventuais controles compensatórios desses sistemas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os processos e controles nos proporcionaram base aceitável para determinarmos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banrisul, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banrisul. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banrisul é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banrisul continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banrisul e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banrisul e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banrisul e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banrisul e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banrisul e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2020.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2019

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei n° 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CMN n° 3.198/2004, e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e por seu Regimento Interno.

A atuação abrange o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, e possui, dentre suas competências, revisar, previamente a publicação, as demonstrações contábeis semestrais, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, e reunir-se periodicamente com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com os Comitês Estatutários do Banrisul, e com as Diretorias do Banco e das Empresas Controladas.

A administração é responsável por manter controles internos que permitam a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

A Auditoria Interna tem como objetivo salvaguardar os ativos, assegurar a observância das políticas, planos, procedimentos e legislação aplicável, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e aos Auditores Independentes.

À KPMG Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações contábeis, inclusive consolidadas, do Banrisul e dos fundos de investimento administrados, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira. O planejamento dos trabalhos dos respectivos auditores independentes foi discutido com o Comitê e, no decorrer do semestre, houve a disponibilização dos relatórios produzidos, a análise da estrutura de controles internos e o parecer sobre as demonstrações financeiras.

Atividades Desenvolvidas

O planejamento dos trabalhos foi realizado considerando as principais atribuições, sendo revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. O Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis por realizar o controle interno, o gerenciamento de riscos e o acompanhamento das contingências no período de 01 de julho a 31 de dezembro 2019. Nesse período realizou 15 reuniões, contemplando 58 sessões, devidamente formalizadas em atas, e além disso, os integrantes dedicaram 440 horas para análise prévia do material.

Ao longo do 2° semestre de 2019 foram realizadas reuniões com Conselheiros do Conselho de Administração, membros do Comitê de Riscos, Diretores do Banrisul e das Controladas, e executivos do Banco, das Controladas e das Coligadas, da Fundação Banrisul Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banrisul (Cabergs). Destacam-se as reuniões com os Inspetores do Banco Central do Brasil, os Auditores Independentes, a Auditoria Interna, a Ouvidoria, a Controladoria, a Assessoria Jurídica e as demais áreas que integram a Instituição.

No tocante à educação continuada, os integrantes participaram de congressos, seminários e cursos relacionados às suas áreas de competência, totalizando 251 horas no período.

Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e do balanço semestral, os integrantes do Comitê reuniram-se com a KPMG Auditores Independentes para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados e da independência dos auditores. O Comitê avaliou com a Auditoria Independente seu relatório, datado de 05 de fevereiro de 2020, emitido sem ressalvas.

Conclusão

A análise dos apontamentos do Banco Central do Brasil, bem como dos relatórios da Auditoria Interna, da Unidade de Controles e Compliance e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, não apresentou elementos que comprometem a efetividade do sistema de controles internos. A mitigação de pontos indicados está sendo processada e monitorada.

Tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos do Banco e Empresas Controladas.

Neste período foram examinados os relatórios da Auditoria Interna até a data base novembro 2019, e efetuadas recomendações de providências corretivas em relação aos seus apontamentos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, o Comitê examina regularmente as demonstrações financeiras, mantém contato frequente com a Contabilidade, com a Auditoria Interna, e com a Auditoria Independente, permitindo-lhe avaliar a qualidade dessas demonstrações e entender que elas estão livres de distorções relevantes.

Com base nas atividades desenvolvidas, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Conglomerado, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2019, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2020.

Carlos Biedermann | João Verner Juenemann | Eraldo Soares Peçanha
Coordenador

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II, III e VII do Artigo 163, da Lei 6.404/76, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, estes últimos emitidos nesta data e com base nas Atas do Conselho Fiscal, opinamos que as mencionadas demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2020.

Bruno Pinto de Freitas
Presidente

Gustav Gorski | Marco Aurélio Santos Cardoso | Massao Fábio Oya | Rogério Costa Rokembach
Conselheiros

DIRETORIA

CLÁUDIO COUTINHO MENDES
Presidente

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Vice-Presidente

CLAÍSE MÜLLER RAUBER
FERNANDO POSTAL
JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
MARCUS VINÍCIUS FEIJÓ STAFFEN
OSVALDO LOBO PIRES
RAQUEL SANTOS CARNEIRO
SUZANA FLORES COGO
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JORGE LUIS TONETTO
Presidente

CLÁUDIO COUTINHO MENDES
Vice-Presidente

ADEMAR SCHARDONG
ADRIANO CIVES SEABRA
EDUARDO CUNHA DA COSTA
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JOÃO VERNER JUENEMANN
MÁRCIO GOMES PINTO GARCIA
RAFAEL ANDREAS WEBER
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

Banrisul

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, item V, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Semestre, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas, e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, recomendamos a aprovação das mencionadas demonstrações.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2020.

Jorge Luis Tonetto
Presidente

Claudio Coutinho Mendes
Vice-Presidente

Ademar Schardong
Conselheiro

Adriano Cives Seabra
Conselheiro

Eduardo Cunha da Costa
Conselheiro

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Conselheiro

João Verner Juenemann
Conselheiro

Márcio Gomes Pinto Garcia
Conselheiro

Rafael Andréas Weber
Conselheiro

Ramiro Silveira Severo
Conselheiro

Banrisul - Q3002

CRCRS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : WERNER KOHLER
REGISTRO..... : RS-038534/O-2
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 16.03.2020 as 09:45:57.
Válido até: 14.06.2020.
Código de Controle: 325356.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul S.A. - Corretora de Valores Imobiliários e Câmbio

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEZEMBRO 2019

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019 4
BALANÇOS PATRIMONIAIS 5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO 6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 7
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA 8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 9
NOTAS EXPLICATIVAS 10
1. Contexto operacional 10
2. Apresentação das demonstrações financeiras 10
3. Principais práticas contábeis 10
4. Caixas e equivalentes de caixa 12
5. Títulos e valores mobiliários 12
6. Outros créditos 13
7. Outras obrigações 13
8. Operações com partes relacionadas 14
9. Patrimônio Líquido 14
10. Imposto de renda e contribuição social 15
11. Resultado de títulos e valores mobiliários 16
12. Receitas de prestação de serviços 16
13. Outras despesas administrativas 16
14. Gerenciamento de riscos 17
15. Provisão para contingências 17
PARECER DO CONSELHO FISCAL 18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 19

Missão:

Oferecer à sociedade intermediação de títulos e valores mobiliários em consonância com as diretrizes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., contribuindo com o fortalecimento do mercado de capitais e o desenvolvimento do Estado.

Visão:

Ser reconhecida como a corretora gaúcha mais eficiente e de maior crescimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Princípios:

Ética, patrimônio a preservar;

Transparência como filosofia;

Segurança como diferencial competitivo;

Responsabilidade, compromisso com as pessoas;

Rentabilidade, questão de sobrevivência;

Satisfação do cliente como resultado.

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Banrisul Corretora"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Desempenho Financeiro
Ativos Totais – Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais da Banrisul Corretora alcançaram R$111,5 milhões, em relação ao montante de R$116,6 milhões registrado no exercício de 2018. Na composição dos ativos, os títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram maior representatividade, com 80,2% do total, os outros créditos 19,3% e outros ativos 0,5%. Conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" no valor total de R$5,2 milhões.
Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido atingiu R$87,2 milhões em dezembro de 2019. A expansão de R$2,9 milhões ou 3,4% comparado com R$84,3 milhões apurado em 2018 reflete a incorporação dos resultados gerados.
Lucro Líquido – A Banrisul Corretora registrou lucro líquido de R$3,8 milhões em 2019, incremento de 26,7% acima do lucro registrado no ano de 2018. A receita de prestação de serviços foi de R$19,0 milhões, composta por: (i) 51,7% de corretagens em operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão; (ii) 42,7% de gestão de recursos de terceiros do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e (iii) 5,6% de outras receitas.

Desempenho Operacional
O volume total das operações realizadas em 2019 alcançou R$6,7 bilhões, representando um aumento de 9,8% em relação ao volume de R$6,1 bilhões registrados no exercício de 2018.

Política de Distribuição de Dividendos
A Banrisul Corretora tem como característica provisionar os dividendos mínimos exigidos no encerramento de cada semestre, remunerando os seus acionistas anualmente. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 o montante relativo a dividendos totalizou R$895,8 mil, sendo que R$472,3 mil deste total decorre do provisionamento efetuado no primeiro semestre de 2019.

Gestão de Risco
A Banrisul Corretora, por intermédio de seu controlador, Banrisul, líder do conglomerado, aderiu à estrutura consolidada de gerenciamento de riscos.
As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN, para risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e gestão de capital.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		**104.848**	**105.785**
Disponibilidades	4	9	10
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	15.829	18.513
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	68.429	58.273
Carteira própria		49.548	46.584
Vinculados à prestação de garantias		18.881	11.689
Outros créditos	6	20.580	28.988
Rendas a receber		838	709
Negociação e intermediação de valores		19.567	28.279
Diversos		175	-
Outros valores e bens		1	1
Despesas antecipadas		1	1
Não Circulante		**6.678**	**10.774**
Realizável a longo prazo		**6.108**	**10.176**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	5.204	9.851
Vinculados à prestação de garantias		5.204	9.851
Outros créditos	6	904	325
Diversos		904	325
Permanente		**570**	**598**
Investimentos		74	74
Imobilizado de uso		447	470
Intangível		49	54
Total do ativo		**111.526**	**116.559**

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		**24.285**	**32.194**
Outras obrigações		24.285	32.194
Sociais e estatutárias	7 (a)	901	722
Fiscais e previdenciárias	7 (b)	1.572	1.169
Negociação e intermediação de valores	7 (c)	20.336	28.534
Diversas	7 (d)	1.476	1.769
Patrimônio líquido		**87.241**	**84.365**
Capital social	9 (a)	80.000	70.000
Reservas de lucros		11.731	18.855
Ações em tesouraria	9 (b)	(4.490)	(4.490)
Total do passivo		**111.526**	**116.559**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		2º Semestre	Exercício	
	Nota	2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		**2.553**	**5.327**	**5.378**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11	2.553	5.327	5.378
Receitas/despesas da intermediação financeira		**-**	**-**	**2**
Reversão de provisão de outros créditos de liquidação duvidosa		-	-	2
Resultado bruto da intermediação financeira		**2.553**	**5.327**	**5.380**
Outras receitas (despesas) operacionais		**497**	**1.158**	**71**
Receitas de prestação de serviços	12	9.215	19.016	18.452
Despesas de pessoal	8 (c)	(1.120)	(2.238)	(1.612)
Outras despesas administrativas	13	(7.021)	(14.169)	(15.367)
Despesas tributárias		(979)	(2.028)	(2.069)
Outras receitas operacionais		1.039	1.377	875
Outras despesas operacionais		(637)	(800)	(208)
Resultado operacional		**3.050**	**6.485**	**5.451**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**3.050**	**6.485**	**5.451**
Imposto de renda e contribuição social	10	**(1.267)**	**(2.713)**	**(2.431)**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(611)	(1.108)	(2.375)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(656)	(1.605)	(56)
Lucro líquido do semestre/exercícios		**1.783**	**3.772**	**3.020**
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercícios - R$		**0,060**	**0,126**	**0,101**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em milhares de reais)

			Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial			
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva estatutária**	**Reserva expansão**	**Títulos disponíveis para venda**	**Lucros acumulados**	**Ações em tesouraria**	**Total**
Em 01 de janeiro de 2018		**70.000**	**4.348**	**7.766**	**4.438**	**(96)**	**-**	**(4.490)**	**81.966**
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	96	-	-	**96**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.020	-	**3.020**
Destinação do lucro									
Reservas		-	151	755	1.397	-	(2.303)	-	**-**
Dividendos propostos	9 (f)	-	-	-	-	-	(717)	-	**(717)**
Em 31 de dezembro de 2018		**70.000**	**4.499**	**8.521**	**5.835**	**-**	**-**	**(4.490)**	**84.365**
Aumento de capital		10.000	-	(4.165)	(5.835)	-	-	-	**-**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.772	-	**3.772**
Destinação do lucro									
Reservas		-	188	943	1.745	-	(2.876)	-	**-**
Dividendos propostos	9 (f)	-	-	-	-	-	(896)	-	**(896)**
Em 31 de dezembro de 2019		**80.000**	**4.687**	**5.299**	**1.745**	**-**	**-**	**(4.490)**	**87.241**
Em 01 de julho de 2019		**70.000**	**4.598**	**9.019**	**6.755**	**-**	**-**	**(4.490)**	**85.882**
Aumento de capital		10.000	-	(4.165)	(5.835)	-	-	-	**-**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	1.783	-	**1.783**
Destinação do lucro									
Reservas		-	89	445	825	-	(1.359)	-	**-**
Dividendos propostos	9 (f)	-	-	-	-	-	(424)	-	**(424)**
Em 31 de dezembro de 2019		**80.000**	**4.687**	**5.299**	**1.745**	**-**	**-**	**(4.490)**	**87.241**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	**2.483**	**5.464**	**3.010**
Lucro líquido do semestre/exercícios	1.783	3.772	3.020
Ajustes do lucro líquido	700	1.692	(10)
Depreciação e amortização	44	87	74
(Reversão) de provisão de outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	(2)
Tributos diferidos	656	1.605	56
Provisão para passivos contingentes	-	-	(138)
Variação nos ativos e obrigações	**(2.049)**	**(12.022)**	**(53.551)**
(Aumento) em títulos para negociação	(1.941)	(10.156)	(54.198)
Redução em outros créditos	9.524	8.858	71.771
Redução em outros valores e bens	6	-	1
(Redução) em outras obrigações	(9.008)	(9.695)	(69.724)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(630)	(1.029)	(1.401)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	**434**	**(6.558)**	**(50.541)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução em títulos disponíveis para venda	-	-	474
(Aumento) redução em títulos mantidos até o vencimento	(142)	4.647	50.173
Aquisição de imobilizado de uso	-	(59)	(313)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	**(142)**	**4.588**	**50.334**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	(715)	(495)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	**-**	**(715)**	**(495)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**292**	**(2.685)**	**(702)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	**15.546**	**18.523**	**19.225**
Disponibilidades	31	10	16
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.515	18.513	19.209
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	**15.838**	**15.838**	**18.523**
Disponibilidades	9	9	10
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.829	15.829	18.513
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**292**	**(2.685)**	**(702)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em milhares de reais)

		2º Semestre	Exercício	
	Nota	2019	2019	2018
Receitas		**12.807**	**25.720**	**24.707**
Intermediação financeira		2.553	5.327	5.378
Prestação de serviços		9.215	19.016	18.452
Reversão de provisão de outros créditos		-	-	2
Outras		1.039	1.377	875
Insumos adquiridos de terceiros		**(7.590)**	**(14.835)**	**(15.458)**
Serviços de terceiros		(6.769)	(13.664)	(14.939)
Água e energia		(35)	(78)	(74)
Comunicações		(227)	(450)	(427)
Materiais		(1)	(3)	(4)
Outros		(558)	(640)	(14)
Valor adicionado bruto		**5.217**	**10.885**	**9.249**
Depreciação e amortização		(44)	(87)	(74)
Valor adicionado a distribuir		**5.173**	**10.798**	**9.175**
Distribuição do valor adicionado		**5.173**	**10.798**	**9.175**
Pessoal		**927**	**1.854**	**1.337**
Remuneração	8 (c)	845	1.696	1.226
Benefícios	8 (c)	36	66	50
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		46	92	61
Impostos, taxas e contribuições		**2.439**	**5.125**	**4.775**
Federais		1.978	4.174	3.852
Municipais		461	951	923
Remuneração de capitais de terceiros		**24**	**47**	**43**
Aluguéis		24	47	43
Remuneração de capitais próprios		**1.783**	**3.772**	**3.020**
Lucros retidos		1.359	2.876	2.303
Dividendos propostos	9 (f)	424	896	717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Banrisul Corretora") tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores. Além disso, dentre suas atividades operacionais inclui-se a atuação como gestor de recursos das carteiras dos Fundos de Investimento e Carteiras Administradas que estão sob administração fiduciária do Banrisul.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banrisul. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN as quais incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e com as normas do BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

O Conselho de Administração da Banrisul Corretora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03 de fevereiro de 2020.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo - - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas na bolsa de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Ativo Permanente - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional - CMN e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para o imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período e 15% para a Contribuição Social, ajustados pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária.
Os créditos tributários ou obrigação fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias e com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos" no grupo do ativo realizável a longo prazo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 e as obrigações fiscais diferidas na rubrica "Outras obrigações", no grupo passivo circulante conforme Nota Explicativa nº 7.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

l) Lucro por ação - A Banrisul Corretora efetua os cálculos do lucro utilizando o número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação durante o período correspondente ao resultado.

4. Caixas e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	**9**	10
Aplicações interfinanceiras de liquidez[1]	**15.829**	18.513
Total	**15.838**	18.523

(1) Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com compromisso de revenda.

5. Títulos e valores mobiliários

O valor de mercado, apresentado nas tabelas a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais, a Banrisul Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA); Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço de fechamento das negociações no último dia útil do período e para as Letras Financeiras é adotado um modelo de precificação, que utiliza as curvas futuras divulgadas pela B3 S.A.

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2019	2018
Para negociação	**68.420**	58.264
Disponíveis para venda	**9**	9
Mantidos até o vencimento	**5.204**	9.851
Total da carteira	**73.633**	68.124
Circulante	**68.429**	58.273
Não circulante	**5.204**	9.851

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2019		2018
	Valor de custo	**Valor de mercado/ contábil**	Valor de mercado/ contábil
Vencimento até cinco anos			
Letras financeiras	**49.537**	**49.539**	46.575
Letras financeiras do tesouro (LFT) – Vinculados à prestação de garantia	**7.811**	**7.806**	7.364
Fundos de Investimento – Vinculados à prestação de garantia	**11.075**	**11.075**	4.325
Total	**68.423**	**68.420**	58.264

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2019		2018
	Valor de custo	**Valor de mercado/ contábil**	Valor de mercado/ contábil
Sem vencimento			
Certificados de privatização	**9**	**9**	9
Total	**9**	**9**	9

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2019		2018
	Valor de custo/ contábil	**Valor de mercado**	Valor de custo/ contábil
Vencimento até cinco anos			
Letras financeiras do tesouro (LFT) – Vinculados à prestação de garantia	**5.204**	**5.203**	9.851
Total	**5.204**	**5.203**	9.851

A administração declara que dispõe de capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Banrisul Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Outros créditos

	2019	2018
a) Rendas a receber:	**838**	709
Serviços prestados a receber	**773**	709
Outras rendas a receber	**65**	-
b) Negociação e intermediação de valores:	**19.567**	28.279
Caixa de registro e liquidação	**-**	27.140
Devedores - Conta liquidações pendentes	**19.567**	1.139
c) Diversos:	**1.079**	325
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 10 (b))	**-**	242
Impostos e contribuições a compensar	**175**	-
Devedores por depósitos de garantia	**904**	83
Total - Outros créditos	**21.484**	29.313
Circulante	**20.580**	28.988
Não circulante	**904**	325

7. Outras obrigações

	2019	2018
a) Sociais e estatutárias:	**901**	722
Dividendos e bonificações a pagar[1]	**901**	722
b) Fiscais e previdenciárias:	**1.572**	1.169
Impostos e contribuições sobre o lucro	**22**	866
Impostos e contribuições diferidos (Nota 10 (b))	**1.362**	-
Impostos e contribuições a recolher	**188**	303
c) Negociação e intermediação de valores:	**20.336**	28.534
Caixa de registro e liquidação	**17.930**	-
Comissões e corretagens a pagar	**68**	245
Credores - Conta liquidações pendentes	**2.338**	28.289
d) Diversas:	**1.476**	1.769
Obrigações por aquisição de bens e direitos	**1.476**	1.769
Total geral das outras obrigações	**24.285**	32.194
Circulante	**24.285**	32.194

(1) Dividendos propostos e a pagar

8. Operações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas podem ser assim sumariados:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2019	2018	**2019**	2018
a) Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades	**9**	10	**-**	-
Aplicações no mercado aberto	**15.829**	18.513	**1.016**	1.181
Letras Financeiras	**49.539**	46.575	**2.964**	3.007
Outros créditos	**104**	69	**1.034**	827
Convênio prestação de serviços	**1.135**	(1.481)	**(10.163)**	(10.470)
Dividendos	**(882)**	(706)	**-**	-
b) Banrisul Cartões S.A.				
Convênio Banricard	**-**	(3)	**-**	-

A Banrisul Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.
Os custos são suportados pela Banrisul Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.636/18 do CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

	2º Semestre	Exercício	
	2019	**2019**	2018
Remuneração	**845**	**1.696**	1.226
Benefícios	**36**	**66**	50
Encargos Sociais	**239**	**476**	336
Total	**1.120**	**2.238**	1.612

A Banrisul Corretora remunerou seus administradores durante o ano de 2019 em R$2.238 (2018 - R$1.612).
Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.
A Banrisul Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O capital social em 30 de junho de 2019 é R$80.000, e está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R$2,00 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas e 80.000 preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

c) Distribuição de resultados - Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei n° 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** 25% para constituição de Reserva Estatutária; e **(iii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

d) Reserva Estatutária - Tem por finalidade o pagamento de dividendos ou bonificações aos acionistas, aumento do capital social e absorção de eventuais prejuízos.

e) Reserva para Expansão - A Banrisul Corretora manterá Reserva para Expansão, visando amparar planos de investimento, absorção de prejuízos acumulados e aumento de capital social.

f) Dividendos - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a., calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações, limitado ao dividendo legal de 25% (vinte e cinco por cento).
Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias.
Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei e o saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.
Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	2º Semestre	**Exercício**	
	2019	**2019**	2018
Lucro líquido do exercício	**1.783**	**3.772**	3.020
Constituição de reservas			
Legal	**(89)**	**(188)**	(151)
Base de cálculo de dividendos	**1.694**	**3.584**	2.869
Dividendos propostos - 25%	**424**	**896**	717

10. Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	**Exercício**	
	2019	**2019**	2018
a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**3.050**	**6.485**	5.451
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	**171**	**(222)**	52
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	**(1.639)**	**(3.405)**	(154)
(=) Base do IRPJ	**1.582**	**2.858**	5.349
Outras Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	**(48)**	**(58)**	(44)
(=) Base da CSLL	**1.534**	**2.800**	5.305
Imposto de Renda - corrente	**(387)**	**(694)**	(1.314)
Contribuição Social - corrente	**(233)**	**(423)**	(1.061)
Incentivos Fiscais	**9**	**9**	-
Total IRPJ e CSLL - correntes	**(611)**	**(1.108)**	(2.375)
IRPJ e CSLL diferidos	**(656)**	**(1.605)**	(56)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	**(1.267)**	**(2.713)**	(2.431)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:
Em 31 de dezembro de 2019, a Banrisul Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

- Créditos tributários
Em 31 de dezembro de 2019 não há saldo de crédito tributário. A movimentação dos períodos, segregada em função das origens e desembolsos efetuados, está demonstrada na tabela a seguir:

	Saldo inicial	Constituição (Realização)	31/12/2019	31/12/2018
Provisão outros ativos intangíveis	243	(243)	-	243
Total do ativo fiscal diferido	**243**	**(243)**	**-**	243

- Obrigações fiscais diferidas

Os saldos da provisão para impostos e contribuições diferidos estão representados por:

	Saldo inicial	(Constituição) Realização	31/12/2019	31/12/2018
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	-	(1.362)	**(1.362)**	-
Total do passivo fiscal diferido	**-**	**(1.362)**	**(1.362)**	-

11. Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º Semestre	Exercício	
	2019	**2019**	2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	**471**	**1.016**	1.181
Resultado de títulos de renda fixa	**1.781**	**3.760**	4.045
Resultado de títulos de renda variável	**-**	**-**	(107)
Rendas de aplicações em fundos de Investimento	**301**	**551**	259
Total	**2.553**	**5.327**	5.378

12. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre	Exercício	
	2019	**2019**	2018
Rendas de administração de fundos de investimento	**4.019**	**8.113**	7.984
Rendas de corretagens em operações em bolsas	**4.623**	**9.840**	9.601
Rendas de comissões	**5**	**22**	11
Rendas de outros serviços	**568**	**1.041**	856
Total	**9.215**	**19.016**	18.452

13. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Exercício	
	2019	**2019**	2018
Comunicações	**227**	**450**	427
Processamentos de dados	**581**	**1.147**	1.045
Serviços do sistema financeiro	**394**	**734**	722
Serviços de terceiros	**4.531**	**9.000**	9.954
Comissões de intermediação financeira	**806**	**1.847**	2.220
Serviços técnicos especializados	**227**	**497**	507
Publicações	**82**	**164**	135
Outras	**173**	**330**	357
Total	**7.021**	**14.169**	15.367

14. Gerenciamento de riscos

A Banrisul Corretora aderiu a estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17. A Banrisul Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos corporativos do Grupo Banrisul é coordenada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos. Os processos são mapeados, classificados e consolidados de acordo com as características das exposições das operações, e em conformidade com as recomendações dos órgãos reguladores.

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Banrisul Corretora não figurava como parte em processos judiciais de natureza cível classificados como perda provável.

Existem processos que, de acordo com análise efetuada pela assessoria jurídica do Banrisul, são considerados como perda possível, no montante de R$165 (31/12/2018 – R$248), desta forma não foram provisionados contabilmente. Essas contingências, são decorrentes, principalmente, de indenização por dano material e/ou moral, cobrança e prestação de contas. Ainda, dentre os processos com probabilidade de perda possível a Banrisul Corretora é parte da Ação Popular 001/1.05.0252690-8, entretanto, devido à incerteza na mensuração da perda, esta não consta no montante de R$165 supracitado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, acompanhadas do Relatório sobre as demonstrações financeiras emitido pelos Auditores Independentes, sem ressalvas, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração, sem modificações, por unanimidade, opinamos favoravelmente e sem ressalvas, concluímos que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2020.

Conselheiros

Flávia Colossi Frey | Rodrigo Mata Tortoriello | Thiago Josué Ben

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores, aos conselheiros e aos acionistas da
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Banrisul Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Corretora em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Banrisul Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Banrisul Corretora e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Banrisul Corretora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstrações do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Banrisul Corretora é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Corretora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul

Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo

Contador CRC 1SP-252419/O-0

Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Diretoria

Nilvo Reinoldo Fries
Diretor - Presidente

Carmem Paludo
Diretora

Roberto Balestrin
Diretor

Conselho de Administração

Jair Antonio Pauletto
Presidente

Almir da Costa Barreto
Antônio Ávila da Silva
Diana Paula Sana
Leo Marco Nunes Meira
Márcio Rafael Machado
Conselheiros

Fabiana Rodrigues de Souza
Contadora CRCRS – 084401/O-6

Fundada em 17 de dezembro de 1970
Endereço:
Rua Caldas Junior, 108 - 4° Andar
Porto Alegre - RS - Brasil
www.banrisulcorretora.com.br

SAC: 0800 648 1516
Ouvidoria: 0800 644 2200

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, acompanhadas do Relatório sobre as demonstrações financeiras emitido pelos Auditores Independentes, sem ressalvas, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração, sem modificações, por unanimidade, opinamos favoravelmente e sem ressalvas, concluímos que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2020.

Conselheiros

Flávia Colossi Frey | Rodrigo Mata Tortoriello | Thiago Josué Ben

Banrisul - Q2130

Banrisul
CORRETORA DE VALORES

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020.

Jair Antonio Pauletto

Almir da Costa Barreto

Antônio Ávila da Silva

Leo Marco Nunes Meira

Diana Paula Sana

Banrisul - 02130

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : FABIANA RODRIGUES DE SOUZA
REGISTRO..... : RS-084401/O-6
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 981.280.190-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 20/02/2020 as 15:38:09.
Válido até: 20/05/2020.
Código de Controle: 752635.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul - Q2130

Banrisul S.A. - Administradora de Consórcios

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92692979/0001-24
Rua Caldas Júnior, 108 - 4º andar - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração - Senhores Clientes: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 31.12.2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de imóveis e automóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial. Em 31.12.2019 a empresa administrava 178 grupos de consórcios (160 grupos em 2018) com uma base de clientes ativos de 70.804 consorciados (59.096 consorciados ativos em 2018), sendo que, no ano de 2019, ocorreram 9.718 contemplações (9.053 contemplações em 2018). No período, apresentou lucro líquido de R$ 44.545 mil (R$ 37.857 mil em 2018). A Banrisul Consórcios tem como política a distribuição de resultados, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, uma quota do lucro líquido, em percentual a ser definido anualmente nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ajustado nos termos da Lei. A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter em carteira os títulos classificados como mantidos até o vencimento, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN. Agradecimentos: Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem suas atividades. A Administração.

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (valores em Milhares de Reais)

Ativo	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante	**151.931**	**189.206**
Disponibilidades	74	44
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	139.370	179.235
Carteira própria	139.370	179.235
Outros créditos - diversos (Nota 6)	12.487	9.927
Realizável a longo prazo	**177.779**	**123.759**
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	174.242	120.811
Carteira própria	174.242	120.811
Outros créditos - diversos (Nota 6)	3.537	2.948
Permanente	**2.692**	**343**
Investimentos	2.389	-
Imobilizado de uso	303	343
Outras imobilizações de uso	708	677
Depreciações acumuladas	(405)	(334)
Total do ativo	**332.402**	**313.308**

Passivo e patrimônio líquido	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante	**63.353**	**57.365**
Outras obrigações	63.353	57.365
Sociais e estatutárias (Nota 7)	31.802	27.017
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	10.090	8.429
Diversas (Nota 9)	21.461	21.919
Exigível a longo prazo	**578**	**405**
Outras obrigações	578	405
Passivos contingentes (Nota 10)	578	405
Patrimônio líquido	**268.471**	**255.538**
Capital social (Nota11)	200.000	200.000
Reservas de lucros	67.934	55.128
Ajuste de avaliação patrimonial	537	410
Total do passivo e patrimônio líquido	**332.402**	**313.308**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação apresentado em Reais)

	2º Semestre 2019	**2019**	**2018**
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.377	17.740	17.988
Resultado bruto da intermediação financeira	**8.377**	**17.740**	**17.988**
Outras receitas (despesas) operacionais	**27.718**	**48.034**	**38.996**
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	45.189	85.119	75.044
Outras despesas administrativas (Nota 13)	(13.266)	(27.092)	(25.359)
Despesas tributárias	(6.912)	(13.148)	(11.802)
Resultado de equivalência patrimonial	2.528	2.528	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	179	627	1.113
Resultado operacional	**36.095**	**65.774**	**56.984**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)	(11.176)	(21.229)	(19.127)

Banrisul - Q2130

Valores correntes	(11.274)	(21.351)	(19.194)
Valores diferidos	98	122	67
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	24.919	44.545	37.857
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercício - R$	0,28	0,50	0,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (valores expressos em Milhares de Reais, exceto dividendos propostos por ação)

		Reservas de Lucro					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	200.000	11.861	10.667	21.715	362	-	244.605
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.857	37.857
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	48	-	48
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 11)	-	1.893	1.893	7.099	-	(10.885)	-
Dividendos propostos (R$ 0,30 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(26.972)	(26.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	200.000	13.754	12.560	28.814	410	-	255.538
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	44.545	44.545
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	127	-	127
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 11)	-	2.227	2.227	8.352	-	(12.806)	-
Dividendos propostos (R$ 0,35 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(31.739)	(31.739)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	200.000	15.981	14.787	37.166	537	-	268.471
Mutações do Exercício	-	2.227	2.227	8.352	127	-	12.933
Saldos em 1º de julho de 2019	200.000	14.735	13.541	32.494	352	-	261.122
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	24.919	24.919
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	185	-	185
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 11)	-	1.246	1.246	4.672	-	(7.164)	-
Dividendos propostos (R$ 0,20 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(17.755)	(17.755)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	200.000	15.981	14.787	37.166	537	-	268.471
Mutações do Semestre	-	1.246	1.246	4.672	185	-	7.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (valores expressos em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2019	2019	2018
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	24.919	44.545	37.857
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para contingências	126	173	172
Créditos tributários	(98)	(122)	90
Depreciação	33	72	77
Equivalência Patrimonial	(2.528)	(2.528)	-
Variações de ativos e obrigações			
Aumento em títulos e valores mobiliários	(26.020)	(13.439)	(22.510)
(Aumento) redução em outros créditos	10.423	7.038	13.658
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.613)	(9.926)	(14.043)
Aumento (redução) em outras obrigações	(1.216)	1.201	9.632
Caixa líquido proveniente das aplicações nas atividades operacionais	26	27.014	24.933
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(31)	(31)	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(31)	(31)	(4)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	(26.953)	(24.931)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(26.953)	(24.931)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5)	30	(2)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	79	44	46
Disponibilidades	79	44	46
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	74	74	44
Disponibilidades	74	74	44
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5)	30	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio – Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (valores expressos em Milhares de Reais)

Ativo	31/12/2019	31/12/2018
	1.067.629	896.634
Circulante	477	520
Disponibilidades	481.517	416.433
Aplicações financeiras (Nota 17)	45.056	50.809
Disponibilidade do grupo	436.241	365.624
Vinculadas a contemplações	220	-
Recursos grupos em formação	585.635	479.681
Outros créditos	-	1.009
Bens apreendidos ou retomados	585.635	478.672
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 16)	4.704.669	4.206.255
Compensação		
Consórcio		

Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	34.500	30.653
Contribuições devidas ao grupo	2.452.123	2.179.724
Valores e bens ou serviços a contemplar	2.218.046	1.995.878
Total do Ativo	**5.772.298**	**5.102.889**

Passivo	31/12/2019	31/12/2018
Circulante/Exigível a Longo Prazo	**1.067.629**	**896.634**
Outras obrigações	**1.067.629**	**896.634**
Obrigações com consorciados	421.405	359.018
Grupos em formação	220	-
Valores a repassar	4.456	2.539
Contemplações a entregar	436.241	365.624
Recursos a devolver a consorciados	142.665	114.949
Recursos dos grupos	62.642	54.504
Compensação	**4.704.669**	**4.206.255**
Consórcio		
Recursos mensais a receber de consorciados	34.500	30.653
Obrigações do grupo por contribuições	2.452.123	2.179.724
Bens ou serviços a contemplar	2.218.046	1.995.878
Total do Passivo	**5.772.298**	**5.102.889**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (valores expressos em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2019	2019	2018
Disponibilidades no início do período	**452.385**	**416.953**	**391.953**
(+) Recursos coletados	**341.073**	**641.292**	**597.614**
Contribuições para aquisições de bens	268.266	503.949	471.798
Taxa de administração	41.953	80.229	71.452
Contribuição ao fundo de reserva	9.311	17.461	15.957
Renda de aplicação financeira	9.773	19.903	19.733
Prêmios de seguros	5.208	10.069	9.011
Outros	6.562	9.681	9.663
(-) Recursos utilizados	**311.464**	**576.251**	**572.614**
Aquisição de bens	241.265	441.219	437.226
Taxa de administração	43.156	81.705	73.397
Prêmio de seguros	5.218	10.110	9.042
Devolução a consorciados desligados	10.480	20.892	21.665
Outros	11.345	22.325	31.284
Disponibilidades no final do período	**481.994**	**481.994**	**416.953**
Depósitos bancários	477	477	520
Aplicações financeiras	481.517	481.517	416.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul - Q2130

Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora" ou "Banrisul Consórcios") tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A ("Banrisul") seu principal parceiro na comercialização de seus produtos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular BACEN nº 3.624/13. As cartas circulares nº 3.147/04 e nº 3.192/05, do Banco Central do Brasil, alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.
A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03/02/2020. **3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios: a) Da administradora: (i) Apuração do resultado** - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal. **(ii) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. **(iii) Títulos e valores mobiliários –** Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias: Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no

resultado. Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido. Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)** - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar. **(v) Imobilizado de uso** - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **(vi) Redução ao valor recuperável** - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **(vii) Demais passivos circulantes** - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço. **(viii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **(ix) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 ao ano (R$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **(x) Estimativas contábeis** - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente. **b) Dos grupos de consórcio -** Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas: **(i) Disponibilidades e aplicações financeiras** - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454/94 e 3.524/11 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração. As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço. **(ii) Direitos junto a consorciados contemplados** - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços. **(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados** - Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil. **(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições** - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações. **(v) Valores de bens ou serviços a contemplar** - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações. **(vi) Obrigações com consorciados** - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços. **(vii) Valores a repassar** - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros. **(viii) Obrigações por contemplações a entregar** - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração. **(ix) Recursos a devolver a consorciados** - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável. **(x) Recursos dos grupos** - Registra os

recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos. **(xi) Risco de crédito** - Os Grupos de Consórcio possuem Seguro de Quebra de Garantia, que visa garantir ao grupo o recebimento de recursos da seguradora em caso de inadimplemento do consorciado contemplado. Para tanto, o consorciado contemplado passa por uma análise de crédito com critérios definidos na apólice da seguradora antes de retirar o bem. **4. Resumo das operações de consórcios:** As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381/93, art. 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	Quantidade	
	2019	2018
Grupos Administrados	178	160
Consorciados Ativos	70.804	59.096
Bens Entregues - no ano	8.624	9.203
Bens Entregues - Total	27.488	28.665
Bens Pendentes de Entrega	6.661	5.606
Desistentes/Excluídos - no ano	9.233	7.649
Desistentes/Excluídos - Total	32.799	23.944

A taxa de inadimplência é de 2,72% (2018 – 2,53%).

5. Títulos e valores mobiliários (Administradora) - A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2019	2018
Circulante		
Para negociação	73.212	49.083
Disponível para venda	2.482	2.269
Mantidos até o vencimento	63.676	127.883
Total	**139.370**	**179.235**
Realizável a longo prazo		
Mantidos até o vencimento	174.242	120.811
Total	**174.242**	**120.811**

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2019		2018
	Valor Custo/Curva	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Mercado
Fundo Premium FI RF LP	57.483	57.483	32.425
Banrisul Master FI Refer. DI LP (1)	15.729	15.729	16.658
Total	**73.212**	**73.212**	**49.083**

(1) Recursos dos Grupos Encerrados Contabilmente.

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2019		2018
	Valor Custo/Curva	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Mercado
Fundo de Investimento Imobiliário	1.669	2.482	2.269
Total	**1.669**	**2.482**	**2.269**

Em 31 de dezembro de 2019, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R$ 813 (2018 - R$ 621), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R$ 276 (2018 - R$ 211).

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2019		2018
	Valor Custo/Curva	Valor Mercado	Valor Mercado
Letras Financeiras	237.918	238.164	248.942
Total	**237.918**	**238.164**	**248.942**

As aplicações em Letras Financeiras foram realizadas com prazos de 731, 1096 e 1.097 dias (taxa DI de 106,5%, 108%, e 107,5%, respectivamente), aplicadas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Outros créditos - diversos (Administradora)

	2019	2018
Circulante		
Cotas de consórcio adquiridas pela própria administradora	9.518	6.771
Valores pendentes em cobrança judicial (cotas inadimplentes)	839	835
IRRF a compensar	649	1.391
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (a)	671	597
Outros	810	333
Total	**12.487**	**9.927**

	2019	2018
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (c)	2.631	2.695
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (a)	158	110
Impostos e contribuições a compensar	748	143
Total	**3.537**	**2.948**

(a) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingentes (ações cíveis), remuneração variável sobre a performance comercial e campanha de vendas.

A expectativa de realização desses créditos é até 2024 (Nota 14) e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R$ 767 (2018- R$ 653).

(b) Recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e CSLL visto que a empresa é tributada pelo Lucro Real Anual.

Banrisul - 02130

(c) O valor de R$ 2.631 (2018 - R$ 2.695) está relacionado a depósitos judiciais referentes a processos cíveis e a processos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

7. Sociais e estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	2019	2018
Dividendos a pagar (Nota 11b)	31.739	26.972
Outras	63	45
Total	**31.802**	**27.017**

8. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	2019	2018
Impostos e contribuições sobre o lucro	8.567	7.042
Outras	1.523	1.387
Total	**10.090**	**8.429**

9.Diversas (Administradora)

	2019	2018
Obrigações por recursos de consorciados - grupos encerrados	15.662	16.716
Convênio prestação de serviços (Nota 15)	4.145	3.734
Credores diversos	1.092	911
Outros valores	562	558
Total	**21.461**	**21.919**

10. Provisão para contingências

(a) Provisão para contingências - Prováveis

	2019	2018
Provisão para passivos contingentes cíveis e fiscais	578	405
Total	**578**	**405**

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	2019	2018
Contingências Cíveis		
Saldo Inicial	**405**	**233**
Constituição e atualização monetária	165	268
Reversão da provisão	(86)	(84)
Baixas por pagamento	-	(12)
Saldo Final	**484**	**405**

	2019	2018
Contingências Fiscais		
Saldo Inicial	-	-
Constituição e atualização monetária	94	-
Reversão da provisão	-	-
Baixas por pagamento	-	-
Saldo Final	**94**	-

(b) Provisão para contingências - Possíveis

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos a cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R$ 9.434 (2018 - R$ 31.795) e R$ 1.972 (2018 - R$ 2.611) respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão.

11.Patrimônio líquido (Administradora): a) Capital Social - O Capital Social no valor de R$ 200.000 é composto por 89.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Distribuição de Resultados** - O lucro líquido do semestre, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, **(ii)** 5% para constituição de reserva estatutária e **(iii)** os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras. A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/A e estatuto social da empresa. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 75% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social. Os dividendos de 2018 foram pagos em 06/06/2019. Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2019 serão pagos no primeiro semestre de 2020 e estão demonstrados abaixo:

	2019	2018
Lucro líquido do período	44.545	37.857
Reserva legal (5%)	(2.227)	(1.893)
Base de cálculo dos dividendos	42.318	35.964
Dividendos propostos	31.739	26.972
Dividendos por ações em circulação – R$	0,35	0,30

12. Receita de Prestação de Serviços

	2º Semestre 2019	2019	2018
Receita de Prestação de Serviços	45.189	85.119	75.044
Total	**45.189**	**85.119**	**75.044**

A receita da prestação de serviços refere-se à taxa de administração recebida pela gestão e administração dos grupos de consórcios.

13. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2019	2019	2018
Convênio de prestação de serviços (Nota 15)	(11.363)	(23.072)	(22.459)
Despesas de serviços de terceiros	(35)	(69)	(65)
Despesas com administração e conselhos	(348)	(807)	(818)
Aluguéis	-	-	(2)
Manutenção	(44)	(44)	(5)
Outras despesas administrativas	(1.476)	(3.100)	(2.010)
Total	**(13.266)**	**(27.092)**	**(25.359)**

14. Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2º Semestre 2019	2019	2018
Resultado do período antes da tributação sobre o lucro	**36.095**	**65.774**	**56.984**
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ	(1.857)	(1.861)	501
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL	(1.865)	(1.872)	484
(=) Base do IRPJ	**34.238**	**63.913**	**57.485**
(=) Base da CSLL	**34.230**	**63.902**	**57.468**
Imposto de Renda	(8.547)	(15.954)	(14.347)
Contribuição Social	(3.081)	(5.751)	(5.173)
Deduções doações e patrocínios	354	354	325
IRPJ e CSLL registrados no resultado	**(11.176)**	**(21.229)**	**(19.127)**
IRPJ e CSLL Corrente	(11.274)	(21.351)	(19.194)
IRPJ e CSLL Diferidos	98	122	67

Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos

	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	31/12/2019	31/12/2018
Outras provisões temporárias	707	122	829	707
Total do ativo fiscal diferido	**707**	**122**	**829**	**707**

Expectativa de realização dos créditos tributários

	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2020	178	495	673
2021	10	29	39
2022	10	29	39
2023	10	29	39
2024	10	29	39
Total 31.12.2019	**218**	**611**	**829**
Total 31.12.2018	187	520	707

Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações fiscais diferidas	211	65	276	211
Total do passivo fiscal diferido	**211**	**65**	**276**	**211**

15.Transações com partes relacionadas (Administradora)

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Administradora de Consórcios. Além disso, são recebidos da Banrisul Cartões S.A. dividendos conforme Estatuto Social da mesma, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades	74	-	44	-
Títulos e valores mobiliários	311.130	17.529	297.777	17.807
Outras obrigações - sociais e estatutárias	(31.638)	-	(26.888)	-
Convênio prestação de serviços	(4.144)	(23.072)	(3.734)	(22.459)
Banrisul Cartões S.A.				
Clientes	-	(10)	-	(21)
Dividendos	139	135	-	114
Equivalência	2.389	2.528	-	-

A empresa é acionista da Banrisul Cartões S.A, do grupo Banrisul, com participação societária de 0,22%. Sobre este investimento é aplicado o Método de Equivalência Patrimonial. A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Os Administradores possuem duas cotas de consórcios de nossa administradora. As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Circular BACEN nº 3.901/18 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

16. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	2019	2018
Curso normal	582.409	477.336
Em atraso	2.440	1.156
Em cobrança judicial	786	180
Total de direitos junto a consorciados contemplados	**585.635**	**478.672**

17. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios) - As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R$ 481.517 (2018 - R$ 416.433) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. **18. Instrumentos financeiros (Administradora) -** O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência. **19. Gerenciamento de Risco** - A Banrisul Consórcios aderiu a estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, e utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro.

Banrisul - 02130

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nesses exames, sem ressalvas, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas e sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia. Porto Alegre, 4 de fevereiro de 2020.

Claudio Leite Gastal
Paula Ferreira Krieger
Paulo Ricardo Brito Morales
Conselheiros

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Banrisul S.A. Administradora de Consórcios**. Porto Alegre – RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Banrisul Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Consórcios em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2020. **KPMG Auditores Independentes -** CRC SP-014428/F-7. **Fernando Antonio Rodrigues Alfredo -** Contador CRC 1SP252419/O-0.

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior
Diretor-Presidente

Artemino Raimundo Rosin
Gabriel Leal Marchiori
Diretores

Conselho de Administração
Jorge Fernando Krug Santos - **Presidente**
Flávio Pompermayer - **Vice-Presidente**
Fernando Postal - **Conselheiro**
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior - **Conselheiro**
Jose Luiz Castro Mendel - **Conselheiro**
Ladir Cézar Cardoso Matias - **Conselheiro**
Marcelo Soares Alves - **Conselheiro**

Kathia Helena Iahnke de Oliveira
Contadora - CRC RS-061075/O-7

Banrisul - Q2130

Banrisul
CONSÓRCIO

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Fernando Krug Santos

Fernando Postal

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior

Ladir Cézar Cardoso Matias

José Luiz Castro Mendel

Marcelo Soares Alves

Banrisul - Q2130

Banrisul
CONSÓRCIO

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2020.

Cláudio Leite Gastal

Paula Ferreira Krieger

Paulo Ricardo Brito Morales

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : KATHIA HELENA IAHNKE DE OLIVEIRA CRIXEL
REGISTRO..... : RS-061075/O-7
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 415.689.310-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 05/03/2020 as 13:51:08.
Válido até: 03/06/2020.
Código de Controle: 441812.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

60

Banrisul Cartões S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Banrisul
CARTÕES S.A.

Sumário

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS **05**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **07**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **17**

BALANÇOS PATRIMONIAIS 19

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 20

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE 20

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 21

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 22

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS 23

NOTAS EXPLICATIVAS **25**

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL 27

NOTA 02 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 27

NOTA 03 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS 32

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 33

NOTA 05 - CLIENTES 33

NOTA 06 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS 34

NOTA 07 - IMOBILIZADO 35

NOTA 08 - CARTÕES EM CIRCULAÇÃO 35

NOTA 09 - CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS 35

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS 36

NOTA 11 - OUTROS PASSIVOS 36

NOTA 12 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS 36

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 37

NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 38

NOTA 15 - RECEITA LÍQUIDA 39

NOTA 16 - CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS 39

NOTA 17 - DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL 39

NOTA 18 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) 39

NOTA 19 - RESULTADO FINANCEIRO 40

NOTA 20 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS 40

NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS 41

NOTA 22 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS 43

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **53**

PARECER DO CONSELHO FISCAL **57**

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS 2019

- O volume financeiro transacionado alcançou R$29,5 bilhões em 2019, com crescimento de 10,5% quando comparado a 2018.
- A quantidade de transações capturadas foi de 333,8 milhões em 2019, com evolução de 8,2% em relação a 2018.
- A antecipação do recebimento de vendas atingiu R$3,8 bilhões no ano de 2019, com volume 19,9% superior ao computado em 2018, decorrente do aumento do volume antecipado pelo canal de vendas Banrisul e pelo segmento de subcredenciadores.
- A Receita Líquida alcançou R$491,3 milhões no 2019, com retração de 4,6% frente a 2018.
- O EBITDA foi de R$259,2 milhões em 2019, 3,3% acima do registrado no ano de 2018 e margem EBITDA de 52,8%, com aumento de 4,1 pontos percentuais (p.p.) ante o mesmo período do ano anterior, decorrente da mudança do modelo de negócios da Companhia, com foco no aluguel de equipamentos.
- O Lucro Líquido totalizou R$271,7 milhões no ano de 2019, com elevação de 4,9% quando comparado a 2018.

Destaques Operacionais e Financeiros		4T19	4T18	Var. % 4T19 x 4T18	3T19	Var. % 4T19 x 3T19	2019	2018	Var. % 2019 x 2018
Volume Financeiro Transacionado (R$ milhões)	VERO	8.162,0	7.634,9	**6,9%**	7.201,3	**13,3%**	29.515,4	26.717,5	**10,5%**
Quantidade de Transações (milhões)	VERO	91,1	87,1	**4,6%**	81,4	**11,9%**	333,8	308,5	**8,2%**
Faturamento (R$ milhões)	BANRICARD	395,1	392,1	**0,8%**	367,8	**7,4%**	1.468,1	1.452,7	**1,1%**
Quantidade de Transações (milhões)	BANRICARD	5,6	5,6	**0,4%**	5,5	**1,6%**	21,7	21,5	**0,9%**
EBITDA		68,7	64,4	**6,6%**	60,7	**13,2%**	259,2	251,0	**3,3%**
% Margem EBITDA		53,0%	50,0%	**+3,0p.p.**	50,3%	**+2,7p.p.**	52,8%	48,7%	**4,1p.p.**
Lucro Líquido (R$ milhões)		70,6	68,6	**3,0%**	67,0	**5,4%**	271,7	258,9	**4,9%**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Cartões S.A., referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

LINHA DE PRODUTOS

A Banrisul Cartões atua em duas linhas de produtos:

Rede de Adquirência "Vero": envolve as atividades de credenciamento, captura, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos.

Cartões de Benefícios e Empresariais "BanriCard": envolve a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios.

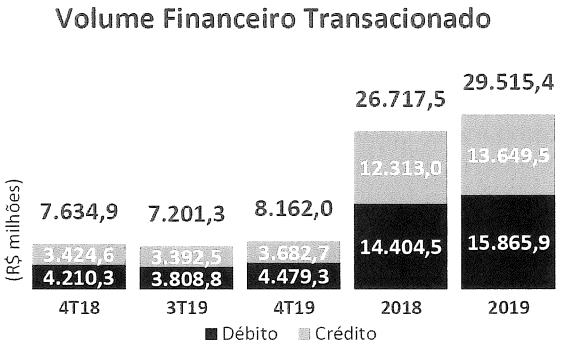
A seguir, é detalhado o desempenho operacional por linha de produto.

Rede de Adquirência Vero

No ano de 2019, os destaques da Vero foram os seguintes lançamentos:

(i) planos comerciais "Plano Free" e "Plano Pro" com condições especiais de taxas e aluguel isento para POS, de acordo com o volume de faturamento;
(ii) solução Vero Smart, que possui sistema operacional Android e agrega diversas funcionalidades para otimizar a gestão do estabelecimento por meio de aplicativos (APP) acessados na VeroStore. Além disso, possui teclado *touch* com opção de película de acessibilidade, leitura de QR code, código de barras e *contactless* (pagamentos por aproximação);
(iii) Portabilidade Vero UP, que permite aos clientes Pessoa Física e MEIs utilizarem o equipamento Mobile de qualquer adquirente por meio do *download* e configuração do aplicativo Vero Up;
(iv) Captura, em abril, da bandeira Alelo, ampliando o portfólio da Vero;
(v) campanhas publicitárias com foco na divulgação das ofertas comerciais, posicionamento competitivo no mercado e reforço institucional da marca Vero.

O volume financeiro transacionado totalizou R$8,2 bilhões no 4T19, montante 6,9% ou R$527,1 milhões superior ao valor apurado no 4T18. Em comparação com o 3T19, houve elevação de 13,3% ou R$960,7 milhões. No acumulado do ano de 2019, o volume financeiro transacionado totalizou R$29,5 bilhões, valor 10,5% ou R$2,8 bilhões superior ao apurado em 2018. O aumento é decorrente, do faturamento oriundo das novas ofertas comerciais e das parcerias com subcredenciadores.



Especificamente com cartões de débito, foram transacionados R$4,5 bilhões no 4T19, cujo incremento foi de 6,4% ou R$268,9 milhões frente ao 4T18, e aumento de 17,6% ou R$670,4 milhões em relação ao 3T19. De janeiro até dezembro de 2019, o total transacionado com cartões de débito somou R$15,9 bilhões, refletindo incremento de 10,1% ou R$1,5 bilhão em comparação com mesmo período do ano anterior.

Com cartões de crédito, o volume financeiro transacionado totalizou R$3,7 bilhões no 4T19, valor 7,5% ou R$258,1 milhões acima do realizado no 4T18, e elevou 8,6% ou R$290,2 milhões em comparação ao 3T19. O volume financeiro transacionado com cartões de crédito totalizou R$13,6 bilhões no ano de 2019, valor 10,9% ou R$1,3 bilhão acima do realizado em 2018.

O volume de transações alcançou 91,1 milhões no 4T19, com resultado 4,6% ou 4,0 milhões de transações acima do apurado no 4T18, e com elevação de 11,9% ou 9,7 mil transações em relação ao 3T19. No acumulado do ano de 2019, o volume de transações alcançou 333,8 milhões, resultado 8,2% ou 25,3 milhões de transações acima do apurado no mesmo período do ano anterior, em linha com as expectativas da Companhia.

Em dezembro de 2019, a Vero contou com 145,3 mil estabelecimentos ativos, que realizaram pelo menos uma transação nos últimos 12 meses, base ampliada em 4,7% quando comparado a dezembro de 2018.

Antecipação do Recebimento de Vendas

A Banrisul Cartões oferece Antecipação do Recebimento de Vendas aos clientes credenciados. No 4T19, o volume financeiro das antecipações totalizou R$1,0 bilhão, alcançando 26,3% do volume passível de antecipação, montante 7,9% ou R$75,6 milhões acima do registrado no 4T18, decorrente das novas ofertas comerciais e da elevação das antecipações realizadas pelo segmento de subcredenciadores. Quando comparado ao 3T19, o volume antecipado retraiu 0,4% ou R$3,7 milhões, devido à diminuição do volume antecipado pelo segmento de subcredenciadores.

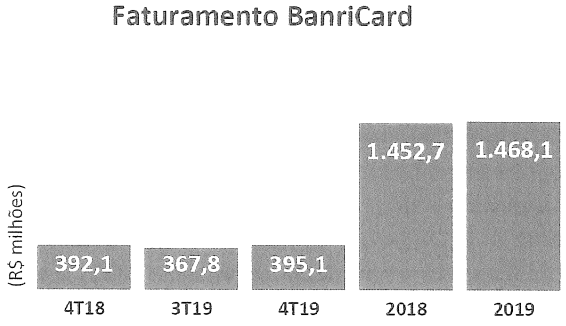
No acumulado do ano de 2019, o volume financeiro das antecipações totalizou R$3,8 bilhões, alcançando 26,3% do volume passível de antecipação, montante 19,9% ou R$632,7 milhões acima do registrado no mesmo período de 2018. O saldo da carteira de antecipação do recebimento de vendas registrou R$922,0 milhões em dezembro de 2019, cujo aumento foi de 25,4% ou R$186,6 milhões, quando confrontado com dezembro de 2018.

Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard

No ano de 2019, destaca-se: (i) lançamento do APP BanriCard, que permite visualizar saldos, extratos, realizar bloqueios, alterar senha, entre outros serviços; e (ii) início da comercialização do produto Gestão de Despesas BanriCard, com o qual a empresa pode realizar o pagamento e a gestão de suas despesas diversas.

Ao final de dezembro de 2019, o BanriCard alcançou 6,8 mil convênios ativos, com redução de 1,4% ante dezembro de 2018, devido ao aumento da competitividade no setor, principalmente no segmento público. Quando comparado com setembro de 2019, a quantidade de convênios ativos, com fatura nos últimos 2 meses, cresceu 1,6%, resultado de ações comerciais voltadas ao setor de varejo.

O faturamento dos cartões BanriCard totalizou R$395,1 milhões no 4T19, com aumento de 0,8% ou R$3,1 milhões em relação ao 4T18. No comparativo com o 3T19, elevou 7,4% ou R$27,3 milhões. No acumulado do ano de 2019, o faturamento dos cartões BanriCard totalizou R$1,5 bilhão, com crescimento de 1,1% ou R$15,6 milhões na comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento identificado é resultado das ações comerciais voltadas ao setor de varejo.



No 4T19, os cartões BanriCard alcançaram o volume de 5,6 milhões de transações de compra na rede credenciada, com aumento de 0,4% ou 24,1 mil transações em comparação com o 4T18, e incremento de 1,6% ou 90,0 mil transações frente ao obtido no 3T19. No ano de 2019, o volume de transações alcançou 21,7 milhões, resultado 0,9% ou 190,9 mil de transações acima do apurado no mesmo período de 2018.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A seguir, será apresentado o desempenho econômico e financeiro da Companhia relativos ao 4T19 e acumulado do ano de 2019.

Receita Líquida

A Receita Líquida da Banrisul Cartões totalizou R$129,7 milhões no 4T19, com elevação de 0,6% ou R$774,0 milhões quando comparado ao 4T18, e aumento de 7,4% ou R$8,9 milhões em relação ao 3T19. Em ambos os períodos comparativos, a elevação é decorrente da alteração do modelo comercial, com lançamento de novos planos, produtos e serviços, bem como da parceria com subcredenciadores.

No acumulado do ano de 2019, a Receita Líquida da Banrisul Cartões totalizou R$491,3 milhões, decrescendo 4,6% ou R$23,5 milhões em relação ao mesmo período de 2018. A redução é decorrente da alteração nas cláusulas contratuais vigentes relativo à definição de MDR que tem consequente redução na Receita Líquida, devido à taxa de intercâmbio deixar de compor a receita de MDR.

Custo dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados alcançou R$38,5 milhões no 4T19, com aumento de 1,3% ou R$508,5 mil na comparação com o 4T18, resultado da melhoria na eficiência operacional. Quando comparado com o 3T19, elevou 6,4% ou R$2,3 milhões, reflexo da sazonalidade do período inerente ao negócio.

De janeiro até dezembro de 2019, o Custo dos Serviços Prestados alcançou R$148,9 milhões, com diminuição de 29,7% ou R$62,9 milhões na comparação com o mesmo período de 2018, devido à redução dos custos de intercâmbio, decorrentes da alteração nas cláusulas contratuais vigentes relativas a definição de MDR que tem consequente redução no Custo dos Serviços Prestados, e da melhoria na eficiência operacional.

Receitas (Despesas) Operacionais

No 4T19, as Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R$24,2 milhões, com queda de 9,8% ou R$2,6 milhões frente ao verificado no 4T18, decorrência do encerramento do serviço de consultoria estratégica, contratada no ano de 2018 para auxiliar na reorganização e ampliação dos negócios da Companhia. Quando comparadas com o 3T19, as Despesas Operacionais Líquidas registraram redução de 4,1% ou R$1,0 milhão.

No acumulado de 2019, as Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R$87,9 milhões, com elevação de 64,8% ou R$34,6 milhões frente ao verificado no mesmo período de 2018. A elevação ocorreu, especialmente, do Resultado de Participações Societárias oriundo da participação na joint venture VG8 e pelo aumento das despesas com Publicidade e Propaganda e com Patrocínios e Doações, decorrentes da veiculação de campanhas de mídia em múltiplos canais de comunicação para lançamento dos novos planos e ofertas comerciais e apoios esportivos.

EBITDA

O EBITDA[1] totalizou R$68,7 milhões no 4T19, com elevação de 6,6% ante o 4T18 e aumento de 13,2% frente ao 3T19. No ano de 2019, o EBITDA totalizou R$259,2 milhões, refletindo aumento de 3,3% em relação ao ano anterior conforme demonstrado a seguir (em R$ milhões):

EBITDA	4T19	4T18	Var.% 4T19 x 4T18	3T19	Var.% 4T19 x 3T19	2019	2018	Var.% 2019 x 2018
Lucro Líquido	70,6	68,6	3,0%	67,0	5,4%	271,7	258,9	4,9%
Resultado Financeiro	-38,7	-37,9	2,2%	-44,8	-13,5%	-158,1	-139,8	13,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	35,1	33,4	5,0%	37,1	-5,5%	140,9	130,6	7,9%
Depreciação e Amortização	1,8	0,4	373,5%	1,4	30,2%	4,7	1,2	280,9%
EBITDA	**68,7**	**64,4**	**6,6%**	**60,7**	**13,2%**	**259,2**	**251,0**	**3,3%**
Receita Operacional Líquida	129,7	128,9	0,6%	120,8	7,4%	491,3	514,9	-4,6%
% Margem EBITDA	**53,0%**	**50,0%**	**3,0p.p.**	**50,3%**	**2,7p.p.**	**52,8%**	**48,7%**	**4,1p.p.**

[1]A administração acredita que o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um parâmetro importante, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

A elevação de 4,1p.p. na Margem EBITDA no ano de 2019, em comparação com o ano de 2018, é decorrente da alteração no modelo comercial da companhia, com foco no aluguel de equipamentos, que eleva o custo com depreciações.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Banrisul Cartões totalizou R$38,7 milhões no 4T19, com crescimento de 2,2% ou R$821,3 mil em comparação com o 4T18, e com redução de 13,5% ou R$6,1 milhões em relação ao 3T19. No ano de 2019, o Resultado Financeiro da Banrisul Cartões totalizou R$158,1 milhões, refletindo crescimento de 13,1% ou R$18,3 milhões na comparação com o mesmo período de 2018.

As Receitas Financeiras somaram R$38,9 milhões no 4T19, com resultado 4,9% ou R$1,8 milhão superior ao apurado no 4T18, e com 13,6% ou R$6,1 milhões abaixo do obtido no 3T19. No ano de 2019, as Receitas

Financeiras somaram R$158,5 milhões, resultado 13,1% ou R$18,4 milhões superior ao apurado em 2018. Tais receitas são oriundas, principalmente, da Antecipação do Recebimento de Vendas e das Aplicações Financeiras.

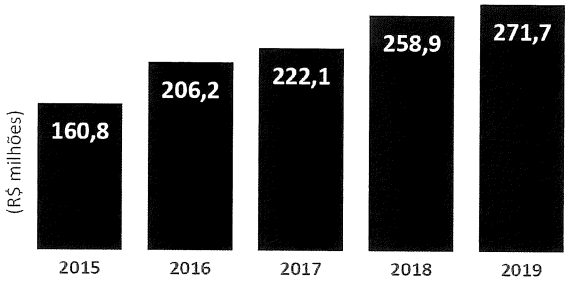
As receitas com as Antecipações do Recebimento de Vendas, cujo montante representa 85,9% do total das Receitas Financeiras apuradas no 4T19, somaram R$33,4 milhões, com crescimento de 5,8% ou R$1,8 milhão ante o obtido no 4T18. Quando comparado com o 3T19, houve decréscimo de 8,8% ou R$3,2 milhões, relativo a redução do volume antecipado pelo segmento de subcredenciadores. De janeiro até dezembro de 2019, as receitas com Antecipações do Recebimento de Vendas somaram R$128,5 milhões, resultado 16,8% ou R$18,5 milhões superior ao apurado no mesmo período de 2018.

Já as Aplicações Financeiras somaram R$5,1 milhões no 4T19, com resultado 16,0% ou R$975,6 mil abaixo do registrado no 4T18, e com queda de 33,3% ou R$2,6 milhões quando comparado ao 3T19, decorrente da redução das taxas de juros que afeta a rentabilidade da carteira. No ano de 2019, as Aplicações Financeiras registraram R$27,7 milhões, resultado 2,0% ou R$568,4 mil abaixo do apurado no mesmo período do ano anterior, reflexo do maior direcionamento dos recursos livres para financiar as antecipações do recebimento de vendas.

Lucro Líquido

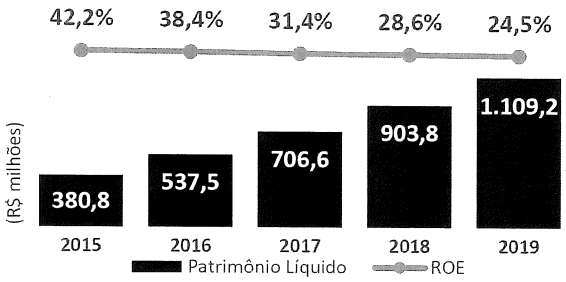
A Banrisul Cartões totalizou, no 4T19, o Lucro Líquido de R$70,6 milhões, superando em 3,0% ou R$2,0 milhões o resultado do 4T18. Em relação ao 3T19, o Lucro Líquido elevou 5,4% ou R$3,6 milhões.

No acumulado do ano de 2019, o Lucro Líquido da Banrisul Cartões totalizou R$271,7 milhões, montante 4,9% ou R$12,8 milhões acima do auferido no ano de 2018. O desempenho positivo é decorrente do aumento da parceria com subcredenciadores, da ampliação das Antecipações do Recebimento de Vendas, do lançamento de novos planos comerciais, do desempenho do canal de vendas Banrisul e da melhoria na eficiência operacional.



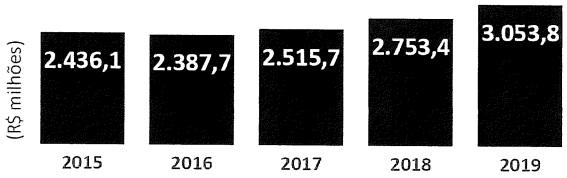
Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da Banrisul Cartões atingiu R$1,1 bilhão ao final do ano de 2019, com elevação de 22,7% ou R$205,4 milhões em comparação com o ano de 2018. A Rentabilidade calculada sobre o Patrimônio Líquido (ROE) foi de 24,5%.



Ativos

Os Ativos Totais alcançaram R$3,1 bilhões ao final de 2019, valor 10,9% ou R$300,4 milhões superior ao contabilizado no mesmo período de 2018.



AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com a Lei nº 12.865/13 e as normas do BACEN, a Banrisul Cartões aderiu ao sistema de controles internos e de conformidade do Grupo Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente, assegurando o alcance dos seus objetivos nos seguintes aspectos:

- Conformidade às leis, regulamentos e demais normas aplicáveis, bem como às políticas internas.
- Eficiência e eficácia das operações.
- Proteção dos recursos contra perdas decorrentes de desperdícios, erros e fraudes.
- Preparação e manutenção de dados financeiros fidedignos, divulgando-os em relatórios tempestivos e nos canais de comunicação competentes.
- Promoção do combate à corrupção, terrorismo e lavagem de dinheiro.

Para obter sinergia e eficiência, o processo de gestão de riscos da Banrisul Cartões é realizado de forma integrada com o seu controlador, o Banrisul, permitindo assim visão individual e global dos riscos aos quais a empresa e o grupo estão expostos, bem como a mitigação dos mesmos.

A descrição das estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul, do qual a Banrisul Cartões é integrante, está disponível no site de Relações com Investidores do Banrisul, no caminho: Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos. Nesse ambiente, também está publicado o Relatório de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul.

A Banrisul Cartões adota práticas e políticas que possibilitam realizar suas atividades de gerenciamento dos riscos operacional, de liquidez e de crédito em níveis adequados ao seu capital, à sua capacidade operacional, à natureza das atividades e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, com vistas à manutenção da solidez, da eficiência, do regular funcionamento dos negócios e da preservação do valor e da liquidez.

Para a Banrisul Cartões, o gerenciamento dos riscos é fundamental para fortalecer o perfil corporativo da Companhia e imprescindível para atingir o nível de crescimento desejado.

Adicionalmente, a Banrisul Cartões submete-se à Auditoria Interna do controlador, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente e, de maneira orientada, agregar valor e melhorar suas operações. A Auditoria Interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos, trazendo abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, mantendo a sinergia em todo o conglomerado.

REGULAMENTAÇÃO

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), com a publicação da Circular nº 3.886 de 2018, que altera as regras para apuração da volumetria (volume financeiro transacionado e quantidade de transações) que estabelecem os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Cartões teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Ademais, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente em relação aos Arranjos de Pagamento BanriCard (Pré e Pós-pago). Com relação ao pedido de autorização para atuar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora e credenciadora, a Banrisul Cartões encaminhou a volumetria solicitada por meio de ofício ao BACEN, no mês de abril de 2018, e aguarda deliberação desde então.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Visando estar em conformidade com as boas práticas de governança, a Companhia adota as seguintes políticas e procedimentos:

a) Política de Distribuição de Dividendos: aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21/12/2017.

b) Política de Divulgação de Informações: aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24/05/2018.

c) Código de Conduta e Integridade: a Companhia segue o Código de Conduta e Integridade do seu acionista controlador, o Banrisul, o qual abrange todas as controladas, inclusive a Companhia.

d) Política de Gestão de Pessoas: a Companhia adota a Política de Gestão de Pessoas do seu acionista controlador, o Banrisul, a qual abrange todas as controladas, inclusive a Companhia.

e) Comitê de Elegibilidade e Remuneração: de acordo com o Estatuto Social, a Companhia adota o Comitê de Elegibilidade e Remuneração do seu acionista controlador, o Banrisul, o qual abrange todas as controladas, inclusive a Companhia. O referido comitê possui práticas alinhadas com a exigência da Lei das Estatais no que diz respeito a política que regule o processo de indicação e de avaliação de membros para o conselho de administração e o conselho fiscal.

Em setembro de 2018, a Banrisul Cartões obteve o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tornando-se Companhia de capital aberto.

No mês de novembro de 2018, a Banrisul Cartões, em conjunto com o controlador Banrisul, celebrou Contrato de Associação com OPnGO Brasil Tecnologia S.A. ("VG8") e OPnGO Group BV ("OPnGO Group") para constituição de parceria estratégica que objetiva oferecer solução integrada de pagamento ("Solução VeroGo"), voltada a centros de compras do território nacional, e que permitirá o pagamento de compras realizadas junto aos lojistas credenciados e de tarifas de estacionamento. Em junho de 2019, foi concluída a Associação para formação da Joint Venture, aprovada pelas autoridades regulatórias aplicáveis. E, em decorrência, a Banrisul Cartões, o Banrisul, a VG8 e a OPnGO Group se tornaram acionistas da VG8JV Tecnologia S.A. ("VG8JV"), com participações societárias de 43,99% para a Banrisul Cartões, 6% para o Banrisul, 44,01% para a VG8 e 6% para a OPnGO Group. A VG8JV atuará sob o nome fantasia VeroGo e será o veículo utilizado para a oferta da Solução VeroGo, resultante da integração do sistema de credenciamento da Banrisul Cartões - Rede Vero com o serviço de conveniência de acesso e pagamento de estacionamentos conveniados prestado pela OPnGO.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

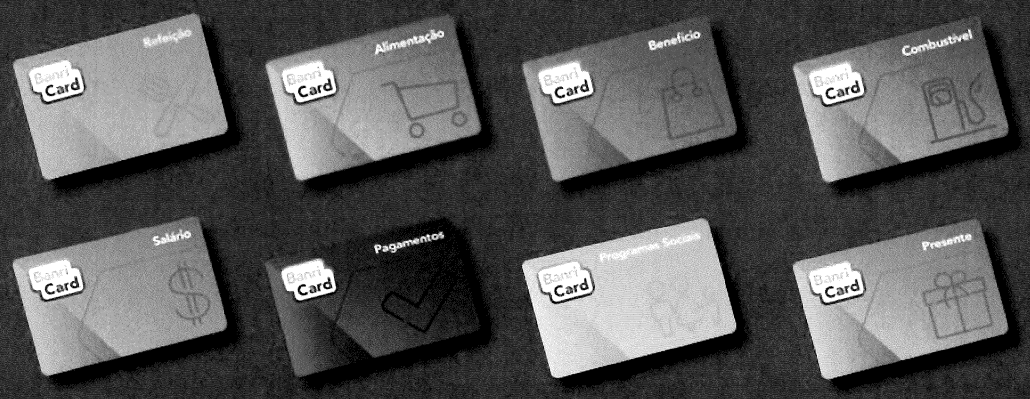
Visando incentivar o esporte e cultura no Estado do Rio Grande do Sul, a Banrisul Cartões contribui com patrocínio a equipes esportivas, à Casa de Música da Ospa, bem como com incentivos a projetos contemplados pela Lei Roaunet.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Banrisul Cartões não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, conforme os seguintes padrões internacionais aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

AGRADECIMENTOS

A Banrisul Cartões agradece ao seu controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio irrestrito na concretização dos projetos estratégicos que fortaleceram a Companhia. Aos empregados, pelo comprometimento e competência, essenciais para o alcance das conquistas e resultados. Aos fornecedores e parceiros comerciais, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência e, em especial, aos clientes, pela escolha, fidelidade e incentivo à busca incessante pela qualidade. A todos, nossos sinceros agradecimentos em mais este trimestre.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Banrisul
CARTÕES S.A.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**394.522**	529.754
Clientes	5	**2.583.124**	2.206.109
Outros ativos		**4.267**	2.966
Total do ativo circulante		**2.981.913**	2.738.829
Ativo não circulante			
Ativos fiscais diferidos	6	**3.696**	3.049
Depósitos judiciais	12	**3.268**	3.317
Títulos mantidos em garantia		**4.519**	4.264
Outros ativos		**581**	1.058
Investimentos	20 c	**4.910**	-
Imobilizado	7	**52.458**	2.891
Intangível		**2.474**	-
Total do ativo não circulante		**71.906**	14.579
Total dos ativos		**3.053.819**	2.753.408
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Cartões em circulação	8	**57.742**	67.007
Contas a pagar a estabelecimentos	9	**1.718.565**	1.636.726
Dividendos a pagar		**64.520**	61.483
Obrigações fiscais	10	**48.479**	40.574
Outros passivos	11	**44.241**	36.496
Total do passivo circulante		**1.933.547**	1.842.286
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	12	**4.575**	4.575
Outros passivos	11	**6.516**	2.774
Total do passivo não circulante		**11.091**	7.349
Patrimônio líquido			
Capital social	13 a	**800.000**	610.000
Reserva de lucros		**311.844**	294.702
Ajustes de avaliação patrimonial		**(2.663)**	(929)
Total do patrimônio líquido		**1.109.181**	903.773
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.053.819**	2.753.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida	15	**491.326**	514.872
Custo dos serviços prestados	16	**(148.946)**	(211.852)
Lucro bruto		**342.380**	303.020
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	**(69.502)**	(47.631)
Pessoal	17	**(6.965)**	(5.484)
Resultado Participações Societárias	20c	**(9.410)**	-
Outras receitas/(despesas)	18	**(1.983)**	(187)
Lucro antes do resultado financeiro		**254.520**	249.718
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	**158.544**	140.172
Despesas financeiras	19	**(473)**	(409)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**412.591**	389.481
Imposto corrente	14	**(140.834)**	(130.406)
Imposto diferido	14	**(95)**	(198)
Lucro líquido do exercício		**271.662**	258.877
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$		**0,66**	0,63

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**271.662**	258.877
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	**(2.628)**	(277)
Efeito tributário sobre o ajuste	**894**	94
Total dos resultados abrangentes do exercício	**269.928**	258.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucros			
	Capital social	Reserva de expansão	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**450.000**	**219.942**	**37.366**	**(746)**	**-**	**706.562**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	258.877	258.877
Aumento de capital social	160.000	(160.000)	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	(183)	-	(183)
Reserva legal	-	-	12.944	-	(12.944)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(61.483)	(61.483)
Reserva de expansão	-	184.450	-	-	(184.450)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**610.000**	**244.392**	**50.310**	**(929)**	**-**	**903.773**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	271.662	271.662
Aumento de capital social (Nota 13 a)	190.000	(190.000)	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefíco pós-emprego	-	-	-	(1.734)	-	(1.734)
Reserva legal	-	-	13.583	-	(13.583)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(64.520)	(64.520)
Reserva de expansão	-	193.559	-	-	(193.559)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**800.000**	**247.951**	**63.893**	**(2.663)**	**-**	**1.109.181**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	**271.662**	258.877
Ajuste lucro líquido		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(274)**	2.224
Depreciações (Nota 7)	**3.942**	1.234
Baixa para perdas no exercício	**4.401**	-
Amortizações	**762**	-
Ajuste CPC 6	**171**	-
Resultado de equivalência patrimonial	**9.410**	-
Provisão para contingências	**187**	275
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de clientes	**(381.141)**	(240.048)
(Aumento) redução de outros ativos	**98.198**	102.623
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	**50**	993
Aumento (redução) de cartões em circulação	**(9.265)**	94
Aumento (redução) de contas a pagar a estabelecimentos	**81.840**	12.266
Aumento (redução) de obrigações fiscais	**34.893**	30.047
Aumento (redução) de outros passivos	**4.079**	1.871
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(126.620)**	(110.117)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	**(7.705)**	60.339
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	**(51.724)**	(2.004)
Investimentos	**(14.320)**	-
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	**(66.044)**	(2.004)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	**(61.483)**	(52.738)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(61.483)**	(52.738)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(135.232)**	5.597
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**529.754**	524.157
No fim do exercício	**394.522**	529.754
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(135.232)**	5.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas		
Receita da prestação de serviços	**572.586**	599.311
Outras receitas	**3.107**	3.258
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	**(145.048)**	(210.653)
Materiais, energia e serviços de terceiros	**(40.000)**	(36.789)
Outros	**(33.950)**	(12.444)
Valor adicionado bruto	**356.695**	342.683
Depreciação e amortização	**(4.704)**	(1.235)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**351.991**	341.448
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	**(9.410)**	-
Receitas financeiras	**158.544**	140.172
Valor adicionado total a distribuir	**501.125**	481.620
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**6.965**	5.484
Remuneração direta	**4.828**	3.826
Benefícios	**727**	546
FGTS	**327**	245
INSS	**1.083**	867
Impostos, taxas e contribuições	**221.923**	216.392
Federais	**193.567**	186.368
Estaduais	**8**	-
Municipais	**28.348**	30.024
Remuneração de capitais de terceiros	**575**	867
Despesas financeiras	**473**	409
Aluguéis e outros	**102**	458
Remuneração de capitais próprios	**271.662**	258.877
Dividendos	**64.520**	61.483
Lucros retidos	**207.142**	197.394
Valor adicionado distribuído	**501.125**	481.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 1 **CONTEXTO OPERACIONAL**

A Banrisul Cartões S.A. ("Banrisul Cartões" ou "Companhia") é uma empresa de capital aberto estabelecida no Brasil, que opera na região Sul do País, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Banco"), com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com os regramentos e normas do Banco Central do Brasil e demais entidades reguladoras que norteiam o mercado, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Cartões atua em duas linhas de produtos: (i) Rede de Adquirência com a marca Vero, que envolve a realização de atividades de credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos; e (ii) Cartões de Benefícios e Empresariais com a marca BanriCard, que abrange a emissão dos cartões Pré e Pós-pagos, administrados por meio de convênios.

A principal fonte de receita da Banrisul Cartões é decorrente da taxa de "*Merchant Discount Rate* (MDR)" descontada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado na rede de adquirência Vero, que é composta pela Taxa da Credenciadora e Taxa da Bandeira. Também oriundas da rede de adquirência Vero, destacam-se as receitas com antecipação do recebimento de vendas, mensalidade, aluguel de equipamentos e conectividade. Em relação aos Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, as principais receitas são provenientes da Taxa de Reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da Taxa de Administração cobrada das empresas conveniadas.

A Companhia promoveu ajustes no contrato de credenciamento ao Sistema Vero, com o devido enquadramento jurídico, esclarecendo que a prestação de serviços pela Banrisul Cartões não inclui o valor relativo à Taxa do Emissor, pois o MDR descontado do estabelecimento comercial é objeto de divisão entre o Emissor, a Credenciadora e também a Bandeira. Em razão disso, considerando a viabilidade do Sistema Vero, garantida a partir da internalização do processamento das transações capturadas, a partir de maio de 2018, a Companhia refletiu a alteração contratual na contabilização relativo a parcela do MDR (intercâmbio) retida pelos emissores dos cartões de débito e crédito capturados pela rede de adquirência Vero.

No que tange a esta parcela do MDR, a Companhia funciona como agente e sua receita corresponde tão somente aos serviços prestados pela rede de adquirência aos estabelecimentos credenciados. Neste contexto, a receita de MDR da Companhia é reconhecida pelo valor efetivo dos serviços prestados, desconsiderando o valor retido pelos emissores; e o intercâmbio não compõe o custo dos serviços prestados.

Desta forma, o Ativo referente ao contas a receber dos emissores é contabilizado pelo valor líquido do desconto da parcela do MDR (intercâmbio), retida pelos emissores. E, o Passivo, referente ao Contas a Pagar aos estabelecimentos credenciados, é registrado pelo valor líquido a pagar, isto é, já descontado do MDR da transação.

O MDR descontado dos estabelecimentos comerciais sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero remunera: (i) o serviço prestado pela Companhia; (ii) o intercâmbio descontado pelos emissores dos cartões transacionados na rede de adquirência Vero; e (iii) a taxa cobrada pelas bandeiras.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03 de fevereiro de 2020.

NOTA 02 **RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 1 e com as demais normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia é cotista de fundo de investimento em renda fixa administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no qual é a única cotista. A Banrisul Cartões cumpre os requisitos elencados no CPC 36 que a dispensam da divulgação de demonstrações contábeis consolidadas, tais como: (i) os acionistas não fazem objeção a não apresentação de demonstrações consolidadas; (ii) não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados no mercado; (iii) não possui processos de arquivamento das demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários ou órgão regulador com a finalidade de distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e (iv) ela própria é uma controlada integral cuja controladora divulga suas demonstrações contábeis de forma consolidada no Brasil e em IFRS.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação.

2.3. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 o **IFRS 16 / CPC 6 (R3) - "Operações de Arrendamento Mercantil":** Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Administração revisou todos os contratos em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16 / CPC 6 (R3) e a aplicação deste IFRS, apesar de não haver impactos relevantes, está demonstrado na presente demonstração financeira da Companhia.

Relativo ao **ICPC 22 / *IFRIC* 23 INCERTEZA SOBRE TRATAMENTO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

2.4. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento da receita auferida na prestação do serviço.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de emissores e conveniados.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar a estabelecimentos e cartões em circulação e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado e, seus rendimentos, são registrados no resultado do exercício.

b) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado no ativo circulante pelo valor das transações capturadas pela Rede de Adquirência Vero líquido do valor descontado pelos emissores a título de intercâmbio.

c) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga ou utilização dos cartões de benefícios e serviços, acrescido da taxa do convênio, conforme negociação comercial. São ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia. A provisão é constituída de acordo com a probabilidade de perda ou não recuperabilidade dos ativos financeiros, e de acordo com a avaliação do aumento no Risco de crédito dos clientes da Companhia bem como dos Bancos emissores dos cartões de crédito e débito cujas transações são capturadas pela rede de adquirência da Companhia.

e) Cartões em circulação

Cartões em circulação são classificados como custo amortizado. Registram as obrigações referentes aos valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré pagos, que ainda não foram utilizados pelos portadores definidos nos convênios firmados com as empresas conveniadas.

f) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados à Rede de Adquirência Vero e conveniados Banricard.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo circulante pelo valor das transações, deduzidos das antecipações do recebimento de vendas efetuadas aos credenciados e dos valores referentes a taxas de intermediação e MDR descontados dos estabelecimentos credenciados.

2.5. Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Com a adoção do CPC6 (R3)/IFRS16, a Companhia efetuou o registro do contrato de direito de uso do imóvel onde está instalada sua sede. A despesa financeira da obrigação passiva relativo a este contrato é reconhecida no resultado da Companhia, de acordo com o fluxo de liquidação do contrato.

Na análise dos realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente, o efeito não é relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 14.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 ao ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período ao qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de *report* e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.8. Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

2.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares. O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente.

Na linha de produtos de Adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data da captura/processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço.
A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas é reconhecida de uma única vez na data da operação, e classificada como receita financeira.

Na linha de produtos de Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões ou da contratação dos serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da nota fiscal, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

2.10. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados pela Companhia é constituido pelos valores de custo com os serviços técnicos e especializados, comunicação, processamento de dados, manutenção e atualização de softwares para garantir a qualidade e segurança das informações, insumos relativos a equipamentos e materiais necessários para a efetivação da captura das transações; pelo repasse de MDR aos bancos emissores dos cartões de débito e crédito, bem como ao MDR relativo a prestação de serviços de subadquirente; e, dos valores referente a taxas das Bandeiras.

2.11. Benefício a empregados

A Banrisul Cartões é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Banrisul Cartões é patrocinadora de planos dos tipos "benefício definido" e de "contribuição variável".

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a Companhia, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como ajustes de avaliação patrimonial, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a eles. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

(1) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
(2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e

(3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

2.12. Informação por segmento

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da linha operacional é a administração da Companhia que se utiliza, para tomada de decisão, da margem bruta gerada pela linha de produtos de adquirência sendo que outras linhas de produtos marginais representam menos de 10% do negócio da Companhia.

2.13. Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), com a publicação da Circular BACEN nº 3.886/18, que altera as regras para apuração da volumetria (volume financeiro transacionado e quantidade de transações) que estabelecem os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Cartões teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Ademais, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente em relação aos Arranjos de Pagamento BanriCard (Pré e Pós-pago). Com relação ao pedido de autorização para atuar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora e credenciadora, a Banrisul Cartões encaminhou a volumetria solicitada por meio de ofício ao BACEN, no mês de abril de 2018, e aguarda deliberação desde então.

NOTA 03 **ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Provisões para contingências

A Banrisul Cartões revisa periodicamente suas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Banrisul Cartões revisa periodicamente seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, com o intuito de verificar se houve aumento significativo no risco de não recuperabilidade dos mesmos. O aumento no risco pode ser ocasionado pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida ao resultado da Companhia.

NOTA 04 **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** [1]

	2019	2018
Disponibilidades	**11.761**	9.793
Cotas de fundos de investimento (b)	**212.985**	286.399
Aplicações em operações compromissadas (a) (b)	**169.776**	233.562
Total	**394.522**	529.754

(a) Aplicações em Fundo de investimento Banrisul Giro, cuja composição é 100% em operações compromissadas.
(b) Os saldos aplicados possuem opção de resgate imediato.

1) Este ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado.

NOTA 05 **CLIENTES** [2]

	2019	2018
Valores a faturar (a)	**1.190**	853
Contas a receber de conveniados (b)	**61.497**	67.911
Contas a receber de emissores (c)	**1.665.042**	1.262.497
Contas a receber de emissores - Banrisul (d)	**846.739**	864.322
Contas a receber credenciados e tarifas (e)	**9.592**	11.736
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)	**(936)**	(1.210)
Total	**2.583.124**	2.206.109

(a) O saldo corresponde aos valores contratados referentes cargas nos cartões de benefícios pré-pagos e serviços por meio do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.
(b) Saldo composto pelos valores faturados a partir do fechamento da agenda financeira que ainda não foram liquidados pelos conveniados.
(c) O saldo corresponde ao valor líquido das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras, capturadas pela rede de adquirência Vero, a vencer.
(d) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações de Banricompras e dos cartões visa e mastercard emitidos pelo Banrisul, capturadas pela rede de adquirência Vero.
(e) O saldo corresponde ao montante de valores a receber da rede credenciada referente as tarifas cobradas pelo serviço da rede de adquirência e demais valores a receber dos credenciados.
(f) Montante provisionado relativo ao risco de perda sobre valores a receber dos conveniados e credenciados conforme avaliação e políticas adotadas pela Companhia. (Nota 2.4 letra d)

A composição da carteira de clientes por vencimento está apresentada a seguir:

Valores a vencer:	**2019**	2018
Até 90 dias	**1.974.317**	1.835.466
Acima de 90 dias	**601.039**	358.267
Vencidos:		
Até 90 dias	**5.627**	10.431
Acima de 90 dias	**3.077**	3.155
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - "PCLD"	**(936)**	(1.210)
Total	**2.583.124**	2.206.109

2) Este ativo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

Demonstrativo da movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2019
Saldo em 31/12/2018	**(1.210)**
Reversão de provisão no exercício	**4.286**
Constituição de provisão no exercício	**(4.012)**
Saldo em 31/12/2019	**(936)**

NOTA 06 **ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS**

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas por provisões temporariamente indedutíveis, tais como provisões para contingências (Nota 12) e benefícios pós-emprego (Nota 22), e estão classificados no ativo. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2019			
	Ativo	**Passivo**	**PL**	**Líquido**
Saldo em 31/12/2018	3.049	(346)	(479)	2.224
Constituição	1.050	(42)	(927)	81
Reversão	(403)	193	34	(176)
Saldo em 31/12/2019	**3.696**	**(195)**	**(1.372)**	**2.129**

	2018			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo em 31/12/2017	3.029	(223)	(384)	2.422
Constituição	1.099	(123)	(218)	758
Reversão	(1.079)	-	123	(956)
Saldo em 31/12/2018	3.049	(346)	(479)	2.224

O saldo passivo está contabilizado no não circulante, no grupo outros passivos.
A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	2019
2020	762
2021	188
2022	188
2023	188
Após 2023	2.370
Total	**3.696**

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 2.986.

NOTA 07 **IMOBILIZADO**

	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido 2019	Saldo Líquido 2018
Móveis e utensílios	10,0	19	(1)	**18**	7
Sistemas de transporte - veículos	20,0	210	(34)	**176**	93
Sistemas de comunicação	10,0	145	(69)	**76**	92
Equipamentos de informática	20,0	88	(65)	**23**	31
Equipamentos de captura	33,3	11.311	(7.539)	**3.772**	2.668
Equipamentos de captura (1)	20,0	22.966	(2.096)	**20.870**	-
Equipamentos de captura em estoque (2)	0,00	27.523	-	**27.523**	-
Total		**62.262**	**(9.804)**	**52.458**	**2.891**

	2018	Adições	Baixas	Depreciação	2019
Móveis e utensílios	7	12	-	(1)	**18**
Sistemas de transporte - veículos	93	104	-	(21)	**176**
Sistemas de comunicação	92	-	-	(15)	**77**
Equipamentos de informática	31	-	-	(8)	**23**
Equipamentos de captura	2.668	2.904	-	(1.801)	**3.771**
Equipamentos de captura (1)	-	22.966	-	(2.096)	**20.870**
Equipamentos de captura em estoque (2)	-	27.523	-	-	**27.523**
Total	2.891	53.509	-	(3.942)	**52.458**

(1) Mudança na taxa anual de depreciação de equipamentos de captura (de 33% para 20% a.a.) – Para as aquisições a partir de 2019 a companhia alterou a Expectativa de vida útil para equipamentos de captura de transações de 3 para 5 anos, baseada em laudo técnico e informações dos fornecedores dos novos equipamentos.

(2) Aquisição de equipamentos para estoque – Equipamentos de captura POS/PIN PAD que ainda não foram instalados.

NOTA 08 **CARTÕES EM CIRCULAÇÃO** [3]

	2019	2018
Alimentação e refeição	**50.083**	59.229
Salário	**4.941**	5.270
Cartão Presente	**1.815**	1.226
Demais cartões	**903**	1.282
Total	**57.742**	67.007

Saldo existente em 31 de dezembro de 2019, relativo aos valores contratados pelos conveniados que ainda não foram utilizados pelos portadores dos Cartões de Benefícios Banricard na rede credenciada. Nestas contas existem movimento constantes de aumento relativo a carga e diminuição pela utilização.

3) Este passivo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

NOTA 09 **CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS** [4]

	2019	2018
Contas a pagar transações rede de adquirência Vero (a)	**1.647.058**	1.553.141
Contas a pagar transações Banricard (b)	**71.507**	81.716
Demais contas a pagar credenciados (c)	**-**	1.869
Total	**1.718.565**	1.636.726

(a) Saldo composto por contas a pagar aos estabelecimentos pelo valor líquido das transações capturadas, já deduzidas dos valores de MDR e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos lojistas junto à rede de adquirência Vero. O MDR refere-se ao percentual descontado dos estabelecimentos credenciados sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero para remunerar o serviço prestado, o repasse aos bancos emissores dos cartões transacionados na rede Vero (taxa de intercâmbio) e a taxa cobrada pelas bandeiras.

(b) Saldo a pagar relativo aos valores transacionados pelos portadores dos cartões beneficio e empresariais já deduzidos da taxa de intermediação e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos credenciados.

(c) Saldo correspondente às demais obrigações com os estabelecimentos comerciais credenciados.

A composição do contas a pagar a estabelecimentos, por vencimento, está apresentada a seguir:

	2019	2018
Valores a vencer		
Até 90 dias	**1.442.849**	1.463.509
Acima de 90 dias	**275.716**	173.217
Total	**1.718.565**	1.636.726

4) Este passivo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

NOTA 10 **OBRIGAÇÕES FISCAIS**

	2019	2018
Imposto de renda	**24.894**	19.854
Contribuição social	**10.283**	7.854
Imposto sobre serviços	**7.727**	7.436
PIS/COFINS	**5.130**	5.109
Retenções a recolher	**445**	321
Total	**48.479**	40.574

NOTA 11 **OUTROS PASSIVOS**

	2019	2018
Contrato direito de uso – CPC6 (a)	**831**	-
Provisões operacionais (b)	**19.930**	27.661
Provisões e encargos folha de pagamento	**450**	353
Serviços a pagar (c)	**4.708**	6.224
Aquisições a liquidar (d)	**1.785**	-
Valores a liquidar – migração (e)	**13.349**	-
Demais passivos	**3.188**	2.258
Total outros passivos circulantes	**44.241**	36.496
Obrigações líquidas Beneficio Pós-Emprego (f)	**4.606**	2.427
Contrato Direito de Uso LP – CPC6 (g)	**1.715**	-
Demais passivos	**195**	347
Total outros passivos não circulantes	**6.516**	2.774

(a) Valor referente contrato de Direito de uso do imóvel sede da Companhia, registrado conforme definição do IFRS16/CPC6 (R3), referente parcelas com vencimento até 360 dias.
(b) Saldo relativo ao contas a pagar da Companhia do qual o montante de R$ 11.087 (R$ 9.995 em 31 de dezembro/18) refere-se ao ressarcimento do acordo operacional Banrisul.
(c) Saldo referente serviço de manutenção e software a pagar.
(d) Valor a pagar relativo aquisição de equipamentos de captura registrados no imobilizado da companhia.
(e) Saldo referente cartões bloqueados a migrar para a nova processadora, isto é, valores a disponibilizar em moeda em circulação.
(f) Composto por valores relativos a provisão para Beneficio Pós-Emprego e débitos tributários.
(g) Valor referente contrato de Direito de Uso do imóvel sede da Companhia, registrado conforme definição do IFRS16/CPC6 (R3), relativo as parcelas vincendas em período maior que 360 dias.

NOTA 12 **PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Banrisul Cartões, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

(a) Causas prováveis

A Banrisul Cartões provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

Movimentação das provisões:	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/2018	3.930	645	4.575
Adições	126	383	508
Atualizações	58	192	250
Reversões	(29)	(543)	(568)
Pagamentos	(155)	(32)	(190)
Saldo em 31/12/2019	**3.930**	**645**	**4.575**
Depósitos Judiciais	**3.259**	**9**	**3.268**

Do montante depositado judicialmente até dezembro de 2019 R$ 3.153 referem-se a Depósitos Judiciais - MCP (Mandato de citação e penhora) e R$ 115 Depósito Recursal.

(b) Causas possíveis

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para riscos sobre as causas de perdas possíveis.

	2019	2018
Trabalhistas	**9.967**	8.153
Cíveis	**235**	927
Saldo final	**10.202**	9.080

Contingências trabalhistas

As ações trabalhistas referem-se, na sua maioria, a "vantagens bancárias" relativo aos empregados incorporados da extinta Banrisul Processamento de Dados. De acordo com o histórico estes processos levam em média 10 anos para conclusão.

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se, especialmente, a ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de supostos problemas operacionais na utilização do serviço prestado pela empresa. A média para conclusão destes processos é de 4 anos.

NOTA 13 **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do Capital Social da Companhia no valor de R$ 190.000, mediante aproveitamento de Reserva de Lucros e sem emissão de novas ações. O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 800.000 (610.000 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 408.974.477 ações.

b) Distribuição de resultado

O lucro líquido do exercício, no valor de R$ 271.662, terá as seguintes destinações: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Composição dos valores relativo a dividendos a distribuir em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	%	2019	2018
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	**99,78**	**64.381**	61.348
Banrisul S.A Administradora de Consórcios	**0,22**	**139**	135
Total	**100%**	**64.520**	61.483

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 dezembro de 2019, a Companhia possui em seu Patrimônio Líquido o valor de R$ 63.893 relativo a reserva legal.

d) Reservas de lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição de reserva de expansão, a qual terá a sua destinação pela Assembléia Geral Ordinária. O Saldo referente Reserva de Expansão em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 247.951 (R$ 244.392 em 31 de dezembro de 2018).

e) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pelo número de ações que compõem o capital social da entidade ao final do período.

A Banrisul Cartões não dispõe de instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, em razão disso o lucro por ação básico e o diluído são iguais. Desta forma, o cálculo do lucro diluído por ação foi efetuado através da divisão do lucro líquido do periodo pela quantidade de ações da Companhia. Os Acionistas, em 10 de abril de 2018 aprovaram em Assembléia Geral Extraordinária o desdobramento das ações da Companhia em 408.974.477 Ações sendo 204.487.239 (duzentas e quatro milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, duzentas e trinta e nove) Ordinárias (ON) e 204.487.238 (duzentas e quatro milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, duzentas e trinta e oito) Preferenciais (PN).

Considerando o desdobramento no número de ações da Companhia conforme AGE de 10 de abril de 2018, o cálculo de lucro básico por ação, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, é o seguinte:

	2019	2018
Número total de ações	**408.974.477**	408.974.477
Lucro líquido do exercício	**271.662**	258.877
Lucro líquido básico e diluído por ação – R$	**0,66**	0,63

NOTA 14 **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**412.591**	389.481
Adições (exclusões) - IRPJ		
Provisão para passivos contingentes	**-**	(2.547)
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	**4.239**	2.484
PCLD	**(274)**	1.210
Ajuste CPC 6	**71**	-
Ajuste equivalência patrimonial	**9.410**	-
Outras adições (exclusões)	**739**	315
Adições (exclusões) - CSLL		
Provisão para passivos contingentes	**-**	(2.547)
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	**4.239**	2.484
PCLD	**(274)**	1.210
Ajuste CPC 6	**71**	-
Ajuste equivalência patrimonial	**9.410**	-
Outras adições (exclusões)	**669**	253
(=) Base do IRPJ corrente	**426.775**	390.943
(=) Base do CSLL corrente	**426.706**	390.881
Imposto de renda	**(102.430)**	(95.227)
Contribuição social	**(38.404)**	(35.179)
IRPJ e CSLL correntes	**(140.834)**	(130.406)
IRPJ e CSLL diferidos	**(95)**	(198)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	**(140.929)**	(130.604)
Alíquota efetiva	**34,16%**	33,53%

NOTA 15 **RECEITA LÍQUIDA**

	2019	2018
Receita bruta	**573.902**	600.503
Impostos e descontos incidentes sobre serviços	**(82.576)**	(85.631)
Receita líquida	**491.326**	514.872

A receita bruta é proveniente dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, mensalidade, aluguel e franquia dos equipamentos de captura, da prestação de serviços da utilização de rede e dos serviços de administração dos cartões de benefícios e empresariais. Os impostos incidentes sobre os serviços prestados são Imposto sobre Serviços – ISS (alíquota 5%), PIS (alíquota 1,65%) e COFINS (alíquota 7,60%).

NOTA 16 **CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

	2019	2018
Serviço técnico e especializado (a)	**(29.809)**	(28.892)
Processamento de dados e comunicação (b)	**(29.585)**	(33.895)
Repasses a emissores, bandeiras e parceiras (c)	**(82.588)**	(123.939)
Repasses a adquirentes (d)	**(1.089)**	(16.135)
Outros custos (e)	**(5.875)**	(8.991)
Total	**(148.946)**	(211.852)

(a) Custos com os serviços técnicos e especializados fundamentais para a entrega dos serviços prestados.
(b) Representados pelos custos de captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.
(c) Taxas descontadas pelos bancos emissores sobre as transações realizadas com os cartões de crédito e débito; valor repassado às companhias parceiras pelo fornecimento de software cobrado sobre o volume transacionado com cartões de débito e crédito, pela manutenção dos equipamentos, e pelo serviço de logística e, valor devido às bandeiras pela efetivação das transações realizadas com os cartões de crédito e débito.
(d) Composto pelo custo de MDR descontado pelas credenciadoras dos arranjos de pagamento em que a Vero atua como facilitadora.
(e) Composto pelo custo de bobinas e de insumos utilizados no processamento das transações com cartões de crédito e débito.

NOTA 17 **DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL**

	2019	2018
Serviços técnicos e especializados	**(12.228)**	(14.813)
Serviços de terceiros	**(26.109)**	(20.105)
Patrocínios, publicidade e propaganda	**(27.728)**	(9.548)
Aluguéis	**(101)**	(458)
Outros	**(3.336)**	(2.707)
Total despesas gerais e administrativas	**(69.502)**	(47.631)
Remuneração a empregados	**(1.934)**	(1.826)
Encargos e benefícios	**(982)**	(903)
Diretoria e conselhos	**(4.049)**	(2.755)
Total despesas de pessoal	**(6.965)**	(5.484)
Total	**(76.467)**	(53.115)

NOTA 18 **OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)**

	2019	2018
Despesas com contingências	**(187)**	(476)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**274**	(1.172)
Equalização Plano de Benefício Pós emprego	**(511)**	-
Perdas credenciados adquirência	**(3.744)**	-
Perdas Banricard	**(657)**	(1.183)
Recuperação de encargos e salários	**2.724**	2.587
Recuperações diversas	**381**	641
Outras receitas (despesas)	**(263)**	(584)
Total	**(1.983)**	(187)

NOTA 19 **RESULTADO FINANCEIRO**

	2019	2018
Rendimentos aplicações financeiras	**27.734**	28.302
Rendas com antecipação do recebimento de vendas (a)	**128.495**	109.974
Outros	**2.315**	1.896
Total receitas financeiras	**158.544**	140.172
Despesas financeiras (b)	**(473)**	(409)
Resultado financeiro	**158.071**	139.763

(a) Receita referente a taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas, quando da solicitação pelos estabelecimentos, para recebimento antecipado das transações com cartões efetivamente realizadas na Rede de Adquirência Vero.
(b) Despesas com tarifas bancárias, variação cambial e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

NOTA 20 **TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS**

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	**Receita (Despesa)**	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (a)				
Caixa e equivalentes de caixa [1]	**391.594**	**27.734**	523.392	28.302
Clientes	**864.076**	**3**	881.665	2
Outros	**372**	**4.094**	169	4.337
Dividendos	**(64.381)**	**-**	(61.348)	-
Reembolso custo/despesa de pessoal	**(7.561)**	**(52.269)**	(7.535)	(47.007)
Reembolso custo/despesa de comunicação e processamento	**(2.672)**	**(33.147)**	(2.153)	(34.673)
Reembolso despesas gerais	**(720)**	**(1.033)**	(307)	(958)
Despesas bancárias	**-**	**-**	-	(5)
Empresas coligadas grupo Banrisul (b)				
Clientes	**116**	**-**	122	-
Dividendos	**(139)**	**-**	(135)	-
Outros	**64**	**723**	61	678
Estado do Rio Grande do Sul				
Clientes	**379**	**42**	1.179	45

[1] Saldo composto por aplicações em Fundos de Investimento Premiun e Giro, os quais obtiveram uma taxa média de rendimento de 1,29% e 1,15% em dezembro/2019 (1,60% e 1,46% em dezembro/2018), respectivamente.

(a) Existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) - Controlador e a Companhia, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

(b) A Companhia possui contrato com o Banrisul, abrangendo também as subsidiárias (coligadas do grupo Banrisul: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Armazéns Gerais S.A.), para fornecimento de serviço de cartões alimentação e refeição e para cedência mútua de empregados mensalmente pelas partes. Estas transações foram contratadas a condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

b) Remuneração da administração

	2019	2018
Remuneração e benefícios	**3.257**	2.209
Encargos Sociais	**792**	546
Total	**4.049**	2.755

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Cartões não possui política de remuneração através de plano baseado em ações. Anualmente, na Assembléia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatudo Social da Companhia.

c) Demais informações sobre partes relacionadas

A Companhia em conjunto com seu Controlador, em junho de 2019 tornou-se acionista da VG8JV Tecnologia S.A. ("VG8JV"), com participações societárias de 43,99%. A VG8JV atuará sob o nome fantasia VeroGo e será o veículo utilizado para a oferta da Solução VeroGo, resultante da integração do sistema de credenciamento da Banrisul Cartões - Rede Vero com o serviço de conveniência de acesso e pagamento de estacionamentos conveniados prestado pela OPnGO.

	2019
Capital integralizado	14.320
Resultado de equivalência patrimonial	(9.410)
Saldo do investimento	**4.910**

A Companhia é patrocinadora de Plano de benefício definido junto a Fundação Banrisul de Seguridade Social relativo ao seu quadro de funcionários (Nota 22).

NOTA 21 **INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Banrisul Cartões não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente o caixa e equivalentes de caixa, clientes, cartões em circulação e contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		2019	
	Categoria	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**
Caixa e equivalentes de Caixa	Valor justo por meio do resultado	**394.522**	**394.522**
Clientes	Custo amortizado	**2.583.124**	**2.583.124**
Cartões em circulação	Custo amortizado	**57.742**	**57.742**
Contas a pagar a estabelecimentos	Custo amortizado	**1.718.565**	**1.718.565**

		2018	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de Caixa	Valor justo por meio do resultado	529.754	529.754
Clientes	Custo amortizado	2.206.109	2.206.109
Cartões em circulação	Custo amortizado	67.007	67.007
Contas a pagar a estabelecimentos	Custo amortizado	1.636.726	1.636.726

b) Risco de liquidez

A Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banrisul, seu controlador. Para a efetividade da gestão e atendimento às normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Circular BACEN nº 3.681/13), a Companhia estabelece políticas e procedimentos específicos que visam evitar possível escassez de caixa, descasamento no fluxo de caixa, incapacidade em honrar as obrigações e incapacidade em converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

A Companhia mitiga o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Além disso, a Banrisul Cartões mantém adequadas reservas de recursos e linhas de crédito para captação de possíveis empréstimos que julgue necessário.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para atenuar esse risco e estar em consonância com as normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Circular BACEN nº 3.681/13), a Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banrisul e estabelece políticas e procedimentos específicos para identificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos de crédito aos quais está exposta.

A Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas aplicações financeiras no Banrisul, seu controlador.

d) Risco de mercado

A Banrisul Cartões possui aplicações em fundos de investimentos de renda fixa, atrelados à taxa Selic. A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos de instrumentos derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável e não relevante a sua exposição ao risco mencionado acima.

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos, estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e atendendo as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Banrisul Cartões realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como passíveis de Risco de Taxas de Juros. Foram aplicados choques para menos nos seguintes cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análise de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475. A taxa CDI acumulada trimestral, aplicada aos cenários abaixo, foi de 1,22% (4,40% taxa CDI anual).

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 1,19%.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 0,90%.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 0,60%.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para menos. As análises de sensibilidade, abaixo identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

	31/12/2019		
Cenário	**1**	**2**	**3**
Taxa de juros	**44**	**1.118**	**2.229**
Total	**44**	**1.118**	**2.229**

Definições:

- Taxa de juros - Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros;
- Em 31 de dezembro de 2019, o saldo exposto à variação do DI era de R$ 383 milhões.

Premissas:

Fundos

A taxa utilizada para o teste de sensibilidade dos Fundos é resultante da comparação de rentabilidade acumulada proporcional entre Fundos x CDI, encontrado nas informações comerciais do BANRISUL PREMIUM Fundo de Investimento Renda Fixa.

NOTA 22 **OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS**

A Banrisul Cartões é patrocinadora da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial da Banrisul Cartões executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com as Resoluções nºs 3.846/10, 4.275/13, 4.611/17, 4.626/18 e 4.661/18 do CMN, o art. 2° da Resolução nº 4.449/15. No art. 8°, da Resolução nº 4.661/18 do CMN em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar da Banrisul Cartões se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 10/2018, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de "benefício definido") e dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de "contribuição variável"), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Previc nº 10/2018 e Portaria Previc nº 300/2019.

Em razão da instabilidade do Plano de Benefícios I e, na busca de alternativas que resolvessem o problema, a Diretoria Executiva da Fundação Banrisul propôs um Novo Processo de Migração, semelhante ao ocorrido em 2014, para um novo plano de benefícios (FBPREV III) com custos mais estáveis e outras alternativas de recebimento dos benefícios, além da renda vitalícia.

Com a aprovação de um novo processo de migração, por meio da Portaria nº 1.123/2018, da Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência – PREVIC, a Fundação Banrisul iniciou, em 28 de janeiro de 2019, o processo de migração voluntária dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I (PBI) para Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III), que é constituído no modelo contribuição variável, sendo contribuição definida pelo participante na fase de acumulação da reserva e o benefício definido por ocasião da sua concessão, podendo ser vitalício ou não, conforme opção do assistido. O referido período de opção no processo de migração foi encerrado em 27 de abril de 2019.

Em junho de 2019, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos relativos aos incentivos dos patrocinadores ao processo de migração. No caso da Patrocinadora Banrisul Cartões, o valor aportado, calculado na data efetiva de implementação do Plano FBPREV III, 31 de maio de 2019, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 4,86% a.a., é de R$614, que foi transferido para o novo plano.

Após o processo de migração encerrado em 27 de abril de 2019, apresenta-se a seguir a quantidade de participantes em seus respectivos planos:

Participantes	PBI antes da Migração	PBI após a Migração	Plano FBPREV III
Ativos	-	-	-
Assistidos	35	22	13
Total	**35**	**22**	**13**

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de maio de 2019 e 31 de dezembro de 2019 e 2018, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas – 31/12/2019	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (%a.a)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01
Taxa de Inflação de Longo Prazo	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60
Taxa de Crescimento Salarial	6,25	n/a	8,82	7,93	7,07	n/a	8,82
Crescimento dos Benefícios Concedidos	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	n/a	n/a
Crescimento dos Benefícios Diferidos	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	n/a	n/a
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	4,64	n/a

Hipóteses Econômicas – 31/12/2018	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (%a.a)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	9,15	9,15	9,15	9,15	-	9,15	9,15
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00	4,00	4,00	4,00	-	4,00	4,00
Taxa de Crescimento Salarial	7,16	n/a	10,72	8,45	-	n/a	10,72
Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,00	4,00	4,00	4,00	-	n/a	4,00
Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,00	4,00	4,00	4,00	-	n/a	4,00
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	-	5,00	n/a

Hipóteses Demográficas em 31/12/2019	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 Basic suavizada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,30)
Plano Saldado	AT-2000 Basic suavizada em 10% (SOA), específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)
Plano FBPREV	AT-2000 Basic desagravada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (-0,005)
Plano FBPREV II	AT-2000 Basic desagravada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,04)
Plano FBPREV III	AT-2000 Basic, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, desagravada em 60%	A probabilidade de rotatividade utilizada para o Plano FBPREV III é de 0,64% linear
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III. Plano Odontológico e Auxílio Medicamento: experiência da consultoria atuarial modificada (+0,30)
Prêmio Aposentadoria	AT-2000 Basic desagravada em 20%, específica por sexo	Não aplicável	Light Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (-0,005)

Hipóteses Demográficas em 31/12/2018	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 *Basic*, segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Forte, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,10)
Plano Saldado	AT-2000 *Basic*, segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 *Basic* desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 *Basic* desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	*Light* Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 *Basic* desagravada em 10%	Não aplicável	*Light* Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Cartões.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Cartões determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 10/2018 e com Portaria Previc nº 300/2019, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do duration e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
(ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:
(i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
(ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:
(i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
(ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento – a Banrisul Cartões oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) – a Banrisul Cartões concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

A Banrisul Cartões e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Cartões está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão da Banrisul Cartões são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos são os seguintes:

Plano:	PB I % Alocação		Saldado % Alocação		FBPREV % Alocação		FBPREV II % Alocação		FBPREV III % Alocação		Plano de Saúde % Alocação	
Categorias	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2019**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Renda Fixa	77,00	82,30	77,81	83,96	86,00	91,24	83,35	88,98	78,23	-	97,97	97,83
Renda Variável	9,98	8,75	9,62	7,77	3,27	1,28	6,40	4,34	9,58	-	2,03	2,17
Imóveis	3,45	3,76	2,90	3,06	0,39	0,55	1,41	1,64	3,17	-	-	-
Outros	9,57	5,19	9,67	5,21	10,34	6,93	8,84	5,04	9,02	-	-	-
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	-	**100,00**	**100,00**

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2019	31/12/2018
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	1.605	1.306
Plano Saldado (PBS)	2.322	579
Plano FBPREVIII (FBPREVIII)	156	-
Plano FBPREV II (FBPREV II)	(63)	(8)
Plano FBPREV (FBPREV)	(9)	(1)
Planos de Saúde	(573)	(1.020)
Prêmio Aposentadoria	595	551
Total	**4.033**	**1.407**

Em 31 de dezembro de 2019, o reconhecimento contábil registrado no Patrimônio Líquido como Ajustes de Avaliação Patrimonial, decorrente de ganhos atuarias e perdas atuariais apurados no remensuramento do laudo atuarial, totalizou o montante de R$ (1.734) (31 de dezembro de 2018 R$ (183)).

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(6.481)	(15.055)	(13)	(327)	(1.093)	(573)	(595)
Valor Justo dos Ativos - VJA	4.876	12.733	22	427	937	1.740	-
Superávit/(Déficit)	**(1.605)**	**(2.322)**	**9**	**100**	**(156)**	**1.167**	**(595)**
Superávit Irrecuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	-	-	(37)	-	(594)	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	**(1.605)**	**(2.322)**	**9**	**63**	**(156)**	**573**	**(595)**

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(7.741)	(12.267)	(7)	(210)	-	(434)	(551)
Valor Justo dos Ativos - VJA	6.435	11.688	25	379	-	1.454	-
Superávit/(Déficit)	**(1.306)**	**(579)**	**18**	**169**	**-**	**1.020**	**(551)**
Superávit Irrecuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	-	(17)	(161)	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	**(1.306)**	**(579)**	**1**	**8**	**-**	**1.020**	**(551)**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	**7.741**	**12.267**	**7**	**210**	**-**	**434**	**551**
Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-	-	-	15
Custo de Juros sobre Valor Presente das Obrigações	543	1.081	1	18	42	38	50
Contribuições dos Participantes do Plano	149	48	-	-	-	-	-
(Ganho)/Perda Atuarial - Experiência	1.127	(52)	6	93	125	21	(30)
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Demográficas	469	375	(1)	(5)	-	18	2
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Financeiras	828	2.254	-	32	61	97	7
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(718)	(918)	-	(21)	(75)	(35)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	-	-
Eliminação Antecipada de Obrigação	(3.658)	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	940	-	-
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**6.481**	**15.055**	**13**	**327**	**1.093**	**573**	**595**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	**7.840**	**12.922**	**197**	**7**	**-**	**617**	**421**
Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-	-	1	12
Custo de Juros sobre Valor Presente das Obrigações	733	1.221	18	1	-	59	41
Contribuições dos Participantes do Plano	164	58	-	-	-	-	-
(Ganho)/Perda Atuarial - Experiência	(509)	(1.369)	9	(1)	-	(226)	64
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Demográficas	-	-	-	-	-	-	-
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Financeiras	283	480	7	-	-	16	13
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(770)	(1.045)	(21)	-	-	(19)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	(14)	-
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**7.741**	**12.267**	**210**	**7**	**-**	**434**	**551**

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	**6.435**	**11.688**	**25**	**379**	**-**	**1.454**	**-**
Receitas de Juros sobre Ativos do Plano	449	1.031	2	34	38	125	-
Rendimento de Ativos Maior/(Menor) que Taxa de Desconto	1.475	836	(5)	35	111	161	-
Contribuições Pagas pela Empresa	-	48	-	-	-	-	-
Contribuições de Participantes	149	48	-	-	145	-	-
Benefícios Pagos	(718)	(918)	-	(21)	(75)	-	-
Eliminação Antecipada da Obrigação	(2.914)	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	718	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**4.876**	**12.733**	**22**	**427**	**937**	**1.740**	**-**

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	**6.828**	**12.567**	**27**	**347**	**-**	**1.275**	**-**
Receitas de Juros sobre Ativos do Plano	641	1.191	3	33	-	96	-
Rendimento de Ativos Maior/(Menor) que Taxa de Desconto	(428)	(1.143)	(5)	20	-	83	-
Contribuições Pagas pela Empresa	-	60	-	-	-	-	-
Contribuições de Participantes	164	58	-	-	-	-	-
Benefícios Pagos	(770)	(1.045)	-	(21)	-	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**6.435**	**11.688**	**25**	**379**	**-**	**1.454**	**-**

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**(1.306)**	**(579)**	**1**	**8**	**-**	**1.020**	**(551)**
Custo do Serviço	744	-	-	-	(940)	-	(15)
Juros sobre Ativo/ (Passivo) Líquido	(94)	(50)	(1)	1	(4)	87	(20)
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(949)	(1.741)	9	54	(75)	(569)	21
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições Pagas pela Empresa	-	48	-	-	145	35	-
Transferências	-	-	-	-	718	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**(1.605)**	**(2.322)**	**9**	**63**	**(156)**	**573**	**(595)**

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**(1.012)**	**(355)**	**-**	**-**	**-**	**638**	**(421)**
Custo do Serviço	-	-	-	-	-	(1)	(12)
Juros sobre Ativo/ (Passivo) Líquido	(92)	(30)	-	-	-	37	(41)
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(202)	(254)	1	8	-	293	(77)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	14	-
Contribuições Pagas pela Empresa	-	60	1	-	-	19	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**(1.306)**	**(579)**	**1**	**8**	**-**	**1.020**	**(551)**

Custo Estimado do Benefício Definido para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-	-	1	16
Juros Líquidos sobre Passivo/(Ativo) Líquido do Benefício Definido	106	160	(1)	(4)	11	9	42
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	**106**	**160**	**(1)**	**(4)**	**11**	**10**	**58**

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições Pagas pela Empresa	-	44	-	-	-	37	-
Contribuições dos Empregados	192	35	-	-	-	201	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	2
Benefícios Pagos dos Ativos do Plano	619	935	1	22	94	365	-

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Maturidade do Valor Presente de Obrigação (anos)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
2020	619	935	-	22	94	38	2
2021	633	955	-	22	95	34	2
2022	646	973	-	22	95	35	3
2023	659	992	-	22	95	36	3
2024	670	1.231	-	22	96	38	466
2025 a 2029	3.483	6.416	-	103	471	271	470

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duração Média Ponderada do Valor Presente da Obrigação (em anos)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
31/12/2019	10	12	11	10	10	15	10
31/12/2018	9	11	11	10	-	-	8

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	2	4	-	6	5
Assistidos	22	26	-	3	11	21	-
Total	**22**	**28**	**2**	**7**	**11**	**27**	**5**

Quantidade de Participantes em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	2	3	-	5	5
Assistidos	35	27	-	3	-	21	-
Total	**35**	**29**	**2**	**6**	**-**	**26**	**5**

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2019		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	7,51%	(375)
Taxa de Desconto	6,51%	407
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(248)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	282

Plano Saldado (PBS) - 31/12/2019		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	7,51%	(768)
Taxa de Desconto	6,51%	839
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(364)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	404

Plano FBPREV (FBPREV) - 31/12/2019		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	7,51%	-
Taxa de Desconto	6,51%	-
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	-
Tábua de Mortalidade	10% Redução	-

Plano FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2019		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	7,51%	(10)
Taxa de Desconto	6,51%	11
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(7)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	7

Plano FBPREV III (FBPREV III) - 31/12/2019		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	7,51%	(44)
Taxa de Desconto	6,51%	48
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(25)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	29

Plano Saúde - 31/12/2019		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	7,51%	(29)
Taxa de Desconto	6,51%	32
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(22)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	27

Prêmio Aposentadoria - 31/12/2019		Impacto em R$ Mil
Descrição da Premissa	**Hipótese**	**Efeito no VPO**
Taxa de Desconto	7,51%	(13)
Taxa de Desconto	6,51%	14
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(2)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	2

KPMG Auditores Independentes
Av. Carlos Gomes, 258 - 6º andar
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Banrisul Cartões S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A. (Banrisul Cartões), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Cartões em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Banrisul Cartões, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - Processo de captura, processamento e liquidação das transações
A Banrisul Cartões se utiliza de uma estrutura de tecnologia da informação provida pelo seu Controlador, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., para seu processo de negócios, desenvolvimento de suas operações e consequentemente elaboração das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Banrisul Cartões possui um processo implementado para o registro, o monitoramento e a liquidação das transações, que incluem conciliações, confronto de informações com relatórios de terceiros, entre outros controles internos, que suporta a integridade e precisão no registro das transações e o reconhecimento automático das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de emissores de cartões. Em função da complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações, que entre outros é a base para o reconhecimento de receitas operacionais e que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras e da relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles gerais chave de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e contas relacionadas. Tal avaliação considera os aspectos de acesso lógico e físico, mudanças e desenvolvimento de sistemas em programas e infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (*backup*), além dos controles chave automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados. Aplicamos ainda, testes por amostragem sobre os controles chave relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos das contas patrimoniais relacionados às transações realizadas (captura, processamento e liquidação das operações) e do registro da respectiva receita operacional, bem como, efetuamos, por meio de amostragem, testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, que incluíram a conciliação de saldos das bandeiras, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Banrisul Cartões nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas nº 2.4.b, 2.4.c, 2.4.e, 5 e 8.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Banrisul Cartões, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, está sendo efetuada de forma espontânea pela Banrisul Cartões e foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Banrisul Cartões é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Cartões continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Cartões ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Banrisul Cartões são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Cartões.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Cartões. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Cartões a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 3 de Fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Senhores membros do Conselho Fiscal da Banrisul Cartões S.A. (Companhia), no exercício de suas atribuições legais conferidas pelos incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem ressalvas, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, por unanimidade, opinaram favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2020.

Micheli Tassiani Petry
Bruno Queiroz Jatene
Leany Barreiro de Sousa Lemos
Conselheiros

DIRETORIA

Luiz Gonzaga Veras Mota
Presidente

Carlos Aluísio Vaz Malafaia
Elizabete Rejane Sodré Tavares
Antônio Carlos Antunes
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Coutinho Mendes
Presidente

Marcelo Soares Alves
Vice-Presidente

Cristiano Machado Costa
Eduardo Cunha da Costa
Giusepe Lo Russo
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Victor Herzer da Silva
Conselheiros

Ana Roselaine Leindeker da Silva
Contadora CRC RS 056194/O-7

Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS

DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio Grande do Sul

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

BALANÇOS

BALANÇO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA FAZENDA

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57

Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS

Relatório da Administração - Senhores Acionistas e Clientes: Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2019 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. - BAGERGS. A Companhia está situada no município de Canoas - RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão com a Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação. Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED. A Companhia concluiu o exercício de 2019 com R$ 34.8 milhões de receita bruta, impulsionada por operações de grande porte, em regime de DAC- Depósito Alfandegado Certificado. A receita liquida foi de R$ 31.3 milhões, apresentando 5,9 % de evolução frente a 2018. Com isso, a receita das operações de grande porte foi responsável por 39% da receita liquida da Companhia e a prestação de serviços de gerenciamento eletrônico de documentos- GED por 15%. O EBITDA atingiu R$ 14.6 milhões, representando 6% de expansão na comparação de 2018, enquanto que a margem EBITDA totalizou 47%, apresentando uma leve redução em relação ao ano anterior, que foi de 48%. O exercício de 2019, apresentou um lucro líquido de R$ 9.636 milhões. Após as deduções legais e estatutárias, na forma do Estatuto Social da Companhia, prevê na política de distribuição de dividendos, a destinação equivalente a 25% sobre o lucro líquido, o que corresponde ao valor de R$ 2.289 milhões em dividendos. Em 2019, os investimentos totalizaram R$ 1.6 milhões, todos com recursos próprios. Entre os principais investimentos está o valor de R$ 870 mil, referente a colocação de 10.480m² de sobre telhado nos armazéns, como forma de melhoria nas instalações e R$ 730 mil na aquisição de máquinas, equipamentos, estantes e softwares para a área de GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos visando melhor eficiência nos serviços prestados e ampliação da capacidade operacional do setor. Para 2020, a Companhia planeja investir em torno de R$ 5 milhões, com recursos próprios. Os principais destaques de investimentos são a ampliação da área de armazenamento do setor Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED, benfeitorias e atualização tecnológica com o objetivo de consolidar os planos de crescimento, conforme as diretrizes do Planejamento Estratégico de 2020. Em razão da expansão de suas operações relacionadas ao Porto Seco e ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED, foi aprovada, em Assembleia Geral, a alteração da composição da Diretoria. Atualmente, o quadro funcional permanente é composto por 77 empregados, aprovados mediante concurso público. São proporcionados aos empregados diversos benefícios, dentre eles auxílio creche/babá, auxílio escola, Plano de Saúde e Odontológico, vale transporte, além de vale alimentação e vale refeição. Conta também com 215 colaboradores, distribuídos entre estagiários, jovens aprendizes e terceirizados, estes relacionados à prestação de serviços de vigilância, limpeza, manutenção e serviços gerais. Para manter o bom desempenho dos negócios é necessário, entre outros fatores, a valorização dos empregados que movem e tornam real o modelo de negócio da Companhia e para isso, no ano de 2020 a Companhia distribuirá 2% do resultado líquido de 2019, a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados, conforme Acordo Coletivo de Trabalho. Tendo em vista a importância e a necessidade de desenvolver atividades sustentáveis e minimizar impactos ambientais, a Companhia continua mantendo atenção especial ao consumo de energia e a geração de resíduos, sempre monitorando e controlando através de programas, entre eles o PGRS - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Está nos planos da Companhia para 2020, em conjunto com o Controlador, investir num sistema de energia fotovoltaica, com o propósito de geração de energia limpa e renovável. Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida. Canoas, 31 de dezembro de 2019.

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

Mario Bernd Diretor Presidente	**João Simioni** Diretor Operacional	**Silvana Dalmás** Diretora Administrativa e Financeira	**Zilmino Jacedir Tartari** Diretor Comercial

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**50**	206
Aplicações financeiras	5	**3.297**	21.781
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	**18.620**	16.202
Outros créditos	7	**1.376**	1.290
Total do ativo circulante		**23.343**	39.479
Aplicações financeiras	5	**21.900**	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	**925**	-
Ativo fiscal diferido	13.b	**555**	586
Depósitos judiciais	7	**1.787**	1.323
Outros créditos	7	**147**	147
Investimentos		**-**	-
Imobilizado	8	**18.346**	18.022
Intangível		**122**	63
Total do ativo não circulante		**43.782**	20.141
Total do ativo		**67.125**	59.620

	Nota	2019	2018
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar		**812**	625
Empréstimos e financiamentos	9	**91**	520
Passivo fiscal corrente		**4.908**	4.616
Outras obrigações	11	**6.914**	6.774
Total do passivo circulante		**12.725**	**12.535**
Empréstimos e financiamentos	9	**-**	88
Provisão para contingências	10	**1.608**	1.552
Total do passivo não circulante		**1.608**	1.640
Patrimônio líquido	14		
Capital social		**40.550**	37.700
Reserva de capital		**231**	231
Reservas de lucros		**12.011**	7.514
Total do patrimônio líquido		**52.792**	45.445
Total do passivo e do patrimônio líquido		**67.125**	59.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais).

Documento Assinado Digitalmente
Verificado em 18/03/2020 16:35:00

	Nota	2019	2018
Receita	15	**31.314**	28.909
Custo dos serviços prestados	16	**(8.706)**	(6.325)
Lucro bruto		**22.608**	22.584
Outras receitas	17	**904**	1.057
Despesas com vendas		**(367)**	(385)
Despesas administrativas	16	**(7.824)**	(6.416)
Despesas tributárias		**(352)**	(1.956)
Outras despesas operacionais	18	**(1.715)**	(2.489)
Outras despesas		**-**	(133)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**13.254**	12.262
Receitas financeiras	5	**1.588**	1.674
Despesas financeiras		**(214)**	(135)
Resultado financeiro		**1.374**	1.539
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**14.628**	13.801
Imposto de renda e contribuição social	13.a	**(4.992)**	(4.651)
Lucro líquido do exercício		**9.636**	9.150
Número de ações ordinárias		**700**	700
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R$)		**13,76571**	13,07143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais).

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**9.636**	9.150
Total do resultado abrangente do exercício	**9.636**	9.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais).

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**37.700**	**231**	**536**	**-**	**38.467**
Aumento de capital	14	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**9.150**	**9.150**
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14	**-**	**-**	**458**	**(458)**	**-**

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

Reserva de retenção de lucros	14	-	-	6.520	(6.520)	-
Dividendos	14	-	-	-	(2.172)	(2.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**37.700**	**231**	**7.514**	**-**	**45.445**
Aumento de capital	14	**2.850**	-	**(2.850)**	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	**9.636**	**9.636**
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14	-	-	**482**	**(482)**	-
Reserva de retenção de lucros	14	-	-	**6.865**	**(6.865)**	-
Dividendos	14	-	-	-	**(2.289)**	**(2.289)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**40.550**	**231**	**12.011**	**-**	**52.792**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais).

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2019**	2018
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social	**14.628**	13.801
Depreciação	**1.345**	1.520
Amortização	**38**	61
Provisão para contingências	**55**	222
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(69)**	(18)
Juros sobre empréstimos	**(14)**	41
Caixa gerado nas operações	**15.983**	15.627
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**(3.622)**	(14.527)
Depósitos judiciais	**(464)**	(55)
Partes relacionadas	**(4.259)**	66
Despesas antecipadas	**473**	(54)
Tributos diferidos	**(31)**	(38)
Outros ativos	**(559)**	62
Fornecedores e outras contas a pagar	**(187)**	(123)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	**54**	286
Impostos correntes a pagar	**(292)**	63
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(570)**	(345)
Outros passivos	**(96)**	58
Outras provisões	**(56)**	-
Variações nos Ativos e Passivos	**(9.609)**	(14.607)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**6.374**	1.020
Fluxo de caixa das atividades de investimento		

Documento Assinado Digitalmente
Verificado em 18/03/2020 16:35:00 Página 4 de 22

Compra de ativo imobilizado	**(323)**	(3.875)
Compra de ativos intangíveis	**(97)**	118
Recebimento pela venda de imobilizado	**-**	89
Aumento ou redução de aplicações financeiras	**(11.519)**	(3.245)
Resgate de aplicações financeiras	**8.103**	7.426
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**(3.836)**	513
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	**(531)**	(755)
Pagamentos de dividendos	**(2.163)**	(742)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(2.694)**	(1.497)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do exercício	**206**	170
Saldo final do exercício	**50**	206
Aumento ou redução de caixa e equivalentes	**(156)**	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receitas (1)		**35.720**	32.928
Receita da prestação de serviços	15	**34.816**	31.871
Outras receitas		**904**	1.039
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		**-**	18
Insumos adquiridos de terceiros (2)		**(12.454)**	(10.437)
Custos dos serviços prestados		**(8.706)**	(6.325)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		**(3.748)**	(4.112)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		**23.266**	22.491
Depreciação e amortização (4)		**(548)**	(623)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3) - (4) = (5)		**22.718**	21.868
Valor adicionado recebido em transferência (6)		**1.588**	1.674
Receitas financeiras		**1.588**	1.674
Valor adicionado total a distribuir (5+6)		**24.306**	23.542
Distribuição do valor adicionado		**24.306**	23.542
Pessoal		**5.611**	4.555
Remuneração direta		**3.698**	2.916
Benefícios		**-**	-
FGTS		**-**	-
Remuneração Administração		**1.913**	1.639
Impostos, taxas e contribuições		**8.794**	9.415
Federais		**7.604**	7.106
Estaduais		**160**	1.563
Municipais		**1.030**	746
Remuneração de capitais de terceiros		**265**	422

Documento Assinado Digitalmente
Verificado em 18/03/2020 16:35:00 Página 5 de 22

Despesas financeiras	**265**	422
Remuneração de capitais próprios	**9.636**	9.150
Dividendos	**2.289**	2.172
Lucros retidos	**7.347**	6.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional - A Banrisul Armazéns Gerais S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul. Atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, por meio de Contrato de Permissão, com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entreposto aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED.

2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas estabelecidas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados. As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A emissão, destas demonstrações financeiras, foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 03 de fevereiro de 2020. De acordo com normas brasileiras de contabilidade, a partir de janeiro de 2019 entraram em vigor a CPC 06 que trata sobre mudanças na contabilização do arrendamento mercantil e a CPC 32 que visa tratar sobre a contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro, para as quais a Companhia identificou os seguintes efeitos: **2.1. Norma sobre as mudanças na contabilização do Arrendamento Mercantil - CPC 06:** As mudanças estão relacionadas à maneira como essas companhias devem escriturar contabilmente os arrendamentos, os quais sua definição abrange todos os contratos que dão direito a uso e controle de um ativo identificável. As alterações apresentadas pela CPC 06 impactam nas mudanças dos processos internos, além de influenciar diretamente: - Balanço Patrimonial: o ativo não circulante, o reconhecimento do direito de utilização do ativo arrendado, será maior, assim como o passivo circulante e não circulante terão um incremento. A consequência irá aparecer nos indicadores financeiros que serão afetados, como o capital circulante líquido. - Demonstrações do Resultado: a depreciação do ativo e as despesas financeiras do passivo passarão a ser reconhecidas. Com essa alteração, o EBITDA e o resultado operacional sofrerão aumento. Com a nova norma o arrendatário reconhece quase todos os contratos em seus balanços patrimoniais da mesma maneira dos arrendamentos financeiros, isto é, refletindo seu direito de usar o ativo durante um determinado período e o passivo associado para refletir os pagamentos do aluguel, tendo como consequência o reconhecimento de juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação/amortização do ativo na demonstração do resultado. Não foram identificados impactos decorrentes da adoção da norma, em razão que as empresas que utilizam nossos serviços não têm o direito de aproveitar os respectivos benefícios econômicos, classificados na CPC 06, pois não possuem direito a uso e controle de um ativo identificável. Assim como, a companhia não possui contratos de arrendamento com terceiros como parte arrendatária. **2.2. Norma sobre a contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro - CPC 32:** O CPC 32 é uma interpretação do IFRIC 23 Tributos sobre o lucro, logo a norma será aplicada para identificar incertezas no imposto de renda corrente e no diferido ativo e passivo, não fornecendo procedimento específicos contábeis quando da aplicação da legislação tributária sobre transações ou situações incertas e que poderiam ocasionar riscos fiscais futuros para a empresa. Esta Interpretação, que tem por base a IFRIC 23 (Interpretações das Normas Internacionais de Relato Financeiro), esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Não foram identificados impactos decorrentes do registro dos tributos sobre o lucro, quando da aplicação da legislação tributária sobre transações que possam ocasionar riscos fiscais futuros para a empresa.

3. Principais políticas contábeis - As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: a) Reconhecimento das receitas: O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente. A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de

Documento assinado digitalmente
Verificado em 18/03/2020 16:35:00

armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas. Os valores referentes a serviços de armazenagem prestados, como também, aos relacionados na prestação dos serviços de Ged - Gerenciamento eletrônico de dados, cujo os montantes não são praticáveis de serem estimados, considerando as características especificas desses direitos e serviços, são reconhecidos a medida que esses valores são acordados entres as partes envolvidas. A receita de locação de área é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação que devam ser adicionados ao valor contábil dos espaços locados. A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros. b) Lucro por ação: A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado. c) Tributação: Impostos sobre serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	3,00%
FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	
- Importação	9,51%
- Exportação	6,03%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Fundaf: A receita de prestação de serviços de movimentação e armazenagem das mercadorias importadas e das destinadas à exportação, no Porto Seco, estão sujeitas à tributação do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização nas alíquotas de 9,51% e 6,03%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Em atendimento ao despacho/decisão judicial nº 5095650-16.2019.4.04.7100/RS de 13/12/2019, está determinado que o referido recolhimento seja suspenso. Imposto de renda e contribuição social: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não teve impostos registrados diretamente às rubricas do patrimônio líquido. d) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada após identificação de atrasos superiores a noventa dias e os clientes que se encontram nessa situação são provisionados integralmente, exceto em situações que a administração renegociou os valores em atraso. e) Imobilizado: A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

Documento Assinado Digitalmente

Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. f) Intangível: Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos. h) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. i) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Letra Financeira e contas a receber de clientes classificados como custo amortizado. A Aplicação Financeira - SIAC foi finalizada em 1º de julho de 2019, com o resgate na integralidade do saldo existente, conforme a capacidade de pagamento do devedor e os mecanismos de recebimento utilizados no âmbito do programa. Os principais passivos financeiros são contas a pagar, fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado. j) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. k) Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros. l) Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. m) Capital Social: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. n) Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme CPC 25. o) Locação de espaços operacionais: A locação de espaços operacionais destina-se a prestação de serviço de armazenagem para guarda, conservação, depósito de mercadorias ou de documentos, distribuídos conforme especificidade e disponibilidade em recinto alfandegado ou áreas não alfandegadas. Os contratos de locação são estabelecidos de acordo com o serviço que está sendo prestado. p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2019 e 2018 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. q) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A demonstração do

Documento assinado digitalmente
Verificado em 18/03/2020 16:35:00

valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demostrar sua distribuição entre os diversos agentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	**2**	6
Bancos conta corrente	**48**	200
	50	206

5. Aplicações financeiras - Composição das aplicações financeiras:

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Valor Justo Através do Resultado		
- Aplicação Siac (a)	-	8.160
- CDB	3.297	13.621
	3.297	21.781
Não Circulante		
Custo Amortizado		
- Letra Financeira	4.121	-
- CDB	17.779	-
	21.900	-

(a) Os valores aplicados no SIAC - Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base na variação de 100% da taxa SELIC e o resgate desses valores depende de solicitação por parte da Banrisul Armazéns Gerais S.A. e a disponibilidade da liberação desses recursos por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo que, em 1º de julho de 2019 ocorreu o resgate na integralidade de saldo existente. Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R$ 125 (R$ 739 em 2018).

6. Contas a receber de clientes - Composição das contas a receber de clientes:

Curto Prazo	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Clientes	**18.588**	15.960
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(44)**	(113)
Créditos com Controlador	**76**	355
	18.620	**16.202**

Longo Prazo	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Clientes	**2.740**	1.815
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(1.815)**	(1.815)
	925	**-**

Em setembro de 2018, os ativos exigiram sua respectiva reclassificação do curto para o longo prazo em razão da operação encontrar-se arrolada em processo judicial. O saldo atual em 31 de dezembro de 2019 a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

Contas a Receber	**31/12/2019**	**31/12/2018**

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

A vencer	**17.528**	11.789
Vencidos:		
Até 30 dias	**78**	3.251
De 31 a 60 dias	**13**	13
De 61 a 90 dias	**28**	65
De 91 a 360 dias	**100**	842
Mais de 360 dias	**841**	-
	18.588	**15.960**

Composição PCLD	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo anterior	**(1.928)**	(1.946)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(125)**	(119)
Reversão PCLD	**194**	137
Saldo PCLD Curto Prazo	**(44)**	**(113)**
Saldo PCLD Longo Prazo	**(1.815)**	**(1.815)**

7. Outros Créditos - Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto principal da Companhia e Despesas antecipadas:

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Tributos a recuperar	41	61
Adiantamento a funcionários	305	67
Outros valores realizáveis	683	342
Despesas antecipadas	347	820
	1.376	1.290
Não circulante		
Depósitos judiciais	1.787	1.323
Cauções	59	59
Outros valores e bens BNU	88	88
	1.934	1.470

8. Imobilizado - A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências		**31/12/2019**
Terrenos	7.535	8	-	-		**7.543**
Edificações e Benfeitorias	10.545	897	-	-		**11.442**
Móveis e Utensílios	739	2	-	-		**741**
Máquinas e Equipamentos	2.236	424	-	-		**2.660**

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

Equipamentos - Empilhadeira		2.355	-		-	-	**2.355**
Veículos		2.043	-		-	-	**2.043**
Instalações		5.356	123		-	-	**5.479**
Obras em Andamento		169	1.204		(47)	(993)	**333**
Equipamentos de Informática		462	37		-	-	**499**
Outras Imobilizações		1	-		-	-	**1**
Total	31.441	2.695	(47)			(993)	**33.096**

Depreciação acumulada	31/12/2018	Depreciações	Baixas	Transferências	**31/12/2019**
Edificações e Benfeitorias	(4.730)	(247)	-	-	**(4.977)**
Móveis e Utensílios	(590)	(33)	-	-	**(623)**
Máquinas e Equipamentos	(1.406)	(183)	-	-	**(1.589)**
Equipamentos - Empilhadeira	(1.781)	(257)	-	-	**(2.038)**
Veículos	(1.620)	(164)	-	-	**(1.784)**
Instalações	(2.873)	(427)	-	-	**(3.300)**
Equipamentos de Informática	(419)	(21)	-	-	**(440)**
Total	(13.419)	(1.332)	-	-	**(14.751)**
Valor contábil	18.022	1363	(47)	(993)	**18.345**

9. Empréstimos e financiamentos -

	Juros	**Vencimento**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	**91**	520
			91	**520**
Não circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	**-**	88
			-	**88**
			91	**608**

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimento	**Valor nominal**

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

2020	**88**
Total	**88**

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos. O valor referente aos juros pagos com empréstimos até 31 de dezembro de 2019 totaliza R$ 14, sendo R$ 41 em 31 de dezembro de 2018.

10. Provisão para contingências - A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados. A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais. Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**663**	**889**	**1.552**
Adições	-	1	1
Atualizações	101	203	304
Reversões	-	(181)	(181)
Baixa por pagamento	-	(68)	(68)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**764**	**844**	**1.608**

Provisões cíveis - Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área. Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R$ 158 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 657 em 31 de dezembro de 2018), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.
Provisões trabalhistas - São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R$ 1.787 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 1.323 em 31 de dezembro de 2018). Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R$ 5.258 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 5.770 em 31 de dezembro de 2018), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

11. Outras obrigações - Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não inclusas em outros subgrupos.

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Débitos - controlador (nota 12)	5.317	5.210
Débitos - outras partes relacionadas	166	175
Dividendos e JCP a pagar	41	30
Retenções contratuais	466	381
Obrigações sociais e trabalhistas	924	978
	6.914	6.774

12. Transações com partes relacionadas - As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista, aplicações em CDB e Letra Financeira, como também a locação de área com o Banco do

Documento Assinado Digitalmente
Verificado em 18/03/2020 16:35:00 Página 12 de 22

Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A. A aplicação financeira no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi finalizada com o resgate na integralidade de saldo existente em 1º de julho de 2019, os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R$ 125 no 3º trimestre de 2019. As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	31/12/2019
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários	45	-	-	**45**
Aplicações Banrisul CDB/ LF	2.016	-	-	**2.016**
Aplicação SIAC	-	-	-	**-**
Crédito com partes relacionadas	76	-	-	**76**
	2.137	**-**	**-**	**2.137**
Não Circulante				
Aplicações Banrisul CDB/ LF	17.779	**-**	**-**	**17.779**
Letra Financeira	4.121	**-**	**-**	**4.121**
	21.900	**-**	**-**	**21.900**
Passivo				
Circulante				
Dividendos a pagar	(4.610)	-	-	**(4.610)**
Contas a pagar	(707)	-	(170)	**(877)**
	(5.317)	**-**	**(170)**	**(5.487)**
Resultado				
Receitas	4.673	125	-	**4.798**
- Locação	1.619	-	-	**1.619**
- Financeira	1.007	125	-	**1.132**
- GED	993	-	-	**993**
- Outras	1.054	-	-	**1.054**
Despesas	**(127)**	**-**	**(716)**	**(843)**
- Comunicação	(110)	-	-	**(110)**
- Outras	(17)	-	(716)	**(733)**
Recuperação de despesas	**546**	**-**	**-**	**546**

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	31/12/2018
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários	171	-	-	**171**
Aplicações Banrisul CDB/ LF	12.397	-	-	**12.397**
Aplicação SIAC	-	8.160	-	**8.160**
Crédito com partes relacionadas	355	-	-	**355**
	12.923	**8.160**	**-**	**21.083**
Passivo				
Circulante				
Dividendos a pagar	(4.495)	-	-	**(4.495)**
Contas a pagar	(715)	-	(175)	**(890)**
	(5.210)	**-**	**(175)**	**(5.385)**
Resultado				
Receitas	3.981	739	-	**4.720**
- Locação	2.172	-	-	**2.172**
- Financeira	673	739	-	**1.412**
- Outras	1.136			**1.136**
Despesas	**(105)**	**-**	**(736)**	**(841)**
- Comunicação	(79)	-	-	**(79)**
- Outras	(26)	-	(736)	**(762)**
Recuperação de despesas	**734**	**-**	**-**	**734**

Remuneração do pessoal chave da Administração: Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social. No período findo em 31 de dezembro de 2019 foi pago o montante de R$ 1.913 (R$ 1.639 em 31 de dezembro de 2018) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal. A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

13. Imposto de renda e contribuição social -

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	31/12/2019		30/12/2018	
	IRPJ	**CSLL**	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**14.628**	**14.628**	13.801	13.801
(+) Adições	**640**	**624**	520	520
(-) Exclusões	**(589)**	**(589)**	(407)	(407)
Compensação Prejuízo Fiscal (limitado a 30%)	**-**	**-**	(102)	(102)

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

Base de cálculo	**14.679**	**14.663**	13.812	13.812
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	**3.646**	**1.320**	3.430	1.243
(-) Incentivos fiscais e outros	**(6)**	**-**	(7)	-
IRPJ e CSLL Correntes	**3.640**	**1.320**	3.423	1.243
IRPJ e CSLL Exercícios Anteriores	**-**	**-**	25	9
IRPJ e CSLL diferidos	**24**	**8**	(36)	(13)
TOTAL IRPJ e CSLL	**3.664**	**1.328**	3.412	1.239

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.859**	1.928
Provisão para passivo cíveis e trabalhistas	**1.608**	1.552
	3.467	3.480
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	**1.179**	1.183
Passivo		
Depreciação CPC 27	**(1.844)**	(1.755)
	(1.844)	(1.755)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	**(624)**	(597)
Total líquido	**555**	586

14. Patrimônio Líquido - a) Capital social: O Capital Social, em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 40.550 (R$ 37.700 em 2018), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador. b) Distribuição de resultados: O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**9.636**	9.150
Reserva Legal (5%)	**(482)**	(458)
Base de cálculo dos dividendos	**9.154**	8.692
Dividendos (25%)	**2.289**	2.172

c) Reserva de retenção de lucros: AAdministração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R$ 6.865.

15. Receita - A receita líquida é composta como segue:

	2019	2018
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem (a)	**34.816**	31.871
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (b)	**(3.450)**	(2.816)

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

Descontos e cancelamentos	**(52)**	(146)
Receita operacional líquida	**31.314**	28.909

(a) Os Serviços de armazenagem apresentaram uma variação positiva no ano de 2019, em comparação aos resultados do ano de 2018, sendo que atividades operacionais foram realizadas no entreposto aduaneiro e a respectiva movimentação concentra-se no último trimestre de 2019. (b) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS, FUNDAF e ISSQN.

16. Natureza dos custos dos serviços prestados e das despesas administrativas -

a) Custos dos serviços prestados:

	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
Pessoal	3.095	3.247
Terceirizados	2.850	405
Depreciação e amortização	835	958
Energia elétrica	352	344
Combustível	240	215
Gastos com veículos	83	140
Despacho aduaneiro	100	86
Conservação e manutenção	415	197
Viagens e estadias	98	132
Seguro	466	475
Material de expediente	33	10
Armazenagem p/ clientes	78	106
Outras	61	10
Total	**8.706**	6.325

b) Despesas Administrativas:

	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
Pessoal	3.331	2.531
Honorários da administração	1.913	1.639
Depreciação e amortização	548	623
Comunicação	203	146
Energia elétrica	189	186
Combustível	12	8
Gastos com veículos	4	14
Reclamatórias trabalhistas	197	198
Contingências Cíveis	107	89
Conservação e manutenção	86	39

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

Viagens e estadias	38	17
Seguro	9	6
Informática	253	70
Material de expediente	208	91
Crédito de liquidação duvidosa	-	-
Débitos incobráveis	60	47
Outras	666	712
Total	**7.824**	6.416

17. Outras receitas operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de despesas (a)	**546**	1734
Recuperação de créditos - Lei 9.430/96	**56**	18
Ganho de capital	**-**	222
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	**69**	18
Reversão de provisão de contingência trabalhista	**227**	65
Reversão de provisão de contingência cível	**6**	
	904	1.057

(a)Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

18. Outras despesas operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Tercerizados	**1.715**	2.489
	1.715	2.489

Os valores registrados em outras despesas operacionais referem-se a contratação de serviços terceirizados de suporte a operação da Companhia.

19. Instrumentos financeiros - Gestão de riscos: A Banrisul Armazéns Gerais S.A é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99.48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão. O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa. A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08. Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados como custo amortizado, mantidos para negociação e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	31/12/2019	31/12/2018	Classificação CPC 48 (IFRS 9)
Aplicações Financeiras	**21.076**	21.781	Valor Justo Através do Resultado

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

Clientes	**19.513**	15.960	Custo Amortizado
Letra Financeira	**4.121**	-	Custo Amortizado
Total	**44.710**	37.741	

Gestão de capital: A Companhia possui estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. Risco de crédito: O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas. Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retidas mercadorias. Risco de mercado: Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio. A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. O ativo financeiro da Companhia é composto pelo CDB com referencial pós-fixado. Por outro lado, nas operações passivas o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 79% do total do passivo em 31 de dezembro de 2019. Risco de liquidez: Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento. Pode ser classificado em: Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia. Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise. É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos. Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em CDB. Por outro lado, nas operações passivas, o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 79% do total do passivo em 31 de dezembro de 2019. Risco Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela mesma.

20. Plano de benefícios de aposentadoria - A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

21. Cobertura de seguros - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 90.000 mil para danos materiais e R$ 100 mil para responsabilidade civil.

22. Segmentos operacionais - A Companhia atua como prestadora de serviços de armazém, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias, produtos e documentos, dispostos no entreposto aduaneiro em depósito alfandegário ou em espaços disponíveis na área de sua propriedade, que poderão ser locados para terceiros conforme atividades descritas na Nota 1. As atividades realizadas são complementares, em ambos segmentos, sendo controladas e gerenciadas pela Companhia, e seus resultados são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Mario Bernd

Diretor Presidente

Silvana Dalmás

Diretora Administrativa e Financeira

João Simioni

Diretor Operacional

Zilmino Jacedir Tartari

Diretor Comercial

Susie Ane de Freitas Pacheco

Contadora - CRC RS 083297/O-1

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no

Documento Assinado Digitalmente
Verificado em 18/03/2020 16:35:00

exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e demais demonstrativos e notas explicativas, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho. Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020.

Luiz Valdir Andres
Presidente

Jorge Fernando Krug Santos
Vice Presidente

Crislaine Bozzetti
Conselheira

Evandro Bortoletti Garcia
Conselheiro

Aline Oliveira da Silva
Conselheira

Mario Bernd Neto
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, relativos ao exercício de 2019. Baseado no exame procedido e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, sem modificação, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S.A., por isso "somos de parecer favorável à sua aprovação". Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2020.

Eron Pascoal Maroni
Conselheiro

Cesar Luis Baumgratz
Conselheiro

Elói Astir Stertz
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 (a) e 15, a Companhia possui diferentes fontes de receita provenientes da prestação de serviços de logística, transporte e armazenagem, bem como locação de armazéns, cujo momento de reconhecimento varia conforme características específicas dos respectivos contratos. A principal fonte de receita é a armazenagem de mercadorias provenientes do serviço de porto seco e é reconhecida mensalmente pelo prazo do armazenamento e considerando as características contratuais, tais como peso, valor monetário ou espaço ocupado. Devido à relevância dessas operações no contexto das demonstrações financeiras, consideramos o reconhecimento de receitas como assunto significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Efetuamos entendimento do processo que envolve o reconhecimento das receitas, com base em amostragem, testamos a precisão dos valores faturados e incorridos e não faturados, seus respectivos registros contábeis e liquidação financeira. Avaliamos os critérios adotados no reconhecimento contábil das receitas incorridas e não faturadas, testamos o cálculo matemático para apuração dos valores e identificamos os respectivos valores nos faturamentos efetuados em períodos subsequentes. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos sobre os saldos relacionados, considerando as expectativas sobre esses saldos obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia. Avaliamos também as divulgações

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 18/03/2020 16:35:00

efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento de receita no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** AAdministração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. ? Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. ? Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. ? Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. ? Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes	**Fernando Antonio Rodrigues Alfredo**
CRC 1SP014428/F-7	Contador CRC 1SP252419/O-0

Documento assinado via Validar

Publicado no Cadernos da Indústria e Comércio (DIC) do Rio Grande do Sul
Em 18 de Março de 2020

Protocolo: **2020000395466**

Publicado a partir da página: **13**

Documento Assinado Digitalmente

Nome do arquivo: Materia_7f0d8746-7233-40e5-9fb7-95a7e3faa580.pdf

Autenticidade: Documento Íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO Responsável: JOSE ANTONIO COSTA LEAL	18/03/2020 16:35:31 GMT-03:00	87124582000104 84948337749	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : SUSIE ANE DE FREITAS PACHECO
REGISTRO..... : RS-083297/O-1
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 803.269.940-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 07.04.2020 as 14:41:16.
Válido até: 06.07.2020.
Código de Controle: 327092.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia de Abastecimento do RS
CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	31/12/2019 R$	31/12/2018 R$
CIRCULANTE	**10.337.714,61**	**9.927.735,07**
DISPONIBILIDADES	5.245.772,48	4.829.115,01
Caixa	5.862,20	17.658,65
Bancos	1.107.004,46	1.418.376,63
Aplicações de Liquidez Imediata	4.132.905,82	3.393.079,73
DIREITOS REALIZÁVEIS	5.017.758,31	5.022.591,03
Permissionários	4.414.434,43	4.361.054,12
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	0,00	0,00
Estoques	174.273,52	186.132,33
Impostos a Recuperar	350.136,82	158.623,11
Outros Direitos	78.913,54	316.781,47
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	74.183,82	76.029,03
Prêmios de Seguro	9.128,01	9.200,56
Despesas Administrativas	65.055,81	66.828,47
NÃO CIRCULANTE	**14.179.237,51**	**13.797.645,17**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.450.970,08	2.202.705,40
Permissionários	1.149.838,42	908.564,07
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(1.149.838,42)	(908.564,07)
Outros Devedores	940.698,89	0,00
Depósitos Judiciais	2.510.271,19	2.202.705,40
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	10.704.724,28	11.571.396,62
Custo Histórico Corrigido	30.647.497,35	30.684.421,31
(-) Depreciações Acumuladas	(19.942.773,07)	(19.113.024,69)
TOTAL ATIVO	**24.516.952,12**	**23.725.380,24**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

	31/12/2019 R$	31/12/2018 R$
CIRCULANTE	**5.146.968,37**	**4.803.896,99**
Fornecedores	2.912.033,08	2.841.325,01
Ordenados e Salários a Pagar	146.149,88	169.645,29
Obrigações Sociais	792.497,57	705.693,94
Obrigações Tributárias	260.746,49	245.160,43
Provisões Constituídas	654.319,29	505.701,88
Outras Exigibilidades	381.222,06	336.370,44
NÃO CIRCULANTE	**2.930.995,36**	**2.759.006,84**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.930.995,36	2.759.006,84
Obrigações Sociais e Fiscais	989.999,43	1.238.825,87
Provisões Constituídas	1.940.995,93	1.520.180,97
PATRIMONIO LÍQUIDO	**16.438.988,39**	**16.162.476,41**
CAPITAL SOCIAL	21.877.617,98	21.877.617,98
Capital Subscrito	21.877.617,98	21.877.617,98
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(8.807.804,07)	(9.084.316,05)
TOTAL PASSIVO	**24.516.952,12**	**23.725.380,24**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/2019 R$	31/12/2018 R$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**15.037.272,94**	**14.447.648,12**
Serviços Prestados	15.037.272,94	14.447.648,12
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.037.409,68)	(977.749,53)
Impostos Incidentes s/ receitas	1.037.409,68	977.749,53
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**13.999.863,26**	**13.469.898,59**
LUCRO BRUTO	**13.999.863,26**	**13.469.898,59**
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	1.018.902,78	995.100,38
Financeiras	471.182,70	499.282,44
Créditos Recuperados	0,00	0,00
Outras Receitas	547.720,08	495.817,94
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(14.550.811,48)	(16.435.488,00)
Pessoal	5.994.867,69	5.918.140,63
Gastos Gerais e Administrativos	2.065.274,40	1.822.994,72
Serviços e Seguros	26.638.769,24	25.195.064,67
Encargos, Impostos e Taxas	23.524,42	17.420,57
Depreciações e Amortizações	829.748,38	728.206,21
Financeiras	107.343,20	140.926,41
Provisões	662.089,31	1.340.485,75
Convênios (Programa Social)	282.248,18	539.727,29
Indenizações Processos Judiciais Trabalhistas	436.184,85	1.093.553,40
Indenizações Processos Judiciais Cíveis	11.357,31	173.866,81
Outras Despesas	23.631,12	5.616,26
(-) Recuperação de Gastos	(22.524.226,62)	(20.540.514,72)
RESULTADO OPERACIONAL	**467.954,56**	**(1.970.489,03)**
(+/-) RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	16.564,07
Seguro Baixa Bens Imobilizado	0,00	17.951,00
Baixa Bens Imobilizado	0,00	(1.386,93)
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	**467.954,56**	**(1.953.924,96)**
(-) Provisão para Imposto de Renda	133.389,19	0,00
(-) Provisão para Contribuição Social	58.053,39	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	**276.511,98**	**(1.953.924,96)**
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,012639035	(0,089311595)

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRACÃO DAS MUTACÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.17	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.130.391,09)	18.116.401,37
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				(1.953.924,96)	(1.953.924,96)
SALDO EM 31.12.18	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(9.084.316,05)	16.162.476,41
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				276.511,98	276.511,98
SALDO EM 31.12.19	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(8.807.804,07)	16.438.988,39

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/2019 R$	31/12/2018 R$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**276.511,98**	**(1.953.924,96)**
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO	**1.728.768,74**	**2.068.691,96**
Depreciações e Amortizações	829.748,38	728.206,21
Recuperação de Gastos Exercício	236.931,05	0,00
Provisão Contingências Trabalhistas	88.506,48	632.184,68
Provisão Contingências Cíveis	332.308,48	620.180,97
Provisão Perdas Recebimento Créditos - Curto Prazo	0,00	0,00
Provisão Perdas Recebimento Créditos - Longo Prazo	241.274,35	88.120,10
VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Ativo Realizável a Curto Prazo	**(6.677,93)**	**193.565,90**
Permissionários	53.380,31	21.983,57
Estoques	(11.858,81)	(838,21)
Impostos a Recuperar	191.513,71	60.760,98
Outros Direitos	(237.867,93)	110.866,59
Despesas Pagas Antecipadamente	(1.845,21)	792,97
Ativo Realizável a Longo Prazo	**1.489.539,03**	**281.360,44**
Permissionários	241.274,35	88.120,10
Depósitos Judiciais	307.565,79	193.240,34
Outros Devedores	940.698,89	0,00
Passivo Circulante a Curto Prazo	**343.071,38**	**796.353,39**
Fornecedores	70.708,07	714.264,50
Ordenados e Salários a Pagar	(23.495,41)	4.757,42
Obrigações Sociais	86.803,63	(27.136,09)
Obrigações Tributárias	15.586,06	18.881,20
Provisões Constituídas	148.617,41	1.601,20
Adiantamento de Clientes	23.976,91	88.961,98
Outras Exigibilidades	20.874,71	(4.976,82)
Passivo Circulante a Longo Prazo	**(248.826,44)**	**(221.139,23)**
Credores por Caução	0,00	0,00
Obrigações Sociais e Fiscais	(248.826,44)	(221.139,23)
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**616.664,56**	**215.054,82**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições Ativo Imobilizado	(200.007,09)	(1.756.655,52)
Baixas Ativo Imobilizado	0,00	1.386,93
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(200.007,09)**	**(1.755.268,59)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	0,00	0,00
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	**416.657,47**	**(1.540.213,77)**
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	**4.829.115,01**	**6.369.328,78**
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	**5.245.772,48**	**4.829.115,01**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre.

A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96 e Medida Provisória 656/2014.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas e Cíveis

A provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis foi constituída neste exercício com base no parecer da Assessoria Jurídica da Empresa. Os valores registrados correspondem aos processos em que a Ceasa/RS é parte e que estão classificados como "provável ou praticamente certo" de perda de acordo com NBC TG 25(R2).

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação	2019	2018
	%	R$	R$
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	26.253.320,26	26.095.366,22
Instalações	10	1.323.293,31	1.206.736,27
Veículos e Acessórios	20	311.578,39	309.678,39
Máq.Equipam.e Ferramentas	10	519.103,08	464.123,17
Móveis e Utensílios	10	491.919,03	450.848,25
Equipamentos de Comunicação	10	35.035,20	35.035,20
Outras Imobilizações	10	7.879,99	7.879,99
Obras em Andamento	0	825.476,11	1.296.933,15
Direito Uso Software	5	116.116,41	116.116,41
Equipamentos de Informática	20	394.714,59	332.643,28
SOMA:		30.647.497,35	30.684.421,31
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA:		(19.942.773,07)	(19.113.024,69)
VALOR RESIDUAL:		10.704.724,28	11.571.396,62

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se:

Contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R$ 1.615.867,35.

ISSQN parcelado com a Secretaria da Fazenda Municipal no qual a Empresa requereu adesão em maio de 2017. Os valores da dívida foram atualizados totalizando na consolidação R$ 220.700,17.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Autorizado conforme estatuto é de R$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 21.877.617 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTAS	R$	%
Estado do Rio Grande do Sul	20.617.565,92	94,2405
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	5,2731
Outros	106.415,96	0,4864
TOTAL	**21.877.617,98**	**100,00**

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 9 - CONTINGÊNCIAS

Diversos processos judiciais envolvendo causas trabalhistas e cíveis estão sendo movidos contra a CEASA/RS. A Administração da Sociedade, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, procederam na avaliação daquelas consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não foram provisionadas. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Perda Provável: efetuada a provisão e mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Possível: não provisionada, mas mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Remota: não provisionada e nem se mencionada em Nota Explicativa.

Na presente Nota Explicativa, iremos discorrer sobre o quantitativo de ações movidas contra a CEASA/RS e o valor atualizado da perda possível, considerando a procedência das demandas e a base atual de processos:

a) **Ações Trabalhistas:** Atualmente, o passivo trabalhista da CEASA/RS é composto de 189 processos: sendo 121 das ações com risco possível, 28 com risco provável e 40 com risco remoto. Dentre estas ações, a esmagadora maioria (mais de 99%) referem-se ao inadimplemento de verbas rescisórias ou diferenças pleiteadas pelos prestadores de serviço terceirizados. Nestes casos, apoiado na Súmula 331 do TST, o Judiciário vem condenando a CEASA/RS, subsidiariamente, ao pagamento das diferenças supramencionadas. Quando a empregadora dos autores tem sua falência decretada ou em manifesto estado de insolvência, o cenário se agrava, haja vista que a CEASA/RS arca sozinha com todo o crédito pleiteado pelos terceirizados. São estas as ações que apresentam o maior risco e que podem implicar no desembolso de até R$ 2.297.197,19, considerando parecer encaminhado pela sociedade de advogados Marcos Sommer Santos, caso a CEASA/RS seja efetivamente responsabilizada e as empresas terceirizadas não efetuem o pagamento das condenações.

b) **Ações Cíveis e Tributárias**: Atualmente, a base que envolve questões atinentes ao Direito Civil, Administrativo e Tributário, é composta de 131 processos: sendo 23 das ações com risco possível, 13 com risco provável e 95 com risco remoto. A maioria das ações cíveis em que a CEASA/RS figura no polo passivo, são demandas que envolvem questões de responsabilidade civil, decorrentes de abalroamentos entre veículos no estacionamento, furtos e até mesmo desavenças entre trabalhadores ou usuários e vigilantes contratados pela CEASA/RS. Há ainda um pequeno passivo, decorrente dos mandados de segurança movidos por licitantes dos processos licitatórios lançados pela CEASA/RS, questionando cláusulas editalícias, critérios de julgamento das propostas, dentre outras irresignações.

No mais, a base de processos cíveis é composta de ações de cobrança, execuções de título executivo judicial e ações monitórias, todas movidas pela própria CEASA/RS e que não farão parte deste levantamento de valores, já que é relevante a necessidade de apontamento apenas de possível prejuízo. Sendo assim, utilizando o mesmo critério das ações trabalhistas, qual seja, atualizar o valor estimado para a condenação nos processos, considerando a base atual, encaminhada pela sociedade de advogados Escosteguy Sociedade Individual de Advocacia, e o pior cenário possível, as ações cíveis movidas contra a CEASA/RS poderão implicar num

NOTAS EXPLICATIVAS

Por fim, informamos que os valores aqui lançados tratam-se de mera estimativa, dependendo de uma série de fatores para que se concretizem (tempo de duração das demandas, (im)procedência dos pedidos, falência das empresas terceirizadas, etc.).

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019.

AILTON DOS SANTOS MACHADO
PRESIDENTE

CELSO PAZUCH
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PAULO ANTONIO REGLA
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL

NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS

PARECER COMITÊ AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no inciso III do artigo 9º da Lei 13.303/16, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira, e no Estatuto Social da Empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas de Notas Explicativas. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Comitê, durante o Exercício de 2019, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa. Após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 13 de março de 2020.

Silvana Dalmás

Feres Augusto Frank Uequed

Sarah Sofia Koech Pinnow

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira, examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2019, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 12 de março de 2020.

Leandro Tittemaier Balardin
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Lino Bernardo Dutra
Representante do Governo do Estado do RGS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 16 de março de 2020.

Osmar Redin
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente

Silvana Dalmás
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Jocimar Rabaioli
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

P/ Daniela Pinto Miranda
Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Evandro Finkler
Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS

Gilberto Agia Moysés
Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS

Álvaro Carlos Antunes Gonçalves
Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO..... : RS-037833/O-7
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 13/03/2020 as 13:32:11.
Válido até: 11/06/2020.
Código de Controle: 974768.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia Riograndense de Mineração
CRM

CRM

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO

Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Relatório da Diretoria e Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

CRM

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO

Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA 4

1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA 5
1.2. CONJUNTURA ECONÔMICA 6
1.3. DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL 7
1.3.1. Produção e Comercialização 7
1.3.2. Produtividade 8
1.4. DESEMPENHO OPERACIONAL 8
1.5. INVESTIMENTOS 9
1.6. UNIDADES 9
1.6.1. Mina de Candiota 9
1.6.2. Mina do Leão I 10
1.6.3. Mina do Leão II 10
1.6.4. Mina do Iruí 10
1.7. NOVOS EMPREENDIMENTOS E OPORTUNIDADES 10
1.8. MEIO AMBIENTE 10
1.9. GESTÃO ADMINISTRATIVA E PERSPECTIVAS 12

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 14

2.1. BALANÇO PATRIMONIAL 15
2.1. BALANÇO PATRIMONIAL 16
2.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 17
2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO 18
2.3.1. Demonstração do Fluxos de Caixa 20
2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2019 20
2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 20
2.5.1. Contexto Operacional 21
2.5.1.1 Eventos Subsequentes 21
2.5.1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores – Material 22
O valor de R$ 2.617 mil está sendo reapresentado conforme NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. 22
2.5.1.3 Ajuste de Exercícios Anteriores - Imateriais 24
2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis 25
2.5.2.1. Apuração do Resultado 25
2.5.2.2 Moeda Funcional 25
2.5.3. Créditos Tributários: R$ 49.397 mil (R$ 43.214 mil em 2018), compondo-se de: 25
2.5.4 Contas a Receber 26
2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes: 26
2.5.4.1.1 - 8º Termo Aditivo Contratual – CGTEE 26
2.5.4.2 Demais Contas a Receber: R$ 949 mil (R$ 826 mil em 2018), compondo-se de: 27
2.5.5. Estoques 27
2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte 27
2.5.7. Empréstimos e Depósitos compulsórios: R$ 3.702 mil (R$ 3.667 mil em 2018), tendo como valores mais relevantes: 28
2.5.8. Investimentos 28
2.5.9. Imobilizado e Intangível 28
2.5.10. Demais Contas a Pagar: R$ 20.400 mil (R$ 21.377 mil em 2018), compondo-se basicamente de: 31
2.5.11. Empréstimos e Financiamentos 31
2.5.12. Provisão para Contingências 32
2.5.13. Tributos Federais a Recolher: R$ 2.762 mil (R$ 2.131 mil em 2018) 32
2.5.14. Patrimônio Líquido 33
2.5.14.1. Capital Social 33
2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio 33
2.5.14.3. Reserva de Reavaliação 34
2.5.15. Demonstração do Resultado 34
2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda 35
2.5.17. Provisão para Impostos Diferido 35

2.5.18. Cobertura de Seguros 36
2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida 36
2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa 36
2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado 36
2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) 37
2.5.23. Reserva de Capital 37
2.5.24. Apuração de Prejuízos 37

CRM
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Melvis Barrios Junior (6)	Diretor Presidente
André Felipe Rodrigues (2)	Diretor Técnico
Caio Flavio Quadros dos Santos (1)	Diretor Administrativo

Conselho de Administração

• Membros Titulares
Carlos Eduardo de Souza Aranha (3) Presidente do Conselho
Hermes Ghidini (3)
Tiago Alves Pinto de Lemos (3)
Vanderlan Frank Carvalho (3)
João Jacob Bettoni (3)
Sergio de Medeiros Ilha Moreira (4)

(1) Eleição e posse em 29.06.2018
(2) Eleição e posse em 25.07.2018
(3) Eleição em 06.07.2018 e posse em 25.07.2018
(4) Eleição em 05.10.2018 e posse em 31.10.2018
(6) Eleição em 17.09.2019 e posse em 18.09.2019

Conselho Fiscal

• Membros Titulares
Maria Ester Espindola Rodrigues (5)
Gildo Antonio Feijó da Silva (5)
Ademir Baretta (5) Presidente do Conselho
Roberto André Muraro (5)
Antonio Guido Classmann (5)

(5) Eleição e posse em 29/04/19

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração – CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o n° 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre/RS, com Unidade Mineira em operação de mineração durante 2019 no Município de Candiota/RS, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

Missão

Pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Visão

Ser líder na indústria de extração, beneficiamento e comercialização de carvão mineral do Brasil, preservando o ambiente e se destacando como modelo de empresa pública.

Valores

Mais do que uma simples declaração de princípios, os valores listados se revelam pelas atitudes e comportamentos que a CRM adota diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência.

Os princípios que guiam a CRM são:

- Ética
- Honestidade
- Preservação Ambiental
- Solidariedade
- Transparência
- Qualidade

1.2. Conjuntura Econômica

Até o terceiro trimestre de 2019 o Brasil apresentou 1,00% de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) acumulado nos últimos 4 trimestres, ou seja, há chances de frustração da projeção inicial para o ano apresentada pelo Banco Central do Brasil, que era de crescimento de 2,55%. Se o PIB se mantiver neste patamar, demonstrará que o país está dando pouquíssimos sinais de recuperação econômica, assim como em 2018 quando o crescimento do PIB foi de 1,10%. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia e, para 2020, está estimado em 2,30%.

Em 2018, a taxa média de desocupação registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 12,3%, já em 2019 recuou para 11,9%, devido ao aumento tanto no número de empregados com carteira assinada, quanto empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria.

A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada em 2019, foi de 4,31%, superior à inflação de 2018 que foi atingiu 3,75% e superior, também, ao centro meta de 4,25%, mas dentro do limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Ou seja, a inflação poderia ficar entre 2,75% e 5,75%. O IPCA também ficou acima da expectativa do Banco Central do Brasil para o período, que era de 4,01%. Os preços em 2019 foram puxados, principalmente, pela carne, cuja variação acumulada no ano foi de 32,40%. Para 2020 a inflação deve baixar para 3,61% segundo Relatório Focus.

O dólar fechou o ano em R$ 4,03, bem acima da expectativa de R$ 3,80, e também acima da cotação de 2018 que foi de R$ 3,87. O ano teve fortes turbulências no mercado de câmbio, que chegou a atingir o recorde histórico (desde a criação do Real) de R$ 4,24 em novembro, devido, principalmente, à preocupação com a desaceleração da economia mundial, à guerra comercial entre China e Estados Unidos e, até, a declarações do Ministro da Economia que trouxeram insegurança ao mercado. Para 2020, a projeção para a moeda norte-americana é de R$ 4,08.

A pauta econômica nacional para o próximo ano inclui a questão das privatizações, o desafio do desemprego, o andamento da reforma tributária e a continuidade do conflito entre as duas maiores economias do mundo, Estados Unidos e China.

No Estado do Rio Grande do Sul, segue a pretensão do Governo em privatizar a CRM e demais estatais de energia.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2019 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para a quantidade mínima contratual de 100.000,00 toneladas por mês ou 1.200.000,00 toneladas por ano de carvão CE 3.300 no abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGT ELETROSUL, quantidade muito abaixo da capacidade instalada da mina. Além da quantidade mínima contratada pela CGT ELETROSUL, a CRM deve entregar até 860.000 toneladas ao ano para liquidação de estoques.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2015	2016	2017	2018	2019	VARIAÇÃO % 2019/2018
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5200	16.892	1.251	0	0	0	0,00%
CE 4700	57.255	24.153	0	0	0	0,00%
CE 4500	14.189	9.711	0	0	0	0,00%
CE 4200	14.739	4.661	0	0	0	0,00%
CE 3300	3.279.566	2.553.495	1.546.025	1.392.409	1.416.846	1,75%
CE 3100	0	0	0	0	0	0,00%
CE 4200*	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5500*	7.877	3.838	0	0	0	0,00%
ROM	23.445	0	0	0	0	0,00%
TOTAL	**3.413.962**	**2.597.109**	**1.546.025**	**1.392.409**	**1.416.846**	**1,75%**

* Finos

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2019 foi determinada pela cota mensal e pelas encomendas efetuadas pela CGT ELETROSUL para liquidação de estoque. O cálculo do Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV do exercício de 2019 manteve os mesmos critérios adotados anteriormente, e associa a quantidade de carvão vendável a todos os colaboradores da Companhia, próprios e terceiros. A drástica redução observada em 2017 se deu devido à redução na quantidade contratada (de 2.500.000 t/ano para 1.00.000 t/ano) e manutenção do número de colaboradores na época. A partir de 2018, com a diminuição do número de funcionários proporcionada pelo Plano de Demissão Incentivada, é possível observar o aumento do indicador.

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019
Carvão Vendável (t/ano)	3.413.962	2.597.109	1.546.025	1.392.409	1.416.846
Total Homem/dia	127.584	116.724	100.934	80.762	73.966
PCV* (t/H/d)	26,76	22,25	15,32	17,24	19,16

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV.

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM

Valores históricos em reais

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	Variação % 2019/2018
Receita Bruta Anual	190.461.891	169.914.601	126.699.417	105.584.377	113.544.548	7,54%
Receita Líquida Anual	178.796.752	160.317.609	101.064.184	100.904.108	108.416.183	7,44%
Custos dos Prod. Vendidos	123.758.394	111.107.722	87.356.904	78.632.831	88.991.646	13,17%
Resultado Bruto	55.038.358	49.209.888	13.707.280	22.271.277	19.424.537	-12,78%
Despesas Operacionais	56.495.517	66.210.864	45.533.380	60.596.881	28.179.378	-53,50
Res.Oper.antes Res. Financ.	-1.457.159	-17.000.976	-12.502.539	-25.293.925	-7.564.479	70,09
Resultado Financeiro	-16.709.796	-20.741.778	-19.323.561	-13.031.679	-1.420.640	89,10%
Resultado Operacional	-18.166.955	-37.742.754	-31.826.100	-38.325.605	-8.985.116	76,56
Investimentos	4.140.137	377.954	287.757	422.163	315.105	-25,36%

Valores em reais de 31/12/2019, com base na variação do IGP-DI/FGV

DESCRIÇÃO	2014	2016	2017	2018	2019	Variação % 2019/2018
Receita Bruta Anual	234.475.268	195.162.061	146.137.203	113.710.084	113.544.548	-0,15%
Receita Líquida Anual	220.114.459	184.139.061	116.569.101	108.669.624	108.416.183	-0,23%
Custos dos Prod. Vendidos	152.357.421	127.617.120	100.758.898	84.684.364	88.991.646	5,09%
Resultado Bruto	67.757.039	56.521.941	15.810.203	23.985.260	19.424.537	-19,01%
Despesas Operacionais	69.550.929	76.049.077	52.518.953	65.260.379	28.179.378	-56,82
Res.Oper.antes Res. Financ.	-1.793.890	-19.527.136	-14.420.635	-27.240.529	-7.564.479	72,23
Resultado Financeiro	-20.571.223	-23.823.780	-22.288.115	-14.034.589	-1.420.640	89,88%
Resultado Operacional	-22.365.113	-43.350.916	-36.708.750	-41.275.119	-8.985.116	78,23
Investimentos	5.096.872	434.113	331.904	454.652	315.105	-30,69%
Produção carvão ROM (t)	3.223.098	2.677.632	1.582.599	1.497.000	1.618.498	8,12%
Pessoal Próprio	468	429	407	319	314	-1,57%
IGP-DI	610,13	653,95	651,21	697,45	751,12	7,70%

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2019 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R$ 315 mil. Os recursos necessários para esses investimentos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM.

1.6. Unidades

1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota atualmente é a única unidade mineira em atividade de mineração da CRM e é vinculada ao abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGT ELETROSUL, com capacidade instalada de 350 MW e localizado no município de Candiota (RS). Atualmente, apenas a fase C está em operação para geração de energia, sendo que as fases A e B tiveram suas outorgas revogadas pelo MME. Além da entrega de 1.200.000 toneladas anuais de carvão CE 3.300, a CRM tem o compromisso de entregar mais 860.000 toneladas anuais à CGT ELETROSUL, referentes à liquidação de estoques. Em Candiota a CRM também fornece carvão industrial eventualmente a outros pequenos consumidores.

1.6.2. Mina do Leão I

A Mina do Leão I teve sua operação iniciada em 1963 e suspensa em 2016. Atualmente se encontra com as atividades de mineração suspensas devido aos históricos prejuízos financeiros registrados na Mina do Leão. Além disso, sua situação é agravada pelo fato da jazida ter uma relação estéril/minério muito elevada, com altos custos e com pouca rentabilidade. Em outubro de 2019 a área foi arrendada por um período de 24 meses.

1.6.3. Mina do Leão II

A Mina do Leão II ficou arrendada durante o período de 2002 a 2016, e hoje está novamente aos cuidados da CRM. Esta unidade está com sua implantação incompleta, podendo atingir uma capacidade instalada superior a 2.000.000 de toneladas de carvão anualmente. Esta unidade tem vocação para atender um grande empreendimento de geração elétrica ou de gaseificação.

1.6.4. Mina do Iruí

Já a jazida do Iruí abrange os municípios de Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Encruzilhada do Sul. A CRM explorou parte desta jazida na década de 80. De lá para cá foram firmados protocolos de intenção e estão sendo desenvolvidos projetos no intuito de avaliar a viabilidade financeira de retomar a mineração na área.

1.7. Novos Empreendimentos e Oportunidades

A CRM também vem se dedicando a projetos que propiciarão o retorno do crescimento da Companhia, principalmente da unidade de Candiota, como o fornecimento de carvão para geração de energia elétrica através da usina termelétrica da empresa Ouro Negro ou para uma unidade de gaseificação de carvão, empreendimentos que estão em fase de viabilização.

1.8. Meio Ambiente

Em junho de 2018, realizou-se o pedido de renovação da Licença de Operação (LO Nº 03175/2016-DL) das Malhas IV e VII, atual mina em operação em Candiota. A CRM está, até o momento (dez/2019), no aguardo da renovação da licença de operação da Mina.

As Licenças de Recuperação Ambiental das Malhas I e II de Candiota foram indeferidas pela FEPAM que, consequentemente, exigiu a realização dos PRADs – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas das respectivas Malhas, a fim de evitar drenagens de águas ácidas das antigas áreas de mineração e atualizar o processo às novas legislações. Em 2019, foi assinado o contrato com a empresa Bourscheid Engenharia e Meio Ambiente Ltda. para realização dos PRADs da Malha I e II (áreas de passivos ambientais em Candiota), e a conclusão do projeto e protocolo na FEPAM estão previstos para 1º semestre de 2020.

Em 2016 foi necessário adequar o processo administrativo para obtenção do licenciamento ambiental da Jazida de Candiota junto à FEPAM. Em 2017, o processo administrativo foi arquivado e o EIA-RIMA realizado pela empresa PROFILL não foi aceito pela FEPAM. Em 2019, apesar de indeferido, a Mina de Candiota (Malhas IV e VII) ainda necessita da conclusão do EIA-RIMA.

Na Mina São Vicente Norte, em Minas do Leão, não houve mineração em 2019, contudo a Mina está com a licença de operação em vigor, e a Licença de Operação tem um prazo de mais 3 anos para mineração.

A Unidade Mineira Mina do Leão P1, em Minas do Leão, teve sua licença de operação renovada em fevereiro de 2018 – LO nº 0253/2018 – DL para a atividade de beneficiamento (britagem) de recursos minerais. As atividades, durante o ano de 2018, foram basicamente a relavagem de rejeitos contidos na área citada. Devido o arrendamento da área (P1), a empresa locatária deverá seguir o mesmo processo ao longo 2020.

No quadro a seguir podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais nos últimos cinco anos nas unidades mineiras da CRM em atividade, em valores acumulados:

HECTARES (ha)		2015	2016	2017	2018	2019
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	652	684	702,3	719,1	735,08
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	521	547	560,3	564,8	579,05
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	565	590	614,4	634,1	655,75
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	51	54	54	54	54
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	18	26	27	27	27
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	15	15	15	15	15
Minas do Leão (P1)	ÁREA IMPACTADA	x	x	x	10,4	10,4
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	x	x	x	0,5	3,5
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	x	x	x	0,5	2

1.9. Gestão Administrativa e Perspectivas

A gestão da CRM, apesar da troca da presidência no segundo semestre de 2019, permaneceu focada na busca de novas receitas, na redução de custos e despesas e na recuperação da situação financeira da empresa, enfrentando a dependência financeira de um único cliente, apesar de um evidente desequilíbrio econômico no contrato com a CGT ELETROSUL, em função de aditivos celebrados ao longo do contrato.

Em Candiota, devido à inexistência de recursos próprios para grandes investimentos que vem reduzindo a capacidade produtiva nos últimos anos, o objetivo para 2020 é a redução da capacidade operacional própria e, consequente redução de custos fixos, principalmente de pessoal próprio, e investimentos em equipamentos, direcionando e aumentando o serviço de terceiros e sua facilidade de adaptação a reduções e aumentos de produção exigidas pela CGT ELETROSUL ou futuros clientes, sem necessidade de autos investimentos em novos equipamentos para extração de carvão.

Em relação à Mina do Leão I, em outubro de 2019 a área foi arrendada por um período de 24 meses. Com isso, grande parte dos empregados de Minas do Leão foi transferida para a Mina de Candiota, restando apenas a conservação e manutenção patrimonial básica.

Para 2020 a CRM, além da eficiência operacional, permanecerá buscando a valorização de recursos humanos, a melhora do desempenho econômico-financeiro, e a manutenção da sua responsabilidade socioambiental.

A instituição do polo carboquímico é uma grande oportunidade para a CRM. O polo foi criado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da Lei nº 15.047 de 2017 e compreende dois grandes complexos em duas áreas distintas do Estado: Baixo Jacuí (onde a CRM tem a Mina do Leão I e a Mina do Leão II) e Campanha (onde está localizada a Mina de Candiota). O projeto vai reduzir a dependência do Estado em insumos para agropecuária e indústria, promover o desenvolvimento sustentável a partir do uso do carvão mineral e movimentar a economia.

Entre as oportunidades da CRM também estão projetos que propiciarão o retorno do seu crescimento, principalmente da unidade de Candiota, como o fornecimento de carvão para geração de energia elétrica para usina termelétrica da empresa Ouro Negro ou para uma unidade de gaseificação de carvão, empreendimentos que estão em fase de viabilização.

A fim de capitalizar a empresa, está sendo realizado levantamento e avaliação de imóveis não ligados às operações da empresa que tenham condições de serem vendidos via oferta pública, e também solicitação de aporte de capital pelo Governo do Estado, visando zerar o déficit financeiro previsto para 2020, na ordem de quatorze milhões.

A Companhia também aguarda definições da evolução do processo de privatização já aprovada pela Assembleia Legislativa do RS e cujos trâmites legais e burocráticos deverão começar no ano de 2020, para uma possível desestatização em 2021.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019

Melvis Barrios Junior	Caio Flavio Quadros dos Santos	André Felipe Rodrigues
Diretor Presidente	P/ Diretor Administrativo	Diretor Técnico

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2019 e 2018

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	***2019***	***2018*** Reapresentação	**2018** 01/01/2018
Circulante	***141.846***	***136.867***	141259
Disponibilidades nota (2.3.1)	*5.019*	3.534	1.939
Contas a receber de clientes (nota 2.5.4.1)	*18.015*	16.772	20.489
Crédios tributários (nota 2.5.3)	*49.397*	43.214	48.447
Demais contas a receber (nota 2.5.4.2)	*949*	826	665
Estoques (nota 2.5.5)	*21.468*	*14.929*	11.307
Despesas do exercício seguinte (2.5.6)	*46.998*	*57.592*	58.412
Não Circulante	***256.341***	***261.210***	***265.716***
Realizável a longo prazo	*25.579*	*24.971*	23.059
Devedores por aquisição de imóveis	*20*	*20*	20
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.7)	*3.702*	*3.667*	1.755
Outros valores	*21.857*	*21.284*	21.284
Investimentos (nota 2.5.8)	*105*	*105*	104
Custo	*105*	*105*	104
Imobilizado (nota 2.5.9)	*229.877*	*235.198*	241.461
Custo	*408.960*	*408.657*	412.699
(-) Depreciação e exaustão acumulada	*(137.973)*	*(132.076)*	(129.656)
(-) Provisão para perda	*(38.876)*	*(38.876)*	(38.876)
(-) Provisão perda por Impairment	*(2.234)*	*(2.507)*	(2.706)
Intangível (nota 2.5.9)	*780*	*936*	1092
Total	***398.187***	***398.077***	***406.975***

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.1. Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	**2019**	**2018** Reapresentado	**2018** 01/01/2018
Circulante	**59.889**	**54.351**	**127.497**
Fornecedores	8.292	4.030	10.913
Salários e encargos sociais	1.961	976	1.308
Tributos federais (nota 2.5.13)	1.928	1.328	733
Tributos estaduais e municipais	278	121	131
Demais contas a pagar (nota 2.5.10)	20.400	21.377	26.342
Juros sobre o capital próprio	26.972	25.583	87.340
Dívida com controlada	40	40	40
Acordos Judiciais a pagar	18	757	690
Não Circulante	**31.310**	**26.613**	**34.945**
Tributos federais (nota 2.5.13)	834	803	13.155
Provisão para contingências (nota 2.5.12)	22.524	17.701	13.040
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.17)	4.964	5.121	5.278
Outros créditos	2.988	2.988	2.987
Acordos judiciais a pagar		485	485
Patrimônio líquido	**306.988**	**317.113**	**244.533**
Capital social (nota 2.5.14.1)	289.465	251.465	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	9.709	10.012	10.316
Reserva de Capital (2.5.23)	74.989	112.989	0
Prejuízos Acumulados (2.5.24)	(67.175)	(57.353)	-17.248
Total	**398.187**	**398.077**	**406.975**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2019	2018 Ajustado
Receita líquida de vendas (nota 2.5.15.a)	**108.417**	**100.904**
(-) Custo dos produtos vendidos	(88.992)	(78.633)
Lucro bruto	**19.425**	**22.271**
Despesas / Receitas operacionais	(27.031)	(27.529)
Comerciais	(1.922)	(878)
Gerais e administrativas	(21.745)	(23.379)
Outras despesas	(680)	(364)
Despesas Indedutíveis	(7.004)	(7.232)
Outras receitas	4.320	4.324
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	(7.606)	(5.258)
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.15 b)	**(1.148)**	**(35.190)**
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	**(8.754)**	**(40.448)**
Contribuição social (nota 2.5.16)	(68)	-
Imposto de renda (nota 2.5.16)	(163)	-
Lucro/prejuízo antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	**(8.985)**	**(40.448)**
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.14.2)		12.455
Participação dos empregados no resultado das operações (nota 2.5.22)		
Prejuízo líquido do exercício	**(8.985)**	**(27.993)**
Prejuízo por lote de mil ações do capital social	**(0,82)**	**(2,56)**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2.019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo Líquido do Exercício	(8.985)	(38.326)
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	6.052	6.766
Custo das baixas do ativo imobilizado		270
Juros e Variações Monetárias ativas	(251)	(821)
Juros e Variações Monetárias passivas	1.562	1.494
Provisão Reversão para contingencias Cíveis/trabalhistas	3.667	3.401
Provisão Reversões tributárias e outras	(3.262)	3.149
Provisão Juros s/Capital Próprio	-	12.455
Reversão Provisão Impairment	(273)	(198)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	231	
Lucro líquido ajustado	**(1.258)**	**(11.811)**
Variações no ativo:		
Aumento contas a receber de clientes	740	1.735
Aumento estoques	(6.539)	(3.622)
Aumento/redução outras contas	(5.977)	3.294
Aumento/Redução créditos tributários	10.495	665
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	4.076	(7.078)
Aumento/Redução impostos e contribuições	599	(2.627)
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	178	(363)
Aumento outras contas a pagar	(1.959)	(78.935)
Transf. de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	(9)	(12.411)
Outras Adições ao exigível a longo prazo	1.455	(663)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.801**	**(111.815)**

Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Futuro aumento de Capital social	0	112.989
Caixa líquido das atividades de financiamento	**0**	**112.989**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(316)	422
Investimento	(1)	(1)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(316)**	**421**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.485**	**1.595**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.534**	**1.939**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.019**	**3.534**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3.1. Demonstração do Fluxos de Caixa

	2019	2018	Variação
Disponibilidades	5.019	3.534	1.485
Caixa	17	11	6
Disponibilidades em bancos	4.999	1.019	3.980
Aplicações financeiras	3	2.504	(2.501)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2019

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Resultado Abrangente	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro 2017 - Reapresentado	**251.465**		**10.316**	**-**	**(17.248)**	**460**	**(15.132)**	**244.533**
Reserva de Capital (2.5.23)		**112.989**						**112.989**
Realização da Reserva de Reavaliação			(460)		460	460	460	
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação			156					156
Prejuízo líquido do exercício					(27.993)		(27.993)	(27.993)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio					(12.455)			(12.455)
Ajustes Exercícios Anteriores					(117)		(117)	(117)
Saldos em 31 de dezembro 2018 - Reapresentado	**251.465**	**112.989**	**10.012**	**-**	**(57.353)**	**460**	**(27.650)**	**317.113**
Reserva de Capital (2.5.23)	**38.000**	**(38.000)**						
Realização da Reserva de Reavaliação			(460)		460	460	460	
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação			156					156
Prejuízo líquido do exercício					(8.985)		(8.985)	(8.985)
Compensaçao de prejuízos								
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio								-
Ajustes Exercícios Anteriores					(1.297)		(1.297)	(1.297)
Saldos em 31 de dezembro 2019	**289.465**	**74.989**	**9.709**	**-**	**(67.175)**	**460**	**(9.822)**	**306.988**

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações contábeis será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e NBC TG 12 e 30.

A autorização para emissão das demonstrações contábeis ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 17/03/2019

2.5.1.1 Busca de Documentos

No ano de 2018 houve uma manifestação referente a ação da Polícia Civil que realizou uma busca e apreensão de documetnos face a uma denúncia de possível irregularidades em licitações efetuadas na Companhia. Até a presente data, nenhuma outra informação ou ação foi realizado com o conhecimento da CRM, estando a investigação ainda em andamento.

2.5.1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores – Material

O valor de R$ 1.297 mil está sendo reapresentado conforme NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

2.5.1.2.1 (-) Baixa de glosas Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE no valor de R$ (1.983 mil), conforme Décimo Terceiro Termo de Apostilamento do Contrato nº CGTEE/UPME/98-02026;

2.5.1.2.2 (+) estorno provisão em duplicidade UNIMED (nota 2.5.13.2) no valor de R$ 1.121 mil;

2.5.1.2.3 (-) reconhecimento de despesas processo trabalhista Sindicato de Candiota no valor de R$ 1.260 mil;

2.5.1.2.4 (+) realização das provisões cíveis e trabalhistas por conta da reserva de contingências no patrimônio líquido no valor de R$ 4.739 mil.

Abaixo reprodução dos principais grupos que modificam com a regularização.

2.5.1.2.5 Balanço Patrimonial Reapresentado

Balanço Patrimonial

Exercícios Findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Ativo	2018 Reapresentado	Ajuste	2018
Circulante	**136.867**	**(1.983)**	**138.850**
**** Glosas CGTEE (nota 2.5.1.2.1)		(1.983)	
Passivo			
Circulante	**55.333**	**(139)**	**55.472**
**** Fornecedores (nota 2.5.1.2.2)		1.121	
**** Acordos judiciais (nota (2.5.1.2.3)		(1.260)	

Patrimônio Liquido	**321.852**	**2.122**	**319.235**
Capital Social (nota 2.5.14.1)	251.465		251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	10.012		10.012
Reserva de Capital (nota 2.5.23)	112.989		112.989
Reserva para Contingência	1.996	(4.739)	6.735
Prejuízos Acumulados (nota 2.5.24)	(52.614)	6.861	(55.231)
Total	400.060		400.060

2.5.1.2.5 Demonstração de Resultado Reapresentado

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	2018 Reapresentado	Ajuste	2018
Receita Liquida de Venda	**100.904**		**100.904**
(-) Custos dos Produtos vendidos	(78.633)		(78.633)
Lucro Bruto	22.271		22.271
Despesas / Receitas Operacionais	(25.407)		(25.407)
*** Resultado das operações antes da despesas Financeiras	**(3.136)**		**(3.136)**
Resultado Financeiro Liquido	**(33.068)**	**2.122**	**(35.190)**
Reversão do Juros s/capital próprio	12.455		12.455
Prejuízo Liquido do Exercício	**23.749**	**2.122**	**(25.871)**

2.5.1.2.6 Demonstração do Fluxo de Caixa Reapresentado

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	2018 Reapresentado	Ajuste	2018
Fluxo de caixa da Atividade Operacional			
Prejuízo do Exercício	(38.326)		(38.326)
Provisão Reversões tributária e outras	5.271	2.122	3.149
Caixa Liquido Proveniente da atividades operacionais	(109.693)		(111.815)
Caixa Liquido da Atividades de Financiamento	**112.989**		**112.989**
Caixa Liquido da Atividade de Investimento	421		421
Aumento de Caixa e equivalente de caixa	**3.717**		**1.595**
Caixa e Equivalente de caixa no início do exercício	1.939		1.939
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5.656		3.534

2.5.1.3 Ajuste de Exercícios Anteriores - Imateriais

Devido a imaterialidade do "ajuste" de R$ 140 mil, as demonstrações Contábeis não estão sendo representadas conforme NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificações de Erro

2.5.1.3.1(+) baixas provisões férias (nota 2.5.12.1) no valor de R$ 138 mil;

2.5.1.3.2 (-) reconhecimento de despesas com STIECRGS (nota 2.5.13.1) no valor de R$ (41 mil);

2.5.1.3.3 (-) Apropriação taxas de agua e esgotos convenio Candiota (nota 2.5.12) no valor de R$ (54 mil);

2.5.1.3.4 (-) reconhecimento de despesas com processo trabalhista nº 0000548-61.2012.5.04.0812 Wilson no valor de R$ 195 mil;

2.5.1.3.5 (+) ajuste referente a lançamento em despesas diversas com FGTS, INSS, IRRF no valor de R$ 12 mil.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.2.2 Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

2.5.3. Créditos Tributários: R$ 49.397 mil (R$ 43.214 mil em 2018), compondo-se de:

a) Impostos Federais Pagos a Maior – R$ 7 mil (R$ 0 mil em 2018);

b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R$ 2.406 mil (R$ 2.449 mil em 2018);

c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R$ 86 (R$ 51 em 2018);

d) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R$ 12.111 mil (R$ 12.110 mil em 2018);

e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R$ 6.819 mil (R$ 3.677 mil em 2018);

f) IRPJ/CSLL a compensar - R$ 3.001 mil (R$ 1.216 mil em 2018);

g) IRPJ/CSLL a restituir - R$ 17.468 mil (R$ 17.467 mil em 2018);

h) IRPJ a recuperar (glosa SRF) - R$ 159 mil (R$ 159 mil em 2018);

I) IRPJ/CSLL estimativa mensal - R$ 583 mil (R$ 0 mil em 2018);

i) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R$ 6.749 mil (R$ 6.056 mil em 2018), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;

j) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R$ 8 mil (R$ 22 mil em 2018);

2.5.4 Contas a Receber

2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:

Contas a receber de clientes R$ 18.015 mil (R$ 16.772 mil em 2018), tendo como valor mais relevante R$ 14.542 mil (R$ 115.143 mil em 2018) que representa saldo devedor no final do exercício da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE.

2.5.4.1.1 - 8º Termo Aditivo Contratual – CGTEE

Face a assinatura do 10º Termo Aditivo junto a CGTEE, que está sob discussão em uma arbitragem judicial, todos créditos oriundos da assinatura do 8º Termo Aditivo, ainda não quitados, foram transferidos para a conta 1.3.1.05.006 no Não Circulante, perfazendo o montante de R$ 21.284 mil (R$ 21.284 em 2018).

2.5.4.2 Demais Contas a Receber: R$ 949 mil (R$ 826 mil em 2018), compondo-se de:

a) Adiantamentos e Contas Correntes R$ 258 mil (R$ 286 mil em 2018);
b) Aplicações Caixa Único - R$ 30 mil (R$ 28 mil em 2018);
c) Outros Valores – R$ 661 mil (R$ 512 mil em 2018);

2.5.5. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	2019	2018
Carvão	12.867	5.717
Produtos Acabados	-	-
Produtos em Elaboração	12.867	5.717
Almoxarifado	8.601	9.212
Total	**21.468**	**14.929**

2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte

Despesas do Exercício seguinte R$ 46.998 mil (R$ 57.592 mil em 2018), tendo como valor mais relevante R$ 46.969 mil (R$ 56.786 mil em 2018) que corresponde ao total de gastos ativados pelo avanço da área de descobertura (retirada

das camadas de terra vegetal e estéreis), necessária para a efetiva extração do minério de carvão e que ainda não foi efetivada.

2.5.7. Empréstimos e Depósitos compulsórios: R$ 3.702 mil (R$ 3.667 mil em 2018), tendo como valores mais relevantes:

a) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R$ 717 mil (R$ 717 mil em 2018);

b) Depósitos Trabalhistas – R$ 1.363 mil (R$ 1.133 mil em 2018);

c) Penhora de Créditos Bancários – R$ 1.622 mil (R$ 0 mil em 2018).

Face a uma decisão judicial trabalhista, houve a penhora do valor e posta à disposição do judiciário; contudo, não houve a efetiva entrega ao reclamante por conta de uma interposição de recurso, podendo o valor retornar para a Companhia.

2.5.8. Investimentos

O valor total de R$ 105 mil corresponde a: R$ 61 mil em ações da subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração - COM, R$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.9. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de cômputo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e NBC TG 27 (R3).

a) Provisão para Perda

A Provisão para Perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de **R$ 38.876 mil** constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de Impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76, Lei 12.973/14, NBC TG (R3) 01 e 32 e deliberação CVM 527/07º, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de **R$ 2.234 mil.**

Demonstrativo do Investimento/Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2018	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE-RÊNCIAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2019	Taxas de depreciação anual em %
Investimentos	105	0	0	0	0	105	0
Subtotal	**105**	**0**	**0**	**0**	**0**	**105**	**0**
Terrenos e Terras	1.872	0	0	0	0	1.872	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.651	0	0	0	0	5.651	0
Prédios de Uso/Residenciais	12.489	0	0	0	0	12.489	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	0	3.701	0,03 a 6.81
Equip.de Produção	110.589	72	0	0	0	110.661	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.900	127	-2	0	0	3.025	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	11.800	11	0	0	0	11.811	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.171	13	1	0	0	1.183	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.984	71	-11	0	0	8.044	0,27 a 45,99
Instalações	18.230	22	0	0	0	18.251	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	0	478	3,71 a 100,00
Jazidas e Horto Florestais	11.043	0	0	0	0	11.043	0,19 a 2,50
Deprec./Exaustão Acumulada	-132.076	0	0	0	-5.897	-137.973	0
Imobilização em Andam.	196.303	0	0	0	0	196.303	**0**
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	0	7.446	0
Ajustes a Valor de Mercado	-38.876	0	0	0	0	-38.876	0
Provisão Perda Impairment	-2.507	285	-12	0	0	-2.234	0
Subtotal	**235.198**	**601**	**-24**	**0**	**-5.897**	**229.877**	
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182	0	0	0	0	2.182	0
Amortiz.Acumulada	-1.247	0	0	0	-156	-1.403	0
Subtotal	**935**	**0**	**0**	**0**	**-156**	**780**	
Total do Imobil.+Intangível	**236.133**	**601**	**-24**	**0**	**-6.052**	**230.657**	
Total	**236.238**	**601**	**-24**	**0**	**-6.052**	**230.762**	

Foi transferido para melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de

reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

2.5.10. Demais Contas a Pagar: R$ 20.400 mil (R$ 21.377 mil em 2018), compondo-se basicamente de:

a) Outras e contas a pagar - R$ 200 mil (R$ 677 mil em 2018);
b) Encargos sociais a pagar – R$ 0 mil (R$ 1 mil em 2018);
c) Retenções de empregados a recolher - R$ 817 mil (R$ 1.721 mil em 2018);
d) Provisões para encargos sociais - R$ 3.338 mil (R$ 3.525 mil em 2018);
e) Adiantamento de clientes - R$ 15.946 mil (R$ 16.474 mil em 2018);
f) Termos de convênios – R$ 0 mil (R$ 14 mil em 2018);
g) Retenções contratuais – R$ 86 mil (R$ 74 mil em 2018).
h) Honorários e serviços terceiros – R$ 13 mil (R$ 12 mil em 2018).

2.5.11. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

2.5.12. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações.

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

	Provisões		**Depósitos Judiciais**	
Ações	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	21.466	17.225	1.363	1133
Fiscais	0	0	0	0
Cíveis	1058	476	0	0
	22.524	**17.701**	**0**	**1133**
Total	**22.524**	**17.701**	**0**	**1133**

2.5.13. Tributos Federais a Recolher: **R$ 2.762 mil** (R$ 2.131 mil em 2018)

A Companhia possui três parcelamentos oriundos de uma fiscalização de ofício, por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do período de 2008 a 2014. São eles os processos de cobrança: 910.323/2015, 910.324/2015 e 910.325/2015, totalizando **R$ 403 mil** (R$ 541 em 2018).

Dois parcelamentos consolidados em 2016, processo nº 11080.006.710/2004-59, no valor de **R$ 481 mil** (R$ 748 mil em 2018); e o processo nº 11080.924.253/2016-10, no valor de **R$ 119 mil** (R$ 175 mil em 2018).

Parcelamento consolidado no curso do ano de 2019, junto à Secretaria da Receita Federal processo nº 1180.732.039/2019-81, referente a débitos de IRPJ/CSLL, cujo saldo é de **R$ 413 mil.**

Parcelamento previdenciário administrativo referente a confissão de divída processo trabalhista nº 000213-63.200012.5.04.0812, cujo saldo é de **R$ 359 mil**.

Saldo da compensação financeira Lei 7.990/89 – CFEM de **R$ 306 mil** (R$ 289 mil em 2018).

Por fim, demais tributos **R$ 681 mil** (R$ 378 mil em 2018).

2.5.14. Patrimônio Líquido

2.5.14.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 289.465 mil (R$ 251.465 mil em 2018, representado por 12.149.986 ações ordinárias (10.896.426 ações ordinárias em 2018), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R$ 600.000 mil (R$ 600.000 mil em 2018)

2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio

O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre o capital próprio fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reserva de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados, conforme Lei nº 9.249/95 (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996). No entanto, a Companhia apresentou no exercício de 2019 um prejuízo contábil de **R$ (8.985 mil)**.

2.5.14.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de **R$ 9.709 mil** (R$ 10.012 mil em 2018) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de **R$ 460 mil** (R$ 460 mil em 2018).

2.5.15. Demonstração do Resultado

a) Receita Líquida: detalhamento da receita líquida.

	2019	2018
Receita bruta das vendas	**113.545**	**105.584**
(-) Impostos sobre vendas	(5.128)	(4.680)
(-) Devoluções de Vendas	-	-

b) Resultado Financeiro Líquido - R$ (1.148) mil (R$ 35.190 mil em 2018), esse valor corresponde ao resultado financeiro líquido R$ (1.421); (R$ (13.031) em 2018.) acrescido pelos ajustes do PLR no valor de R$ 273 (22.159) em 2018) conforme nota explicativa 2.5.21 que corresponde a reversão por Impairment.

2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	2019	2018
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	68	0
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	163	0

2.5.17. Provisão para Impostos Diferido

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	2019	2018
Reserva de reavaliação		14.674	15.134
Contribuição social	9%	1.321	1.362
Imposto de renda	15%	2.201	2.270
Adicional imposto de renda	10%	1.442	1489
Provisão impostos diferidos		**4.964**	**5.121**

2.5.18. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	2019	2018
Plano de previdência complementar	1.065	1.118

2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.

2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2018/2017 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBC TG 26 (R4), Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.

2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

Não houve provisão para fins de participação dos empregados no resultado da Companhia, pois a meta do indicador operacional não foi atingida.

O regramento da participação nos lucros ou resultados está firmado entre a Companhia e o Sindicato, na Consolidação do Regramento da Participação nos Lucros ou Resultados da Cia e em seu aditivo nº 001.

2.5.23. Reserva de Capital

Em 09 de janeiro de 2018, mediante a lei nº 15.099, ficou o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a aumentar o capital social da CRM até o montante de R$ 150.000 mil, sendo R$ 75.000 mil em créditos adicionais e R$ 75.000 mil pela conversão de seus créditos oriundos de Juros sobre o Capital Próprio. Devido a formalização, os créditos oriundos dos JCP ainda estão registrados como adiantamento para futuro aumento de capital e sua documentação tramita entres a Secretaria do Governo e a Fazenda Estadual. Com relação aos créditos adicionais existe, ainda, margem para o aporte, pois ao longo do ano de 2019 foram integralizados R$ 38.000 mil.

2.5.24. Apuração de Prejuízos

Ao final do ano do exercício de 2019, a Companhia apresentou o prejuízo de **R$ (8.985 mil),** conforme demostrado abaixo:

	2019	2018
Prejuízo antes da reversão dos juros s/capital Próprio	(8.985)	(40.448)
Reversão dos juros s/capital Próprio	0	12.455
Prejuízo Líquido do Exercício	(8.985)	(27.993)

CRM
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Em cumprimento a legislação oficial vigente, das sociedades por ações, em face do disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/1976, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019.

Melvis Barrios Junior
Diretor Presidente
CPF nº 294.253.950-04

Caio Flávio Quadros dos Santos
Diretor Administrativo
CPF nº 399.304.830-04

André Felipe Rodrigues
Diretor Técnico
CPF nº 754.557.490-72

Roberto Reischak Dias
Contador CRC/RS 052403/O-0
CPF Nº 432.523.380-68